Antonio L. García Gutiérrez

En pedazos

El sentido de la desclasificación

ACCI
Asociación Cultural y Científica Iberoamericana

En pedazos

Antonio L. García Gutiérrez

En pedazos

El sentido de la desclasificación

ACCI
Asociación Cultural y Científica Iberoamericana

Reservados todos los derechos. Queda rigurosamente prohibida, sin la autorización escrita de los titulares del Copyright, bajo las sanciones establecidas de las leyes, la reproducción parcial o total de esta obra por cualquier medio o procedimiento incluidos la reprografía y el tratamiento informático.

© 2018 EN PEDAZOS
© Antonio L. García Gutiérrez
© 2018 Editorial: ACCI
C./ San Ildefonso nº 17 28012 Madrid. España
Web: www.acciediciones.com Tel: 0034 91 3117696

ISBN: 978-84-17267-04-9
Depósito legal: M-587-2018

Copyright de la presentación: Susana Sardo.
Copyright fotografía de solapa: Ana Díaz Ordaz.
Texto registrado en el Registro de la Propiedad Intelectual.

Las opiniones expresadas en este trabajo son exclusivas del autor. No reflejan necesariamente las opiniones del editor, que queda eximido de cualquier responsabilidad derivada de las mismas.

Disponible en papel y ebook
www.vnetlibrerias.com
www.terrabooks.com

Pedidos a: pedidos@visionnet.es

Si quiere recibir información periódica sobre las novedades de nuestro grupo editor envíe un correo electrónico a:

subscripcion@visionnet.es

ÍNDICE

Presentación. O desconforto de escrever sobre música. Susana Sardo.....9
Introducción 19
1. Lógica de la clasificación.....27
1.1 Razones irracionales.....43
1.2 La realidad y los conceptos 50
1.3 Verdad y autoengaño 54
2. La cultura del *xet'an* *61*
2.1 El espacio en pedazos.....77
2.2 El tiempo en pedazos.....86
2.3 El mundo en pedazos.....94
3. El sentido de la desclasificación 109
3.1 Elogio (y placer) de la contradicción 117
3.2 Estrategias desclasificadas 126
3.3 Impugnación a la totalidad 144
4. Tiempos devolucionarios 155
Referencias.....157

Presentación

Susana Sardo. Universidade de Aveiro - INET-md

O desconforto de escrever sobre música

António García Gutiérrez convidou-me para escrever um texto sobre música, um domínio de conhecimento ao qual me dedico, como etnomusicóloga, há mais de 30 anos. Para além do enorme privilégio que este convite significa para mim ele incorpora também um instigante desafio uma vez que a música, enquanto fenómeno ou enquanto domínio conceptual, tem sido uma das esferas do saber que mais tem estado sujeita à violência da classificação, um dos fundamentos epistemológicos que atravessa toda a obra do autor de *En Pedazos*. Por isso este texto procura ser sobre música. E digo "procura ser" porque qualquer reflexão sobre música é sempre uma reflexão assente num sofisticado jogo de imaginação, de desclassificação e de contradições. O primeiro desafio que se nos depara quando tentamos escrever ou falar sobre música é o de não sabermos como nomeá-la. Temos total consciência de que grande parte do fenómeno que designamos por música não tem uma existência física no sentido em que não o podemos segurar, fixar ou concretizar, nem é um ser de uma qualquer espécie animada ou inanimada. No entanto referimo-nos à música – como eu própria me refiro neste texto – substantivando-a, tratando-a como se ela fosse um objeto, uma coisa.

A música é, efetivamente, uma realidade fugidia. A sua presença, de perfil eminentemente oral e temporal, está cativa do acontecimento e, portanto, tem uma existência evasiva e intermitente. Quando o acontecimento cessa a realidade vivida jamais poderá replicar-se embora possa, desejavelmente, gerar novos acontecimentos. Esta condição oral e temporal da música tem conduzido a tentativas desesperadas de a capturar com recurso a diversos dispositivos de registo, ou seja, de fixação do acontecimento. A escrita, a transcrição partitográfica, a gravação em suportes cada dia mais portáteis e sofisticados, a videografia e a etnografia, representam formas diferentes e desejavelmente mais "fidedignas" de capturar a música. No entanto, estas operações encerram um verdadeiro paradoxo: tentamos fixar o objeto como forma de o tornar evidente, presente, concreto e, todavia, defendemos que a inevidência, a abstração e o movimento são a condição da sua existência. O objeto, no caso da música, é efetivamente infixável porque no momento em que se torna imóvel deixa de existir ou, como refere António García Gutiérrez, fica esclerosado.

Portanto, o exercício de objetificação, de fixação e de classificação da música é complexo e começa, desde logo, no momento da sua nomeação. Os etnomusicólogos e outros indivíduos interessados no estudo de fenómenos associados à música, têm tentado superar este incómodo substituindo o designativo música por *comportamento expressivo*, *prática performativa* ou ainda por *som* o que, evidentemente, não dispensa o uso de expressões igualmente perturbadoras e sem as quais não é possível operar, tais como as de *género musical*, *musicalidade*, *sonoridade musical*, *estilo musical*, ou *retórica musical*. De facto, damo-nos conta que de cada vez que tentamos organizar o nosso sistema de classificação no interior da música e das músicas, pode ocorrer uma de duas coisas: optamos por significados tão genéricos que perdem especificidade, ou "ocultamos conhecimento". Por esta razão a pro-

posta de António García Gutiérrez, que advoga a classificação do conhecimento como uma ação epistemicamente violenta, se tornou tão cara para as minhas preocupações como etnomusicóloga. De uma forma insubmissa e perturbadora, a sua proposta convoca à desclassificação, uma operação que nos oferece um terreno extremamente fecundo para pensar o modo como lidamos com a música.

Porém, qualquer ação de desclassificação inclui a sua inversa: a classificação. Desclassificar, portanto, conduz-nos inevitavelmente à reclassificação, uma forma normativa a partir da qual aprendemos a conhecer o mundo. Ora, a superação deste exercício helicoidal, aparentemente infinito e de perfil essencialista, só se pode alcançar se pensarmos que todas as entidades são mais do que uma só coisa. García Gutiérrez refere-se a esta ideia como *estratégia de extensão ontológica ou identitária*. Nas suas palavras, "una instancia no solo es, es también". A elasticidade desta ambivalência é tanto maior quanto mais variáveis se incorporem no mecanismo de classificação/desclassificação. O lugar de enunciação, por exemplo, a partir do qual se interpela e se classifica/desclassifica o conhecimento pode, *in extremis*, transformar o ser em não ser e assim anular o seu direito a existir. No caso da música são múltiplos os exemplos deste teor que povoam o nosso terreno de observação. Talvez o mais antinómico seja aquele relacionado com a recitação das palavras de Alá reveladas a Maomé, contidas no Alcorão. Teoricamente respeitadora dos princípios que definem os tipos melódicos da *al-musiqa al-'arabiya* , genericamente designados por maqam, a recitação do Alcorão, porém, desclassifica/reclassifica o maqam que, nestas circunstâncias, deixa de ser música. Um processo semelhante pode também acontecer com a relativização das notas musicais quando nos encontramos com tradições de afinação móvel. Enquanto para a tradição erudita ocidental, baseada no temperamento igual, a nota lá obedece a uma vibração absoluta de 440 Hertz, noutras

tradições musicais todos os sons se constroem a partir de uma afinação móvel. Ou seja, o som que numa orquestra ocidental corresponde a um lá central (440 Hertz) para um cantor de Drupad na Índia, ou de Makwayella em Moçambique, pode corresponder a um dó ou a qualquer outra nota. Nestes dois exemplos, e em diálogo com António García Gutiérrez, uma mesma instância é e não é música, é e não é um dó ou é um dó e também é um lá, um ré ou um sol.

Mas a afinação das contradições no que à música diz respeito, adquire uma maior agudez quando no interior das próprias músicas nos encontramos com outras classificações que organizam, estiolam e hierarquizam. Refiro-me agora a categorias musicais que a indústria da música tem vindo requintadamente a amplificar como as de música popular, música folclórica, música de protesto, música erudita, música regional, ou a intraduzível *world music*. Para além das que lhe conferem atributos de nacionalidade como as de música portuguesa ou música indiana, ou as que abusivamente desrespeitam a própria geografia das nações como as de música africana ou latino-americana. A permeabilidade entre estas categorias – apenas algumas de entre um incomesurável elenco – é alucinante. Trata-se de categorias cuja definição – no sentido em que elas se tornam *finitas* ou de-*terminadas* – é profundamente transformadora não só das músicas classificadas como de quem nelas e com elas se identifica. A surpresa de ver Paco de Lucía classificado numa qualquer loja de discos na Índia como representante da *world music* será, provavelmente, a mesma que um músico indiano sente quando se confronta com a mesma classificação associada à música do sitarista Ravi Shankar num catálogo da Amazon. Perceber que o britânico Jammie Collum para alguns ouvidos é um *músico de jazz* embora para outros seja um *músico pop* e para outros ainda um *músico pop-jazz*, reflete um itinerário de classificação/reclassificação extremamente desconcertan-

te. Mas afinal o que classificamos quando nos dispomos a fazer um exercício de ordenamento da música e das diferentes músicas?

O desafio desta interpelação conduz-nos habitualmente por dois caminhos distintos. O primeiro, de perfil ontológico, centra-se no universo sensível e no modo como sentimos uma determinada organização soante a que chamamos música. Estabelece uma dicotomia clara entre música e não música e supõe uma espécie de existência autónoma para universos parcelares no interior da própria música baseando-se na existência de gramáticas musicais ininteligíveis entre si (por exemplo: música ocidental, música hindustânica, música árabe). O segundo, de caráter antropológico, encaminha-nos para as ações concretas: aquelas que fazem acontecer ou que decorrem do acontecimento musical e para as quais as decisões e as reações dos sujeitos envolvidos adquirem maior importância do que o próprio resultado sonoro dessas mesmas ações (por exemplo: a relação da música com processos migratórios, de identificação, de conflito ou de emancipação). Enquanto o primeiro separa e desmembra no sentido da híper classificação, o segundo expande e agrega no sentido da desclassificação. Importa agora perceber que limites nos oferecem estes dois caminhos aparentemente divergentes e contraditórios.

A prática de recortar o objeto da ação que o gera em direção à classificação ontológica, é, no caso da música, bloqueada pela impossibilidade de estabelecer fronteiras no interior do próprio objeto. Na música –aqui entendida como uma instância sonora– tudo é continuum porque independentemente do modo como nos soa, os recursos sónicos usados para a fazer acontecer são exatamente os mesmos seja qual for o momento, o tempo ou o lugar. Trata-se de uma condição caleidoscópica cuja fronteira só existe no exterior do universo onde as diferentes partículas - os recursos sónicos - deslizam. São partículas extremamente permeáveis e é a sua combinação, gerada por e

geradora de diferentes tipos de entendimento intersubjetivo, que confere a cada resultado sonoro uma diferente identidade e, por consequência, formas diversas de identificação. De facto, apesar das distintas gramáticas sobre as quais as músicas aparentemente diferentes se edificam, prevalece uma dimensão osmótica que subverte a teoria em favor de uma prática de transvocalidade. As diferentes teorias sobre as diferentes músicas são, apenas, formas de organização cosmética de uma mesma matéria ou combinações distintas das partículas permeáveis de um caleidoscópio sonoro e onde o som é, como diria John Blacking, humanamente organizado.

Por esta razão qualquer tentativa de classificação ontológica da música não faz mais do que reverberar um credo essencialista contrário aos mundos sem fronteiras. Conceitos como hibridismo, sincretismo ou *world music*, subscrevem de facto esse princípio da existência de músicas não contaminadas quando, na verdade, a contaminação é, no caso da música, a condição inerente à sua vitalidade. A música é contaminação e gera contaminação. Ela é tão elástica quanto a capacidade que diferentes partículas no interior de um caleidoscópio têm de se misturar esculpindo diferentes combinações sonoras. Para os defensores da classificação ontológica, é nos interstícios dessas combinações que podemos identificar sotaques e fazer ressoar distinções que abrem frestas para a classificação. Porém, essas frestas não residem na matéria que particulariza a música, mas sim nos modos como essas partículas são articuladas, ou seja, movimentadas através de ações de inclusão e exclusão, de opressão e de hostilidade, e sempre dependentes de uma (inter)ação humana.

De facto, a engenharia dos recursos sonoros decorre de um processo que é sempre relacional. Os diferentes sujeitos envolvidos nessa equação tomam decisões a que chamamos criativas usando pedaços dos recursos disponíveis com os quais constroem as diferentes músicas. É aqui que o caminho

da antropologia prevalece sobre o da ontologia alertando-nos para o facto de que a música não existe *per se*. Ela só se concretiza a partir de uma ação que é sempre organizada por alguém e para alguém independentemente dos agentes através dos quais essa ação é (inter)mediada. Usamos o nosso acervo individual para nos expressarmos musicalmente com a intenção de marcarmos a nossa existência e de nos distinguirmos em nome individual ou coletivo demonstrando a nossa proficiência quando fazemos música, a nossa preferência quando a apreciamos, ou ainda a nossa disponibilidade quando decidimos interagir através dela. Fazemo-lo frequentemente como estratégia de sedução e com o intuito de alcançar um acordo de entendimento estético ou de consonância entre mundos aparentemente divergentes. A música – e talvez a dança – parecem ser as instâncias mais bem equipadas para harmonizar este tipo de agencialidade. Ambas podem fazer convergir sensibilidades e consumar a interlocução entre diferentes sujeitos sem que o conhecimento que eles detêm sobre as mesmas músicas e as mesmas danças seja necessariamente comum ou compartilhado no mesmo sentido. Um bom exemplo desta condição privilegiada de interlocução, pode ser encontrado no modo como nos deixamos seduzir por tipos de música em relação às quais nos sentimos relativamente distantes. Podemos maravilhar-nos e disfrutar de um concerto de música vocal hindustânica durante 40 ou 50 minutos, apesar da nossa aparente distância, enquanto europeus, em relação a esse registo musical. No entanto, seria um verdadeiro calvário se nos sujeitássemos à versão declamada do mesmo texto em hindi ou em sânscrito. Neste caso, a música adquire um nível de interlocução muito superior ao da língua embora esta seja frequentemente enunciada como a mais eficaz das formas de comunicação.

Este exemplo encaminha-nos agora para outros planos fronteiriços: aqueles que são gerados pelo diálogo, pela interlocu-

ção e pela distinção. Eles existem do lado de fora desse universo caleidoscópico a que chamamos música e são definidos por toda a ação humana que os move. Ora, o conhecimento sobre o fenómeno música só pode ser construído se efetivamente o entendermos ou seja quando ele literalmente se *ex-tende* e supera as fronteiras do objeto tornando-se sujeito. Só podemos entender a música se a articularmos a partir do entendimento de todos os sujeitos envolvidos na ação de musicar (compositores, intérpretes, produtores, públicos, etc). A etnografia tem sido a melhor aliada desta forma de entendimento. Ela tem-nos permitido desvelar camadas de conhecimento que obscurecem as diferentes músicas e assim perceber o modo como são classificadas, desclassificando-as. A etnografia devolve à música o seu caráter relacional libertando-a da condição autonómica. O risco da etnografia é que ao tornar-se insubmissa à classificação estende a compreensão sobre música até ao limite e transfigura-a na ação humana que a faz acontecer. Podemos escrever textos incontáveis sobre processos e fenómenos relativos à música sem, todavia, tornarmos explícitos e audíveis os sons das músicas que com eles se relacionam. Tentamos desclassificar a música e, todavia, ao reclassificá-la fazemo-la *desaparecer*.

Toda a classificação, como subscreve Roland Barthes quando se refere à língua, é opressora. No que à música e às músicas diz respeito, a classificação divide, fragmenta e despedaça como espero ter deixado expresso neste pequeno texto onde procurei, infrutiferamente, escrever sobre música. A desclassificação da música é, no entanto, uma tarefa penosa porque no seu ímpeto de desobediência face à emancipação nos obriga a reclassificar e nos confronta com a contradição. Quando nos propomos escrever sobre música envolvemo-nos num engenhoso e impiedoso processo de classificação/desclassificação/reclassificação. De facto, escrever sobre música é, por si só, um exercício dilacerante porque nos obriga a excindir pedaços

de um todo cuja ordem jamais poderá ser explicada embora, estranhamente, possa ser sentida. Por essa razão, *En Pedazos* nos oferece, também, um conforto verdadeiramente regenerador.

Introducción

Se atribuye a Niels Bohr, premio Nóbel de Física en 1922 y uno de los fundadores de la mecánica cuántica, el siguiente comentario: "usted no piensa, usted solo usa la lógica". Para acompañar los itinerarios de la desclasificación, les invito a pensar juntos un mundo conceptual abierto y desbordado por la incontinencia del sentido, por multitud de contradicciones atrapadas en los lastres de la consistencia, por combinatorias imprevisibles a pesar de nacidas bajo cautiverio clasificatorio. Todos estos contratiempos epistemológicos no solo forman parte de la reflexión teórica o de determinadas prácticas profesionales sino, inexorablemente, de la totalidad de nuestra vida cotidiana. Contribuir a pensar el mundo, sin restricciones lógicas, será el sentido de la desclasificación.

Iniciemos estos *Pedazos* con una paradoja que resume una preocupación general del pensamiento desclasificado: recibimos un mundo ordenado por una clasificación no elegida que, sin embargo, inculcamos en quienes nos suceden sin oportunidad de elección. Desde la óptica de lo que entendemos como desclasificación, el espejismo de ese círculo cerrado sería insostenible y responsable de numerosos desencuentros, extrañamientos y frustraciones. De ahí la urgencia de buscar líneas de fuga y salidas de emergencia emancipatoria a situaciones de (o)presión simbólica de todo rango, causadas tanto por excesos de exigencia sistémica como, especialmente, de autoexigencia, al pedir o prestar sumisión o extrema definición a lo

establecido por un orden simbólico-conceptual que no se suele molestar en preguntar.

En general, suele acudirse a la opción autonarrativa (subjetiva o comunitaria) como instrumento idóneo para eliminar colonizaciones de diverso tipo. Pero la autonarración se muestra profundamente paradójica ya que, por una parte, podría terminar -o incluso iniciarse- tiranizando a quienes la usan para emanciparse, o tiranizando a quienes sus promotores encuentren por los caminos. Y, por otra, la autonarración suele ocultar una sutil/brutal incitación heteronarrativa.

Por ejemplo, si se pidiera, en nombre de cualquier finalidad (preservación, identidad, demarcación, visibilización, exhibición...) a una comunidad o a un sujeto que "auto/clasifiquen" su personalidad, sus hábitos, sus tradiciones o sus pertenencias simbólicas, esto es, que los definan, organicen y expliciten, plausiblemente no serían capaces de hacerlo. O nunca lo harían como expresión espontánea o por iniciativa propia sino atendiendo a un requerimiento exterior[1].

En el caso hipotético de realizarse tal autoexamen "espontáneamente", imperarían criterios como apegos, afectos, funcionalidades primarias y valoraciones seguramente intraducibles o inútiles en términos de clasificación. Pero ¿por qué habría de inscribirse, categorizarse, formalizarse, organizarse, evaluarse una autopercepción? El convite a la explicitación sería recibido indistintamente con sentimientos de extrañamiento, de curiosidad o con reacciones de hostilidad o complacencia por parte del (futuro) clasificado. Ycualquiera que fuera el resultado, estaría altamente contaminado por la propia lógica de los peticionarios (incluso por la mera ocurrencia de demandar tal artificio).

De llevarse a cabo, la autoclasificación supondría realmente una heteroclasificación proyectada en toda regla desde "fuera",

1 En una dirección concurrente, este asunto ha sido abordado por las aproximaciones emic y etic (derivadas de *phonemic* y *phonetic*) y largamente debatido en etnografía, psicología, lingüística y cierta epistemología.

una idea proporcionada por los intereses de otro imaginario incluso si, con el tiempo, los "autoclasificados" proclamasen que lo hicieron por propia necesidad o elección (fosilizándose, así, lo hetero en lo auto).

Pero, ahora, giremos esa misma crítica hacia el pensamiento desclasificado: en los mundos de los otros (incluso en nuestros otros ausentes o en nuestro propio mundo, en "otros tiempos", esto es, cuando inevitablemente fuimos otros), la desclasificación sería inicialmente una estrategia mucho más ajena y heteronarrativa que la impulsada por la clasificación, cuya estética, expresada en diferentes formas, a fin de cuentas ha gozado de una amplia y eficaz implantación en la historia y en el presente del planeta.

La desclasificación sería invasiva simplemente por invitar a la suspensión lógica, a la desconfianza justamente hacia lo más próximo e íntimo, el sí-mismo, aunque las estrategias sean manejadas y sus alcances decididos por genuinos sujetos y comunidades en aras de emanciparse en una o múltiples direcciones conceptuales, jerárquicas o simbólicas.

La encrucijada anterior hace necesario vigilar, desde estas primeras líneas, la amenaza reductora de dicotomías que no cesan de acosar. Por una parte, nos encontramos con la oposición que separa al sujeto o proceso de su estado: desclasificador/desclasificado. Adelantando varias leguas procedimientos desclasificados que serán recopilados en la sección 3, solo con ánimo introductorio anticiparé una estrategia paralógica, en virtud de la cual, todo desclasificador "siempre es también" un sujeto desclasificado y cualquier sujeto desclasificado "siempre sería también" desclasificador, desde luego de sí mismo. Por lo tanto, desde una posición desclasificada, sería posible superar la dicotomía desclasificador/desclasificado, en una misma expresión bivalente: "desclasificado/r".

Por otra parte, y aquí caminamos sobre fondos más cenagosos de la desclasificación, promover la emancipación auto-

narrativa, y hacerlo desde posiciones heteronarrativas, constituye también otra flagrante pero feliz contradicción adicional superando la dicotomía disyuntora auto/hetero: "heterautonarración". Las instancias no serían ni totalmente o nada autónomas, ni totalmente o nada heterónimas[2].

Esta otra eficiente expresión paradójica aniquilaría, de paso y por "efecto dominó", toda una larga serie de forzadas dicotomías desprendidas del esencialismo, pues: no habría nada esencial ni exclusivamente auto o hetero, no habría nada definitivamente dentro o fuera, ni arriba o abajo, no habría nada (pero, al parecer, sí existiría "todo" eso, en ciertos sesgos y dogmatismos) incuestionablemente propio o ajeno, no habría nada definitivamente atado o exento, ni universalmente acertado o erróneo.

La clasificación impregnaría de su lógica las sucesivas escalas fractales del mundo simbólico y los confines de cualquier naturaleza por los que transite el sujeto, exigiéndole lealtad y coherencia. La primera exigencia de la lógica consistente sería acabar con lo que huele a inconsistencia. Una nueva dicotomía, resuelta por la desclasificación, esta vez apelando al recurso de la tercera vía: la paraconsistencia (da Costa, 1997; Priest, 1987; Peña, 1992).

Mas los propios conceptos de clasificación y desclasificación no mantendrían tensión dicotómica porque desclasificación no se opone a clasificación. Lo contrario de clasificar sería no-clasificar. La desclasificación siempre implicaría reclasificar con otras lógicas y objetivos. La condición de las nuevas series desclasificadas sería la integración del pluralismo lógico y la revisibilidad en sus configuraciones incorporando, incluso, las jerarquías tradicionales de la clasificación de forma explícitamente subalterna y secundaria. A cambio de ese acogimiento, el pluralismo lógico llevaría las relaciones

2 Estas operaciones se ejecutan mediante lo que hemos llamado "estrategias desclasificadas". Vid 3.2, estrategias 1 y 5.

y conceptos más allá de los límites de la lógica convencional admitiendo y operando, como recurso cognitivo y de forma preferente, con la contradicción. *Anything goes* si promueve el librepensamiento.

El pensamiento clasificado, por su parte, no solo se fija mediante dicotomías, jerarquías u otros mecanismos proporcionados por los resortes profundos del sistema, sino también mediante asociaciones de toda índole, aparentemente más creativas y abiertas que la ordenación vertical (inventario de lugares comunes, repositorio de proverbios, correcciones políticas, comodines retóricos, chistes, refranes...). Tales relaciones asociativas, ni laxas ni inocuas, trasladan modos sutiles y familiares de "jerarquización horizontal"[3] en virtud de los cuales el sujeto tendría una mayor sensación de expresarse por sí mismo. Pero todo estaría predispuesto en la clasificación, viejo orden político de cualquier lenguaje. A embestir constreñimientos de nivel conceptual, lógico y simbólico, donde y como quiera que se expresen, se dedican estos *Pedazos*. La desclasificación persigue un ideal emancipador que nunca solicitará lealtad.

Para ello, y con la misma lógica de la microinfección mediante vacunas, en numerosas ocasiones provocaremos un exceso de consistencia para desencadenar las fuerzas de la paraconsistencia. Las dicotomías y jerarquías serán denunciadas mediante dicotomías y jerarquizaciones, las aperturas conceptuales serán evidenciadas por sus asfixiantes cierres y, aparentemente, concretaremos generalizando. La crítica desclasificada debería incorporar, simultáneamente, una insobornable autocrítica, pasando la primeridad de la crítica, de ese modo, a un segundo/primer plano.

3 Permítanme la licencia de emplear provisionalmente la dicotomía metafórica vertical/horizontal para ilustrar el grado de imposición jerárquica. En realidad, sería procedente porque la dominación siempre ha estado muy próxima de las grandes construcciones geométricas (pirámides, monolitos, bóvedas, rascacielos...).

Sin embargo, no podríamos negar los numerosos éxitos que las dicotomías y jerarquías han traído al conocimiento. Pero de los conceptos cerrados solo se infieren mundos cerrados, las dicotomías solo producen pensamiento dicotómico, al igual que la jerarquías apenas inspiran un pensamiento jerarquizado. Esto justificaría, en sí mismas, las actuaciones desclasificadas que abordaremos en el capítulo 3.

Por otro lado, a causa de una evidente ignorancia respecto a conceptos o acepciones particulares sometidos a absolutismo o controversia, por parte de las diferentes "disciplinas" que puedan sentirse aludidas al hablar de desclasificación, huiré literalmente de la tentación de cuestionar o proporcionar definiciones, jerarquizaciones o dicotomías sobre sistemas nocionales trabajados por reconocidas áreas académicas cuyos conceptos, voluntaria o involuntariamente, aparezcan citados o evocados como ejemplos. Tan solo me permitiría recordar la vigilia y responsabilidad que entraña la propiedad o territorialización de esos ingratos intangibles.

Antes que capturar un concepto mediante definiciones u oposiciones monolíticas, resultaría menos comprometido describirlo en términos de lo que más plausiblemente podría no ser (a modo de léxico inverso o negativo), ejercicio que ya insinúa desclasificación. Quienes estén abocados a definir, sin embargo, tal vez debieran intentarlo mediante alternativas al verbo ser, evitando invocar la utopía de la es/encia. De esa forma, se podría pensar el mundo mitigando la reductora gravitación esencialista.

Porque en definitiva ¿podemos aislar los conceptos del flujo plural y constante de sentido? ¿sería siempre necesario definir, demarcar, dividir? Ante la posibilidad de anestesiar la significación sensible ¿no habría que suspender, rodear, desviar, antes que confinar o asediar? o, a veces, ¿no bastaría explicarnos con una emoción?

Forzados a definir, solemos convertir en paradójicos axiomas la conceptualidad no resuelta. Mediante ese curioso pro-

ceso de axiomización empírica de lo indefinible, operamos con las nociones sensoriales más elementales como tiempo, identidad, subjetividad, amor, música, memoria, sabiendo sin saber exactamente lo que significan, donde empiezan y acaban, o en qué puntos se interfieren. Y esto no causa ningún problema salvo a taxónomos y demarcadores oficiales.

Como esferas en equilibrio, los conceptos parecen estar destinados a un movimiento sinfín que evite la caída del sentido. Los creemos inmutables aunque no dejan de mutar, los pensamos desprovistos de memoria aunque muchos ya son milenarios, pensados y remezclados en innumerables cabezas y, cuando hablamos, nos parecen elegibles cuando ellos eligieron mucho antes.

Los límites de nuestro lenguaje son los límites de nuestro mundo, sentenciaba Wittgenstein, sin indicar la elasticidad de sus "bordes" ni las pasarelas que, sigilosas, perforarían la *mainstream* que lo haría fluir en todas las dimensiones de la imaginación. La desclasificación, forzándolo de hecho, continuaría en el lenguaje y no implicaría ni exigiría un cambio radical de mundo (a pesar de que una mínima modificación, o su mera conciencia, podrían ser consideradas radicales[4]), como si las subjetividades pudieran ser reducidas a una cartografía plana. A mi juicio, un europeo adulto (incluso un agnóstico posnacional) no podría transformarse en un "auténtico" yanoma-

4 Radical en el doble sentido: extremo y raíz. Buscar las raíces (el esencialismo), decía José Bergamín, es otro modo de "andarse por las ramas". Mas la agotada metáfora botánica que esquematiza el mundo en troncos, ramas y raíces es la más invocada y adaptada por la identidad, la tradición y, naturalmente, por la clasificación. Los esencialistas no deberían indagar muy atrás, porque la diferencia que quieren construir a partir del linaje terminará siendo paradójica: por ejemplo, el 40% de los hombres, hoy portugueses y españoles, procede de un antepasado común: un mismo varón que vivió en la península ibérica hace 4.500 años. Estudios de ADN realizados sobre tres mil ibéricos actuales muestran que son portadores de la misma variante cromosómica R1b-DF27 (Solé-Morata, 2017) que los remonta a un mismo abuelo. Las raíces penetran la tierra, o los imaginarios, e intercambian misterios en una oscuridad sin fronteras.

mi, ni viceversa, pero sí transgredir límites que se disuelven en la porosidad y permeabilidad desprogramadas de todo sistema. Ese sería el principal terreno de juego (un inconformista translenguaje que no dejaría de ser lenguaje) de la desclasificación.

A la postre, la voluntad de metaconciencia sería lo único que nos haría entrar o no en el torrente desclasificado/r. No hay que desclasificar persiguiendo una certeza sino a partir de un malestar o saturación que brotan ante la interminable y acumulada exigencia de limpieza simbólica, de definiciones, verdades, juicios, regulaciones, pertenencias, jerarquías, subordinaciones y demarcaciones que requiere a cada instante la clasificación. Y también por la convicción de que, hasta el último confín de lo establecido, lo que siempre estuvo ahí dictando el mundo puede ser sometido a averiguación autocrítica y desclasificada. Tan solo esa voluntad sería suficiente para que se esfumara el sortilegio.

1. Lógica de la clasificación

Aunque muchos no lo sabrán nunca y una antigua minoría despótica les prive de recursos para librarse de ella, estamos determinados por una clasificación que organiza el sentido en todas direcciones. Las pautas clasificatorias suelen proceder de una sola instancia lógica, pero son amplificadas a través de los incontables mega y nano-repetidores de la propaganda simbólica.

Recopilemos un pequeño inventario de dependencias, que sin gran esfuerzo podría completar el lector para, a continuación, verificar su condición paraconsistente. De acuerdo a la hipótesis desclasificada, somos prisioneros de lugares y tiempos diseñados por otros, de pasados narrados por otros, de lo que proyectan nuestros gentilicios, de la sociedad, de las normas, del trabajo, del ocio programado, de rumores, de la economía, de lo que otros -y ya nosotros- llamamos acontecimientos, de la memoria que no consigue destituir el olvido, de lo nuevo y de la moda, de expectativas y ambiciones, de la educación que adoctrina, de protocolos, de gestos y rituales, de la sexualidad y de los patrones de salud, de los datos, de la tecnología, de las creencias y de las herencias; presos de la libertad de consumo, del dinero, de la eficiencia, de la competitividad, de la calidad, del esencialismo, de las particiones, de las proxémicas y hasta de unos simpáticos emoticonos: el alfabeto emocional diseñado por el colonialismo digital. Tenemos la autopercepción de ser individuos libres, exclusivos y originales en tiempos en los

que, paradójicamente, con mayor intensidad nos interviene la producción masiva de individualidad.

Veamos, ahora, la naturaleza paraconsistente de esas subordinaciones: somos pero, en realidad, no somos rehenes de todas esas instancias porque no guardamos una relación epidérmica, física, directa con el mundo material o inmaterial en sí mismo, sino con las gramáticas y semióticas elaboradas en reciprocidad con este, es decir, con el conjunto clasificado de sus representaciones. Con un mundo (o su doble) que se hace pasar por el mundo.

Son los efectos de tales relaciones y subordinaciones inducidas por conceptos, símbolos, discursos, mediaciones, es decir, por su clasificación de facto, más que las cosas que en sí mismas -o desprovistas de una especie de "enganche hipnótico"- resultarían insulsas, indiferentes o inofensivas para otras miradas, lo que verdaderamente atañe y constituye el campo de acción de las estrategias desclasificadas. Y esas adhesiones inevitables tienen lugar en los cerebros de una especie dotada por la evolución de tan alta capacidad conceptual y simbólica que podemos llegar a confundirla con la lucidez.

Nuestra mente dispone de un extraño interruptor -de un *click*- que, preinstalado oportunamente por el clasificado/r, nos autosugestiona, suspende, devuelve, o no, a un mundo intermitente. Esto explicaría, también, nuestra asombrosa capacidad de dependencia -o de invitación al hábito- a múltiples instancias, incluso a instancias materiales o simbólicas altamente nocivas y dañinas (sean narcóticos, prácticas o causas y apegos desafortunados). Somos los únicos seres conocidos adictos a la adicción.

Estamos minuciosamente amaestrados para clasificar cualquier artefacto, individuo, comportamiento, mundo conocido o ficticio, material o (hasta donde las creencias, el imaginario sitiado o la microfísica infinita nos permitan decir) inmaterial. Pero la clasificación, cualquiera que sea su motor inicial,

formaría parte de un poderoso afán de conceptualización, de categorización y jerarquía. Clasificación que, primeramente, habría sido establecida según el orden normativo de dioses, señores y mitos para recuperar renovado impulso, en los últimos 500 años, a lomos de un humanismo colonial (sea de inspiración erasmusiana, positivista, capitalista o marxista-leninista) que la proyectaría hacia la mayor expansión territorial y simbólica conocida por nuestra especie.

Con la tecnología digital, la evolución natural de la cultura hacia la diversidad llega a un punto de inflexión a partir del cual se impone, por necesidad mental más que por efectos naturales, otra "nueva estabilidad" que acelera, fagocita, desarraiga y mezcla -unificando-, multitud de valores y pertenencias en un sola plataforma global de interacción: la transcultura. Justamente en su aparente plasticidad, en su *friendliness* sin precedentes, acechan sus mecanismos de disolución. Siendo una matriz global impuesta por la tecnología digital, de momento imbatible, desde un punto de vista desclasificado y pragmático no solo habrían de ser elaboradas estrategias de resistencia sino también pensarla como nuevo lugar (forzoso) de oportunidades que debemos aprovechar con desconfianza.

En el mundo que le toque en suerte, cada humano será inyectado con materiales simbólicos tramados de mitos, espejismos, leyendas, tradiciones y también de hermosos y perversos engaños. Por eso, la desclasificación privilegia la autocrítica como modo de desvelar el autoengaño, paso inexcusable para desenmascarar, según el grado de severidad del juicio que queramos hacer, lo ilusorio, simplificado, oculto o engañoso que nutrirían el sentido (invertebrado) vertebrado ya por la clasificación.

***

El sistema clasificatorio, a ojos neutrales, irradia arbitrariedad, desigualdad y sórdido sectarismo incluso en los países considerados más democráticos que, en realidad, están gobernados desde la oscuridad por poderosos oligarcas, por clanes y antiguas formas de dominación que readaptan sus lenguajes a los nuevos tiempos, imaginarios y tecnologías, en tanto se mantienen fuera de las regulaciones que ellos mismos promueven.

Sumisamente incorporamos los dictados de millares de señales de obligación o prohibición, antiguas o contemporáneas, emitidas por el poder simbólico, que se solapan y acumulan secularmente ya que no han sido rebatidas ni superadas por ningún proceso revolucionario (Holloway, 2002). Aunque, hoy día, el reformismo, el neocapitalismo, las tecnologías unificantes, y hasta la involución, se visten y venden como revolucionarios.

En nuestra época hiperregulada, la condena al destierro simbólico supondría, realmente, una liberación más que un castigo. Pero formamos parte de un sistema que no impone a sus propios consumidores el exilio. Por el contrario, ha readaptado y dulcificado su maquinaria de adhesión totalitaria sustituyendo el vasallaje obligatorio de otros tiempos por la dependencia psíquica, por la fidelización o por constantes llamadas a la permanencia que apagan el deseo de cambio o fuga.

De hecho, vivimos en recintos simbólicos, sin muros ni puertas, de los que, como en *El Ángel exterminador* de Buñuel, no sabemos o no podemos salir. Como solía repetir Maturana (1997): el problema es que "no vemos que no vemos". Y, lo que precisamente no vemos, sería la atracción de una clasificación que nos insta a la permanencia en un entorno de formas inestables y cambiantes que asumimos como normales por efectos de la homeostasis cerebral, frente al esfuerzo de reflexividad orbital, de autoenfrentamiento, al que nos abocaría la desclasificación.

En el mundo contemporáneo, la lógica clasificatoria de las épocas ancestrales continúa transmitiéndose mediante dicotomías convencionales o tácitas, es decir, mediante oposiciones que muestran un solo lado del par, justamente el que el sistema valoraría más positivamente o presentaría como déficit o carencia. Ya no nos trasladaría sus asuntos caducados o anacrónicos sino una implacable lógica capaz de reciclarlos. Así, mediante oposiciones como progreso/subdesarrollo, nosotros/ellos, inclusión/exclusión, o conceptos unilaterales, propios del totalitarismo tecnológico, como analfabetos digitales, informados, preparados, actualizados, competitivos, visibles, rentables, innovadores, el sistema señala el polo del par que camina errático o fuera de la clasificación, del nuevo orden global, del protocolo universal de comunicación establecido ahora en la galaxia Zuckerberg.

La digitalidad sería uno de los espacios preferentes por los que se disemina la clasificación de la ex-cultura de las "sociedades avanzadas", o mejor dicho, de las "sociedades capitalistas avanzadas", contagiando y diluyendo en sus estructuras hospitalarias, y aparentemente neutrales, cualquier modo de clasificación local que se resista parcial o íntegramente.

Convencidas de la neutralidad de las redes digitales, muchas comunidades y sujetos hacen entrega de sus arsenales simbólicos y axiológicos a una lógica amable con el fin de obtener visibilidad y diseminar sus valores y categorías entre sus propios individuos. Craso error: ninguna cosmovisión sobrevive a su digitalización. La "tecno-lógica" reduce los mensajes y sistemas a sus propios códigos y protocolos clasificatorios.

Un precedente, a pesar de todo menos lesivo, lo podemos encontrar en el caso de diversas tradiciones orales que, en Brasil, México, Venezuela o Malasia, fueron escritas por ilustrados jesuitas con el objetivo de protegerlas o consolidarlas. Tras miles de años de autonomía, la escritura habría acabado, en unos pocos, justamente con la oralidad, su materia prima, su

sentido y lógica originaria. Esto sería lo que, análogamente, ocurrirá con las cosmovisiones que "se escriban" y transmitan a través de unas redes digitales que imponen una clasificación simbólica de efectos irreversibles.

Otra perspectiva de la clasificación nos permite observar que los procesos de emancipación son generalmente sectoriales: el feminismo lucha para emancipar a la mujer, el marxismo a los proletarios, el ecologismo al medioambiente, el movimiento LGTBI a los sexualmente marginados, el abolicionismo a los esclavos. Las reclamaciones de derechos siempre son positivas y representan un avance desclasificador parcial pero ¿quién reclamará el fin general de la (o)presión sin pensar en un colectivo específico? Cualquier reivindicación sectorial debería ser pensada en el marco de la desclasificación autocrítica general. Pues esta pretende emanciparnos de una lógica dominante que infiltra cualquier pensamiento.

Por ejemplo, parece evidente que la denominación y construcción de numerosas categorías y etiquetas de los diferentes estadios de la percepción íntima del género y la sexualidad y de una indefinida gama de matices (casi tantos como personas o colores hay, incluyendo la hibridación singular e irrepetible de cada sí-mismo) podrían contribuir a la emancipación del colectivo LGTBI. Sin embargo, se intuye en la categorización una inconsciente respuesta a las exigencias proyectadas por el heterocentrismo, tal vez incluso sutilmente realimentándolo. A la postre, microclasificar satisfaría, sobre todo, a la lógica clasificante.

Atacando el núcleo central del problema, se obtendrían numerosas emancipaciones sectoriales sin necesidad de activar luchas descoordinadas y particulares. Pensar en un solo colectivo para su exclusiva emancipación podría estar ocultando, involuntariamente, viejas prácticas clasificatorias.

***

Una operación explícita de viejo cuño académico, pero que constituye una herramienta tácita y común que manejan todos los sujetos occidentales u occidentalizados, consiste en ejecutar sistemáticamente particiones del sentido en conceptos delimitados y jerarquizados y, mediante sigilosos procesos mentales regidos por la contigüidad o derivados de las ancestrales bases metafóricas hechas posible por nuestra capacitación simbólica, concebir y clasificar, también, las propias instancias materiales o inmateriales a que remiten tales conceptos.

En consecuencia, la lógica partitiva y clasiva, desprendida de esas operaciones mentales y destinada a la representación, terminará configurando un mundo compuesto exclusivamente de las relaciones entre esas mismas instancias[5], como si hubieran sido "creadas" así o solo pudieran existir bajo la apariencia que imponen unas convenciones.

Con frecuencia automática e instantánea, habilitamos conjuntos de propiedades a los que adjudicamos un objeto o contruimos objetos a los que adecuamos conjuntos de propiedades (James, 2007). En el momento que coincide alguna propiedad, un lugar común alimentado por el observador y no propio de los objetos en sí, ya es posible organizarlos en dicotomías y jerarquías. En eso consiste, en suma, el juego de la clasificación.

En ese sentido, entenderemos por clasificación una operación lógica general y simultáneamente especializada que consiste en desmembrar y representar un supuesto mundo exterior en conceptos universales, jerarquizarlos en función de la lógica establecida y devolver el resultado al mismo mundo exterior del que, en realidad, nunca procedieron[6]. Y hacerlo

5 Prefiero generalizar al límite con la noción de instancia que concretar un poco más en objetos materiales e inmateriales o cosas y seres ya que para algunas cosmovisiones no existe tan radical dicotomía. Tampoco para el constructivismo radical de Bruno Latour cuando considera que no hay sujetos ni objetos puros sino hibridaciones: sujetos impregnados de sus objetos y viceversa.

6 Análogamente, Saramago hablaba de la curiosa invención del demonio: un ser maligno surgido de la mente humana para cargarle con la culpa de nuestros actos.

de un modo rutinario, natural, como si lo que nos rodea hubiera confesado a nuestro oráculo los secretos y misterios de su división o de su autoorganización, pero reservándose las causas o relegándolas a un curioso inventario de misterios pendientes.

La epistemología procede a dividir, el mundo que analiza o delimita, en partes y clases que obedecen a patrones, propiedades o condiciones, sean objetos físicos o inmateriales, dotándolos de un particular e indiscutible sentido: un edificio se divide en sus espacios, una religión en sus preceptos y ritos, los animales se dividen en especies y en partes, los mamíferos en subespecies o grupos particulares, la educación en materias, la investigación en áreas[7], etc.

De ese modo, la producción de conocimiento de cualquier origen, bajo su lógica, se apoya en dos operaciones automáticas: medir y regular. Por una parte, la clasificación es una maquinaria de triunfo o fracaso a los que accede compitiendo, comparando, elaborando rankings, es decir midiendo y regulando cualquier visión o itinerario posibles. Realicemos una breve visita a estas dos rutinas clasificatorias:

a) Medición: tal vez en la medición residiera el "éxito" inicial de nuestra especie sobre la naturaleza y sobre otras especies, aunque nada de la naturaleza nos advenga medido o limitado. Y seguramente ese éxito dominador fuera responsa-

7 Dividir, entonces, sería el objetivo clave de la clasificación positivista del conocimiento científico para promover, supuestamente, más conocimiento. Dividir y analizar los todos y especies en partes y clases. Atomizar, demarcar, desagregar, descomponer, deslindar, desmembrar, desmenuzar, disgregar, distribuir, escindir, fraccionar, fragmentar, parcelar, prorratear, repartir, seccionar, segmentar, serían los sinónimos más técnicos y próximos a un contexto científico, de inspiración matemática. Otros sinónimos algo más libres, aunque igualmente calculados, podrían ser: trocear, cortar, cuartear, descuartizar, separar o partir. Igualmente: quebrar, romper, despedazar. Con mayor licencia retórica: alejar, apartar, enemistar, esparcir, indisponer, rondarían, no obstante, campo semántico gravitacional que organiza y dispone nuestra partida vida cotidiana.

ble de las derivas posteriores de una elefantiasis conceptual inconsciente respecto a su propio futuro.

Medir es el primer paso de la apropiación, lógica del cálculo que comanda la forma de ver el mundo de la lógica tradicional desde que accedemos a él. Un cierto instinto de la medición, de la distancia y, desde luego, un acusado sentido de la propiedad, del territorio y sus límites, tienen los animales, especialmente los mamíferos superiores por lo que, aun no proviniendo de la naturaleza el calibrado exacto de su patrimonio, paradójicamente la evolución neuronal nos inculcó el más arcaico sistema de pesas y medidas que, en el devenir, terminaría haciendo posible la tecnología digital: el instrumento más clasificante de la historia.

La misma evolución natural que nos permite medir ilimitadamente nos coloca los límites de la medición al dotarnos de una conciencia difusa del infinito. A la postre, cuantificar solo tiene sentido en la cultura, en el inframundo sapiens, ni siquiera nuestra más "humanizada" mascota será sensible al valor que representa una moneda de plata salvo por sus destellos al sol.

Es por esto que, tras la rigurosa operación de medir o limitar, la única reacción razonable no debe ser la seguridad del avance sino la incertidumbre del movimiento: podríamos estar avanzando hacia atrás. Como en los festejos hitlerianos tras sus conquistas relámpago, como en el significado de la frase popular "morir de éxito" o "mejorar hacia peor", la evolución mental de una sociedad engreída, que a todo se acostumbra, podría alcanzar un punto de inflexión tras el cual accedería a una nueva estabilidad, esta vez de signo involutivo.

A mayor tasa de engreimiento colectivo, a mayor rigor conceptual, a mayor exigencia inútil, a mayor regulación innecesaria, a mayor saturación y concentración simbólicas, hay que responder con perplejidad y desclasificación. Aunque espero equivocarme, me temo que la evolución nos empuja, más allá de civilizaciones y cosmovisiones, a un milimetrado, engaño-

so y dañino relato global en el que, como los episodios de una serie americana, apenas hay que cambiar algunos nombres, personajes y situaciones sobre el mismo guión para que el producto parezca distinto. Esto es lo que puede verificarse en la breve y empobrecedora prehistoria de la transcultura digital, y no me anima nostalgia alguna, tras setenta mil años de diversificación cultural.

Nada objetaría a la operación de medir, limitar e incluso clasificar, si junto a los grandes avances del conocimiento hubiera traído de la mano libertad, justicia e igualdad. Pero esto nunca fue así. Paradójicamente, con cuanta más exactitud miden los instrumentos de la especie, mayor desigualdad generan. Medir, entonces, solo sirve para partir y no para compartir. Solo contribuye a una desigualdad que no para de aumentar en un planeta hipervigilado. Es por ello por lo que debo insistir en que la explicación más factible a esta otra barbarie, solo puede ser contradictoria, a veces por indulgencia o conciliación. Explicar lo inexplicado mediante contradicciones, justamente la "contramedida" expulsada por la policía lógica de nuestro sistema de medidas.

Por esa razón, solo concibo medir, limitar o clasificar como prácticas indisolublemente ligadas a la producción de emancipación y librepensamiento. Y si esto no es así, como de hecho se constata, la única salida digna posible es, en efecto, desmedir, ilimitar, desclasificar, hasta que los sujetos logremos reencontrar la encrucijada en la que nuestros ancestros elegieron el camino erróneo y doloroso que, para dos tercios de sus siete mil millones de herederos, ha deparado la civilización.

b) Regulación: uno de los mecanismos que de modo creciente colabora a la clasificación de cualquier instancia, sea espacio, tiempo o conocimiento, como veremos más adelante, es la regulación. Los Diez Mandamientos podrían constituir un buen inicio mítico de nuestra civilización hipernormativa, si nos empeñamos, como Arquímedes, en buscar el utópico ori-

gen absoluto de las cosas. Aunque otra causa también podría haber sido la primera orden arbitraria y despótica de la primera divinidad inventada por el temor humano, bastantes milenios antes de Amón, Zeus o Yavé.

Desde entonces, los delegados terrenales no cesaron de regular y ordenar el mundo impregnando todos los confines de la naturaleza, del tiempo, del pensamiento. Naturalmente, las reglas son necesarias, como beber o comer, pero la sobrerregulación, como la sobrealimentación o la sobrecomunicación, produce serios daños a la salud. Un mundo hipernómico, como el que sufrimos en las sociedades occidentales, no ofrece condiciones para ser un mundo libre.

Lo más asombroso, con todo, no es el descomunal cuerpo normativo que nos vigila, advierte y sanciona, sino la naturalidad con la que muchos sujetos de las llamadas sociedades democráticas cumplen, sumisos y felices, miles de reglas e imposiciones innecesarias, las hacen suyas, incluso las que contienen un claro fin represivo para el pensamiento o la expresión. Tal vez la paradoja del "placer normativo", el nuevo "vivan las cadenas" que gritaban los partidarios del rey absolutista español Fernando VII a su regreso, pudiera explicar el peculiar gozo de clasificadores y clasificados que rechazan la responsabilidad crítica. Porque no se trata tanto de los asuntos regulados como del imperativo, aparentemente vacío y neutral, de regular y ser regulados.

En España, por ejemplo, están vigentes actualmente unas ciento cincuenta mil regulaciones de rango local, provincial, regional, central, europeo e internacional. Y se trata de normas oficiales, es decir, excluidas las regulaciones de empresas e instituciones privadas, idearios o preceptos de religiones, partidos políticos, asociaciones, protocolos universitarios de defensa de una tesis, normas de congresos o reglamentos de escuelas, clubs, barrios o edificios. Posiblemente, en un solo país, estaríamos hablando de millones de normas que flotan si-

multáneamente sobre nuestras cabezas. Por eso, todos incumplimos una norma en este mismo momento. Todos estamos permanentemente amenazados por una sanción[8].

La burocracia es la ideología de la regulación. Una ideología sin aparente ideología y, por eso, transversal, neutral. Fue tan útil en la Alemania nazi como en la Unión Soviética, en los organismos internacionales o en el capitalismo global. Se trata de la racionalización en aras de la eficiencia, de cualquier eficiencia sin preguntar su adscripción o finalidad. Razón fría como la de un asesino a sueldo que no pregunta por los motivos de su encargo. "No es nada personal, son las reglas", podría decir cordialmente el verdugo ante la perplejidad del reo[9], legitimando la ejecución.

A pesar de su connivencia con el lado más oscuro del poder, con los sistemas represivos y la justificación de su necesidad por la asepsia de los procedimientos empleados, el persistente ideal de la burocracia es el regulativo y, su metodología básica, el registro y la clasificación. Regular es clasificar. Clasificar es regular.

La burocratización impone una lógica hipernómica que polariza los conceptos, unifica las formas de relacionarnos entre nosotros y con el mundo y, por tanto, aunque parece emanar de una lógica universal de la eficiencia, por nadie cuestionada, en realidad produce extrañamiento, resignación o malestar entre muchos clasificados que intuyen la posibilidad de otra organización del espacio y del tiempo, de otra historia, de otras formas diversas de conocimiento.

Con todo, la compartimentación continuada que practica la clasificación en las dimensiones básicas e indivisibles de la

8 En una encuesta televisiva, muchos ciudadanos se sorprendían al enterarse de que, en España, es multado con cien euros conducir con havaianas, beber agua, comer una galleta o apoyar el codo en la ventanilla del coche.

9 Vid el testimonio de los notarios del rey ante la espeluznante tortura y descuartizamiento legales del joven Damiens, acusado de parricidio, en la plaza pública de la Francia más racionalista (Foucault, 1999).

mayoría de los sujetos, por el efecto restaurador y analgésico del equilibrio cognitivo, pronto nos parece "normal". Sin embargo, bastaría salir por un instante de nuestra civilización para asistir a la insignificancia de esa normalidad.

***

Tras la catástrofe de Chernóbil, en 1986, el entonces presidente soviético Mijail Gorbachov -sobrepasado por las circunstancias y obligado por la perestroika- justamente sentenciaba: "hay que detener el progreso"[10]. Ante tan asombrosa declaración, los sujetos más próximos a la maquinaria de reproducción y expansión del sistema clasificador, en las propias sociedades democráticas, deberíamos preguntarnos inmediatamente ¿qué relación existe entre la clasificación y ese tipo de progreso?, ¿qué podríamos hacer para mitigar sus efectos? Contribuir al desarrollo de otros modos de pensar, como el desclasificado, podría ser una alternativa. Y, si se obtuvieran resultados satisfactorios, entonces tal vez desclasificar ya no sería nuestro particular privilegio sino nuestra principal responsabilidad.

A intelectuales, especialistas, investigadores, políticos y *decisionmakers* les esperan dos asuntos que acometer con urgencia en todas las áreas que utilizan la clasificación y las nomenclaturas como instrumento de poder: por una parte, tomar conciencia de la contribución de sus clasificaciones parciales, con efectos totales, en relación a ese progreso dañino y no deseable con el fin de reconducirlo hacia, digamos sin apartarnos -de momento- de una terminología burocrática rediseñada por la poscolonialidad, un "progreso-otro" (Mignolo, 2003; Khatibi, 1983).

10 *La batalla de Chernóbil* (1). Documental emitido por TVE 2 el 22 de abril de 2016. http://www.rtve.es/alacarta/videos/otros-documentales/documaster-batalla-chernobil-1/3581518/

Por otra parte, los clasificadores "profesionales" (metaclasificadores y teóricos de la clasificación), supuestamente obligados por una ética de la reflexividad, esto es, imbuida por el imperativo de pensarnos pensando, habríamos de adquirir y transmitir una conciencia de militancia autocrítica por lo que cualquier campo del saber debería renunciar a su apariencia neutral y adoptar explícitamente posiciones de compromiso político, ecológico y social. Estos dos últimos párrafos forman parte de una utopía: me temo que a la sociedad civil (pero a esta: la simbólicamente más desarmada, inofensiva y sobrealimentada de la historia) le tocaría nuevamente tomar La Bastilla.

Al extirpar radicalmente la ideología y las creencias religiosas del pensamiento científico, para la tranquilidad de los investigadores ante las amenazas constante de la Inquisición, el propio Descartes legaba su "ostracón"[11] a todas las generaciones futuras condenándolas a la verdad, a la objetividad y a la extirpación de cualquier criterio ideológico en las observaciones. Justamente esta mutilación política convierte las taxonomías en taxidermias, confina los conceptos en sarcófagos logicistas y la libertad en la burocracia, reduce la diversidad simbólica o la tecnología a la regencia de la totalidad. Y, de la totalidad, solo puede brotar totalitarismo.

Evidentemente, el sujeto contemporáneo no solo sería emisor o solo receptor de clasificación, sino un clasificado/r que consume y exporta su mundo esquematizado a todos los lugares del planeta mediante las redes digitales. Se torna, así, responsable directo de la neocolonización simbólica de un imperio digital que no ha forzado su incorporación con propaganda

11 Cerámica que portaban los condenados al ostracismo en Grecia. El propio Descartes no sufrió una persecución como la que obligara al propio Galileo a retractarse, o costara la muerte en la hoguera a Giordano Bruno, pero en sus viajes y correspondencia enviada a amigos holandeses y nórdicos comentaba su temor constante. De hecho, algunas obras como *El Mundo* fueron ocultadas durante años para ser publicadas, a su muerte, por sus seguidores.

bélica o patriótica. Fue suficiente seducirlo mediante implacables campañas publicitarias y educativas que han situado, a los lisos y brillantes dispositivos digitales, como el arma de invasión lógica y destrucción cultural más poderosa de la historia. Un dispositivo que traslada las fronteras simbólicas de sus creadores allá donde estemos (y donde no estemos).

En escasos lugares planetarios, sin embargo, todavía se disfruta de una cierta diferencia cultural, de la emoción que transmite la genuina diferencia, una diferencia que, sea innata o procurada, debería ser potenciada más allá del matiz gastronómico o de la falacia floclórica. Esa diferencia apenas sobrevive a veces entre prácticas culturales rendidas a la globalización capitalista y al turismo de masas, empujadas hacia una total decadencia[12].

La autenticidad parcial o plenamente cultural, no lesiva ni opresora, ha de ser reconocida y apoyada, sin pedir nada a cambio, sin mediar la "heterautonarración" ni el "contacto" que proporciona la desclasificación con la mejor voluntad. En virtud de sí misma, la diferencia debiera someterse a estricta autovigilancia de su propia evolución, en su propio lenguaje y ritmo de intercambio, bien lejos de los indicadores transculturales[13].

Ciertas cosmovisiones aún disponen de modos de pensarse y relacionarse con el mundo de las que, siempre desde lejos y sin inmiscuirnos en su devenir, debiéramos aprender para "reconducir" nuestro propio declive antes que continuar exportándolo. Formas de concepción distinta y a veces intraducibles

12 Por ejemplo, los célebres Mursi etíopes, disfrazados de cualquier forma solo para posar en fotografías de pago. Tal farsa, de la que no son responsables, no impide continuar amputando parte de la boca a sus mujeres para insertar los famosos platos labiales, que atraen a cientos de turistas metropolitanos, a cambio de un dólar.

13 Pero ¿que es "la autenticidad" (Taylor, 1994) más allá de lo que alguien cree firmemente que lo es? Habría que auxiliar lo auténtico aunque tuviéramos serias dudas sobre su naturaleza. Y, como en muchas ocasiones en los asuntos simbólicos o en los de pareja, el mejor auxilio externo es el que no se presta.

en términos de lógica occidental. Pero de la intraducibilidad, del contraste, del intercambio simplemente emocional, se extraen materiales altamente valiosos para la desclasificación, como veremos en la sección 2 dedicada a la cultura del *xet'an*.

El pensar mismo sería un proceso circular que reproduce, más que produce, una jerarquización de ideas, de imaginarios y experiencias que pasan por innovadores, aunque se trata de la misma vieja lógica maquillada por la estética del poder. Los ideales de lo establecido impregnan silenciosamente el pensamiento que se define neutral, conciliador u objetivo. Pero el poder hegemónico nunca sería neutral, ni conciliador, ni objetivo y solo reacciona al forzamiento, al temor de su propio declive, para mostrarse dialogante, compasivo o más democrático.

Ante ese mundo monolítico, la desclasificación surge, entonces, como inconformismo que invita a la emancipación suministrando un suero de contraste que revela la diferencia de cada situación. Para muchos imaginarios locales, absorbidos por el imaginario digital, tampoco sería tarde pero, las estrategias desclasificadas, como veremos en la sección 3, habrían de ser ya pensadas y adaptadas a los nuevos parámetros de la transcultura. Al final, su cometido no sería recuperar objetos con más o menos potencial simbólico, sino la libertad de las personas que quieren hacer suyas sus representaciones (o desprenderse de ellas).

Para esa reconsideración, para esa fuga de la exigente maquinaria simbólica y conceptual, sería necesario provocar la suspensión de lo que podríamos considerar "episteme trinitaria", tres grandes mitos que desencadenan nuestros modos de concebir, pensar y producir conocimiento, situándolos ante su propia ensoñación paradójica:

(1) suspensión de la supremacía de la razón consistente mediante su reubicación en el conjunto de las creencias aunque privilegiando la creencia en una razón débil, autovigilante y

rearticulada sinestésicamente en el conjunto de las emociones. La racionalidad tiene, como cualquier exceso o hegemonía, numerosas debilidades por lo que, desde un pensamiento desclasificado, han de readmitirse sus contradicciones inherentes y operar con ellas;

(2) suspensión de la realidad como instancia decible, representable o alcanzable, reconfigurando el rol de los conceptos, representaciones interiorizadas y aparentemente cerradas que proyectan un mundo percibido y emitido como exento y abierto;

(3) suspensión de la verdad como causa última y destino de un modo determinado de conocimiento, observándola y reinsertándola en un marco real de insuficiencias, autoengaños y contradicciones.

Se trata, por tanto, de construir un nuevo lugar de enunciación autocrítico y crítico, metacognitivo, autovigilante, desestereotipado, extradicotómico, desjerarquizado, transverso, plural, descolonizado, flexible, revisable, en suma, desclasificado.

1.1 Razones irracionales

Con el fin de explicitar mi posición como sujeto autocrítico, argumentaré sobre (1) por qué la racionalidad no solo no se opone a la creencia sino que es, justamente, una creencia más. Pensar desclasificadamente implica debilitar cualquier dicotomía que empodere a la razón (razón/creencia, razón/emoción) para terminar erradicando cualquier pensamiento opositivo mediante la adquisición de "conciencia dicotómica", una alarma de su presencia constante. Y, a continuación, asumir que la razón está determinada por su arraigo ancestral al manglar emocional[14].

14 Un reciente estudio empírico demuestra que los procesos emocionales desbordan las seis categorías clásicas (alegría, asco, cólera, miedo, sorpresa y tristeza), y que sentimos, al menos, 27 "dimensiones emotivas". He aquí el nuevo, disyuntor, insuficiente e hiperclasificador inventario de nuestra emociones: admiración, adoración, aprecio estético, diversión, ansiedad, asombro, incomodidad, aburrimiento, calma, confusión, anhelo, aversión, dolor empático, embelesamiento, envidia,

Estas convicciones requieren la colaboración de complejas operaciones retóricas, la desclasificación es una herramienta eminentemente retórica, pues se supone que no podemos simplemente creer, y nada menos que en la razón, sin convencernos a nosotros mismos, mediante argumentos muy matizados, de las funciones y engarce de la razón en las complejas estructuras del sentido.

Incluso para algunos viejos ultra-racionalistas radicales, más que dar sentido al mundo como haría cualquier otra creencia (religión, ideología o hábito ingobernable), la razón sería -para estos erráticos- equivalente al sentido mismo de las cosas, la instancia que les da sentido. Una severa amputación a nuestra inagotable capacidad de hibridación racioemocional. De hecho, junto a numerosos efectos positivos, podríamos atribuir precisamente a la Razón ilustrada la ejecución del proyecto clasificador de consecuencias más universales, sectarias y arrasadoras de la historia.

Por tanto, la propuesta desclasificada consistiría en intervenir estratégicamente en las fuentes mismas del raciocinio, el lugar en el que surge y, simultáneamente, se torna impuro. Para ello, no solo hay que denunciar activamente el pensamiento binario sino alimentar, cuidar y abrazar las contradicciones en lugar de confinarlas en un lugar interior para que estallen, inesperadamente, con otros nombres, con otras caras.

Bajo estas premisas, la razón sería una aplicación o modalidad más de la fe, de una fe desconfiada, si me aceptan este

emoción, miedo, horror, interés, alegría, nostalgia, romance, tristeza, satisfacción, deseo sexual, simpatía y triunfo. Vid Cowen & Keltner (2017) doi: 10.1073/pnas.1702247114. Las nuevas categorías, algunas quasi solapadas o repetidas, se purifican y oponen tácitamente entre ellas aunque realmente se entrelacen, en desiguales proporciones, en el interior craneano. Por otra parte, parece que los sujetos del experimento tenían bloqueados ciertos canales emocionales o ¿es que no fueron expuestos a estímulos que desencadenaran orgullo, vanidad, codicia, soberbia, paciencia y otras muchas reacciones racioemotivas también hibridadas con la razón, la intuición o la corazonada? Así las cosas, continuaré emocionándome conforme a las seis viejas categorías...

otro oxímoron que, con la menor liturgia y la mayor cantidad posible de irreverencias hacia lo racional, es decir, contra sí misma, me empeño en mantener con el mismo escepticismo moderado que, por ejemplo, todavía me obliga a creer en la insuficiente democracia representativa a pesar de los horrores y errores que, en nombre de la propia democracia e incluso de la racionalidad, cada día cometen nuestros países, nuestros gobiernos, y nosotros mismos -como electores- al consentirlos. El mismo tipo de argumentación débil -pero suficiente- es, a mi modo de ver, lo que justifica al desclasificado/r, creer y privilegiar una racionalidad no dogmática y de baja intensidad sobre otras creencias.

Creer -desconfiando- en el poder de la razón, como le ocurrió a Ulises ante el canto de las sirenas[15], y no creer ciegamente en los mitos y leyendas proporcionados por oráculos y nobles, por vanagloria racial o nacional o, incluso, por una sublimación de la bondad popular o de la razón mayoritaria, implica aceptar la mejor explicación, el argumento más convincente y, por tanto, estar dispuesto a cambiar drástica, aunque siempre provisionalmente, de posición.

Precisamente ahí se revela otra insalvable paradoja, para mayor inseguridad y descrédito de los dogmáticos de la razón: las explicaciones, demostraciones, verdades y teorías evolucionan, cambian o se tornan falsas, los dogmas siempre permanecen. Los dogmas se autoprotegen y se proclaman eternos. Los resultados del raciocinio deben procurar autorrevisión o no serían producto de la razón sino de otras creencias diferentes que interfieren su camino. Y justamente el reconocimien-

15 Ulises recelaba tanto de sí mismo, de la condición ingobernable de su ser, que se hizo atar al mástil proclamando, así, el significado de la autodesconfianza, reino de una razón que reconoce sus flaquezas y que, a pesar de ser obra fundadora de la literatura occidental, la "racionalidad imperfecta" (Elster, 1989) ha ganado pocos adeptos con el tiempo. De ahí que, el de Ulises, sea el episodio literario que ha descrito con mayor belleza el auténtico trasfondo contradictorio de la compleja racionalidad humana.

to de esa inseguridad, de esa vulnerabilidad permanente de la conciencia autocrítica, es lo que llena de sentido a la desclasificación.

Por cierto, muchos adictos a la razón han terminado enfermando de "racionalización", una patología catalogada por Edgar Morin (1996). Algunos de ellos sufrirán una bipolaridad paraconsistente pues, al tiempo que creen incondicionalmente en la razón, también creen en supersticiones y mitologías con las que aquella sería teóricamente incompatible (por ejemplo, ser biólogo evolucionista en el laboratorio y admitir un discurso creacionista en la iglesia el mismo día). Esta incompatibilidad, del lado de la exigente razón clasificante, sería intolerable y solo podría ser superada o evitada por el olvido o el cinismo[16]. La desclasificación simplemente la admitiría y exploraría como rica contradicción.

En consecuencia, creer en la razón – en un momento dado- significa tener fe en algo que dejará necesariamente de ser consistente más tarde. Se trata de creer en el cambio mismo, en una estabilidad que necesita ser inestable al mismo tiempo, negar y hasta traicionar lo que alguna vez creímos con firmeza. Esto resultaría inaudito para el dogmático racionalizador; he ahí una diferencia fundamental que podría distinguir tajantemente la razón desclasificada de otras construcciones que se sirven de la racionalidad (como la epistemología).

Por eso, creer en la razón desde una perspectiva desclasificada implica situarse en una hermenéutica de la sospecha. No en el sentido de la célebre duda cartesiana (Flusser, 2011) la cual, eliminando contradicciones, ilusiones y falacias, conseguiría llevarnos a puerto seguro y definitivo, sino de una racionalidad que navega en aguas turbulentas, absteniéndose de imaginar puertos que no existen, sin contar con bases mito-

16 Justamente con sutil y sincero cinismo explicaba William James su decisión de pertenecer a la iglesia para que le dejaran tranquilo en su trabajo filosófico. Vid James (2007).

lógicas que no podrán sostener, más que provisionalmente, lo que la razón edifica (también provisionalmente).

Estamos, además, ante una creencia, la razón, que rara vez se autocritica, esto es, no se piensa o razona a sí misma, una creencia carente de reflexividad. Se trata, entonces, de creer y al mismo tiempo de no creer en la razón: he ahí otra contradicción elemental de la desclasificación.

Por otra parte, creo también en una razón no solamente sometida *a posteriori* por el mejor argumento, sino determinada ya *a priori* y *ongoing* por los complejos resortes de lo irracional (Granger, 2002). En otras palabras, la razón trabajaría al servicio de instintos, pulsiones y emociones (y no al contrario), pero este encuentro sería sinestésico, esto es, con la colaboración múltiple entre los diversos sentidos y sensibilidades, y solo se escinde de esta servidumbre en el objetivismo racionalista o ante la falta de introspección racional: sea por autoengaño o déficit de autofranqueza.

Miles de pequeñas acciones irracionales son justificadas diariamente por nuestra razón interna. El cristianismo compiló la mayor parte de estas inclinaciones, muchas de ellas inter-éticamente perjudiciales, en un repertorio aún no caducado llamado "pecados capitales". Al servicio de esas pulsiones irrefrenables actuará el raciocinio, un raciocinio que, supuestamente, tendría que librarnos de ellas. Releamos algunas de sus premisas, ahora, a la luz de un radical laicismo: el envidioso usará la razón para justificar su envidia. El codicioso pondrá la razón estratégica al servicio de su codicia, el lujurioso para conquistar su presa y el mentiroso para hacer creíble su mentira. El vanidoso o el soberbio lo harán igualmente para legitimar sus egos.

Junto a estas pulsiones elementales y camufladas, de origen paleocefálico (el cerebro de los dinosaurios) y convertidas en humanas por mediación de una racionalidad que las propulsa desde la intencionalidad, también asistimos a actos de inima-

ginable barbarie apoyados o justificados por una racionalidad colectiva gobernada por el impulso irracional gregario ante el miedo (las estampidas humanas, la complicidad bárbara) o la recompensa a corto plazo (la delación por celos, por venganza o beneficio). Nuestra contradicción originaria es difícilmente refutable: la razón está al servicio de una irracionalidad que amplifica y distorsiona.

La desclasificación solo explicaría, nunca justificaría, la doble cara de la racionalidad mediante esa contradicción matriz: la razón surge y es cómplice -y no contraria o adversaria, como nos hacen creer- de la irracionalidad que parece rechazar. Por tanto no se trata de una razón esencial, la esencia no existe más que como utopía racionalista, sino de una razón mestiza, de algún modo, irracional y, por eso mismo, contradictoria. El único problema reside en ocultar, maquillar o no aceptar esa condición.

La obra de Cassirer (1998) me sedujo con una imagen que refuerza el estatuto contradictorio de la racionalidad: según el pensador prusiano, el ser humano sería, más que racional, un animal simbólico. A mi juicio, la razón estaría supeditada a esa capacidad de imaginación y simbolización única en nuestro planeta y justamente sería la imaginación la que proyectaría el espejismo de una racionalidad plena que se verifica imposible. Es tan solo un ardid de nuestra potencia simbólica lo que nos hace creernos, ante todo, plenamente racionales.

En la enorme potencia sintética de logos y marcas comerciales y de cualquier tipo de representación simbólica audiovisual de ideologías (la esvástica nazi, la hoz y el martillo), de patriotismos (banderas, escudos, himnos y emblemas), de religiones (cruz, media luna, entonaciones corales, cánticos), de productos (símbolos de corporaciones y artículos, *jingles* y sintonías publicitarias), se centraría la pulsión racional del poder simbólico para perpetuar su histórica hegemonía y, de paso, rememorar o añorar su histórica tragedia. Justamente, a golpe del "enganche hipnótico" inducido por los que manejan las claves del hipersimbolismo.

En definitiva, creo en una razón cuya tentación o riesgo dogmáticos puedan ser controlados para que la lucidez no contraiga la demencia logicista. Pero se trata de una razón que inicialmente, lejos de contravenir o equilibrar la inclinación irracional que la precede y gobierna, argumenta a su favor, en múltiples ocasiones justificando el egoísmo, la injusticia o la violencia, y es capaz de reforzar sin escrúpulos cualquier argumento a favor del enunciador no para convencer, sino para vencer en un debate (Schopenhauer, 2002). La única y efectiva enemiga de la racionalidad no sería la irracionalidad sino la razón misma. Esta proposición desclasificada sustituye en todo caso, la dicotomía racional/irracional, por la oposición paraconsistente: racional/racional.

Estamos ante otro acto de fe especulativa: la presencia subyacente de la contradicción en todo argumento racional, la naturaleza inseparable y dependiente de la racionalidad respecto a emociones y pulsiones (articulando un doble oxímoron: emoción/pulsión racionalizada y racionalidad emocional/impulsiva). Por tanto, la única razón posible es la impura, la que solo reconoce una genealogía inseparable de las estructuras intencionales y pulsionales, la que supera la dicotomía ración/emoción mediante otra expresión desclasificada: racioemoción[17].

Pero la aceptación de esas interferencias por parte de la desclasificación no implica que todas ellas sean positivas para el pensamiento desclasificado. Por ejemplo, sería una prioridad explicitar y controlar, por ejemplo, el orgullo nacional, racial o religioso que nada tiene que ver con un legítimo sentimiento que no debería abandonar la esfera íntima. Donde hay deseo de desclasificación, sobra el orgullo o cualquier otra pulsión discriminatoria (la dignidad, por ejemplo, nunca lo sería). La creencia auténtica no necesita exaltación y mucho menos imposición.

17 Cfr las sintonías de este instrumento desclasificado respecto al raciovitalismo que propone Maffesoli (1997)

Creo, en consecuencia, en la naturaleza contradictoria de una racionalidad que solo pertenece al mundo de las representaciones. No creo, sin embargo, en la naturaleza contradictoria de las cosas (o, al menos, declaro mi agnosticismo en ese aspecto) y, por el contrario, mucho más allá del constructivismo radical de Latour, sí lo hago en la naturaleza -necesariamente contradictoria- de las explicaciones que damos sobre ellas. De otro modo, no habría evolución mental posible. Esto explicaría, por ejemplo, por qué sostenemos con tanta convicción algunas afirmaciones que terminamos autonegando inmediatamente, o cierto tiempo después, apenas cambia una irrelevante circunstancia.

Mi fe en la razón es una fe, por otros motivos, también contradictoria toda vez que se trata de una fe argumentada. La fe no necesita explicaciones a pesar de los denodados esfuerzos de Kierkegaard (1999). Sin embargo, lo mismo ocurre en algunas religiones monoteístas como el cristianismo o, singularmente, el Islam, al recurrir a explicaciones para sostener dogmas que, teóricamente, no necesitarían argumentos ni demostración.

Y una última intuición: si en algún momento nos hubiera invadido la racionalidad pura, esto es, no interferida por pulsiones, imaginarios simbólicos ni emociones, seguramente muy pocos humanos habrían tenido descendencia y, entonces, haría milenios que la especie no existiría. Por algún motivo ignoto, la evolución lo impidió.

1.2 La realidad y los conceptos

En cuanto a la realidad, cuya suspensión se propone en (2), aplicaré el séptimo aforismo de Wittgenstein (2002): la indecibilidad. Lo que decimos, en nuestro mundo, sería para lo indecible (el conjunto infinito de todo lo que no puede ser dicho), lo que una partícula subatómica es para el multiverso: un infinito universo de universos infinitos.

En ese aspecto, mi lugar de enunciación estaría pletórico de explicaciones que nunca podrían competir con el conjunto de "no-dichos", una infinitud potencialmente armada y lista para contravenir o contradecir el conjunto finito de "lo-dicho", de lo ya dicho, incluso de lo que potencialmente estaríamos habilitados, en cualquier momento, para decir o callar.

La realidad no es indecible a causa de variables ocultas, como dirían los físicos, unas incógnitas que se podrían ir despejando hasta alcanzar el conocimiento absoluto. La realidad es irrepresentable simplemente a causa de las limitaciones cognitivas de una especie petulante surgida por azar en un mundo remoto y sin nombre. El conocimiento solo sería un conjunto de conceptos exentos, de fragmentos inconexos que sacian, con más sed, la incapacidad de acceder a una indecibilidad sobrecogedora. La totalidad del conocimiento solo sería una perdida gota de sentido en un universo inconsciente.

A pesar de las invocaciones autorreferentes y automotivadoras que podemos hacer respecto a la grandeza del conocimiento humano, creo que con frecuencia no sobran las invocaciones al cosmos para devolvernos a nuestro verdadero tamaño. Pero en la naturaleza existen infinitos tamaños y escalas, y nosotros pertenecemos a una muy restrictiva aunque nos haya sido dado desarrollar instrumentos para observar otros tamaños tan lejanos como próximos (por el hecho de ser accesibles), desde estrellas a bosones, a pesar de la distancia relativa que nos separa.

El logos, la capacidad de construir y representar el mundo de las cuatro dimensiones mediante un lenguaje, fue resultado de una capacitación evolutiva que permitió, a unos seres, hacer determinadas representaciones sobre un mundo autoconstruido, una capacitación de orden racio-simbólico doblegado a la pulsión irracional. El razonamiento, por sí mismo, nunca podría afirmar su causa última y mucho menos mediante las metáforas que deslizan los conceptos para hacernos familiar

un *phoroi* cada vez más extraño. De la razón, solo podría darnos cuenta fidedigna un ser que permaneciera necesariamente fuera de ella, capaz de hacer un informe en nuestro restringido lenguaje: una voz que solo podría provenir de otro universo, de un mundo plenamente irracional, de la demencia extrema, de un arrebato emocional irreversible, del dolor irreparable, o del arte más visceral, incomprensible y deshumanizado como para poder hablar desde lejos sobre nuestra condición humana.

A pesar de confesar mis simpatías hacia las diversas modalidades de constructivismo (Latour y Woolgar, 1995; Berger y Luckmann, 1997; Olivé, 1999;Watzlawick y Krieg, 2000), debo discrepar de su hipótesis central: a mi modo de ver, la realidad no sería una mera construcción subjetiva. Sin embargo, aún con más fuerza debo refutar la perspectiva representacionista, según la cual, la realidad sería algo objetivo, aquello de lo que nuestra mente —el célebre espejo— obtiene representaciones o sobre lo que se limita a realizar modestas interpretaciones.

Salvo por un acto de fe, nunca sabremos si por determinismo, casualidad o accidente brotó la conciencia en este planeta ignoto, o en varios millones de ellos, o en mundos replicados en una infinidad de galaxias y multiversos, pues averiguar esto sería tanto como exceder la inabarcable realidad o disponer de alguien que nos hablara desde su exterior.

El argumento que manejaré como revulsivo de la dicotomía clásica construcción vs representación refutará, naturalmente también como especulación, cualquier otra especulación: pensada desde una concepción práctica, aunque somos su consecuencia provisional, la realidad dejó de ser percibida lenta y gradualmente, por los homínidos, conforme estos iban adquiriendo y potenciando su logos, su mente simbólica y lógico-conceptual.

La evolución se trascendió a sí misma, en palabras del filósofo noruego Jon Elster (1989), al surgir la inteligencia. Po-

dríamos especular, aunque resulta irrelevante hacerlo sobre una causa última, que la indecibilidad de lo real, su misterio indescifrable, hasta podría ser un mecanismo de autodefensa que la propia evolución inconsciente instaló en la inteligencia humana para contener, en parte, su posible poder totalizador, expansivo. Y de forma más efectiva y silenciante que la mortalidad que nos fue adjudicada por herencia del pecado original dotando, así, de discontinuidad a nuestra filogenia[18]. Pero en el universo indeterminista en el que deseo situarme, nuestra hipótesis sobre la realidad estaría, en algún aspecto, próxima a la conocida máxima de Bruno Latour: aquello que no se deja manipular.

Me permitiré una pequeña y única licencia con la realidad indecible para establecer las reglas de este juego de conjeturas: la realidad deja de ser percibida gradualmente por los humanos conforme comienza a ser interferida por el conjunto crecientemente clasificado de sus representaciones y —llego al término de mi hipótesis— a ser transferida, comunicada y sustituida por este. Esto no significa que la realidad no exista sino, sencillamente, que la dimensión que ofrece a los mamíferos pensantes sea vulnerable y cada vez más difusa por nuestra mediación (y medición) lógica, simbólica, conceptual y, prácticamente extinguida, mediante la categorización (metaconceptualización) y la clasificación.

De la inmensidad inefable de lo real solo nos restaría, entonces, nuestro micromundo, un mundo mediado por meras representaciones filtradas por cada cosmovisión. La realidad sería tan controvertida, o tan definitivamente indecible, que la desclasificación aboga por sacarla de su mesa de trabajo, del

18 De hecho, el conocimiento acumulado por la especie debe ser aprendido y reiniciado nuevamente en cada ontogenia, tal vez frenando así una evolución mucho más acelerada de la capacidad técnica pero -respondiendo a un incontrolado instinto de supervivencia- también contribuyendo a retrasar la autodestrucción de especie y entorno.

mismo modo que los neopositivistas desechaban los juicios metafísicos por obstaculizantes e indemostrables.

Y ya en nuestro mundo nocional, lo litigamos todo en frentes simbólicos y lógico-semánticos en los que hemos olvidado completamente los substratos originarios del pensamiento que nos ha traído hasta aquí, hasta la utopía de la comunicación en un planeta sobrecomunicado. Al igual que en el corazón de la ciudad, hecha de cemento y túneles, vivimos ajenos a una naturaleza que previamente, tal vez no hace tanto, ocupaba su lugar. Lo mismo ocurre con un sistema de conceptos que no advierte estar perdido en su propia circularidad.

1.3 Verdad y autoengaño

La suspensión de la verdad, recogida como punto (3), sería una medida extremadamente necesaria toda vez que su invocación excesiva constituye otro serio obstáculo para la desclasificación. Los seres humanos se dejan llevar a menudo por lazos inquebrantables hacia alguna creencia (la religión, la nación, la razón...) mediante la cual pretenden instaurar una (segunda) "realidad" ya dentro del mundo social, que podemos entender como la Verdad. Esa secundaria realidad de facto, la "real-ización", no sería indecible como la realidad en sí, sino que consigue suplantarla mediante un complejo simulacro.

La verdad y la mentira fueron potenciadas a conveniencia de los más poderosos desde los albores de la conciencia. Y por buscar algún responsable originario del veritaticidio, aunque sería más práctico concebir la verdad como no plenamente verdadera o *non nata*, sería el logos, ya que el pensamiento estructurado mediante el lenguaje (y viceversa) proporciona las condiciones de su imposibilidad.

En la poco exigente óptica desclasificada, relativizar el valor de la verdad no sería un problema: esta podría corresponder al enunciado más verosímil o a un consenso provisional sobre una verosimilitud. Por más que pudiera pesar a la desclasifi-

cación, sería preferible omitirla como ideal hipotético e inalcanzable que aceptar una verdad sesgada por la clasificación. Y, naturalmente, poner a los grandes enunciados sobrevenidos bajo sospecha.

Nadie puede asegurar la validez de un enunciado para todo y para siempre. Y siempre hay un sujeto o una cultura, o una objeción en un solo sujeto o cultura, o en mí mismo en distintos tiempos y estados de vehemencia, que invalidarían las pretensiones de unanimidad y universalidad de un enunciado. En este caso, la verdad más demostrada podría no superar el estado de conjetura.

Para que un argumento pueda ser validado como verdadero sería necesario un metapunto de vista del que no disponemos los humanos, aunque algunos se lo autoatribuyan y en él hayan basado el relato de la historia. La verdad rara vez iría más allá de su propio proceso de construcción, como argumentaban los falibilistas (Peirce, 1975; James, 2007), o quizá solo podríamos hablar de inútiles fragmentos de verdad, de medias verdades equivalentes a medias falsedades. La verdad solo puede ser concreta o no sería verdad, advertía Brecht. Y tendríamos que averiguar, definir y consensuar universalmente, entonces, qué es lo concreto (tarea igualmente utópica) porque, como decía Bachelard, generalizar podría ocultar modalidades del oscurantismo. Ante los dilemas irresolubles, la laxitud amoral de la desclasificación en este terreno admitiría, incluso, una verdad que, simultáneamente, no fuera verdad: *dialetheia*, una verdad contradictoria (García Gutiérrez, 2007).

En nuestra vida cotidiana, el autoengaño, antes que el engaño incluso, estaría instalado en las estructuras mentales y en las de la propia construcción de la socialidad. Las generaciones, un concepto también engañoso e indefinible, pero de las que muchas personas creen y atestiguan formar parte (tal vez al reducirlas a las promociones escolares o al nacimiento, porque todos somos transgeneracionales), reciben en herencia

un mundo hecho de los materiales del engaño, sea ingenuo o deliberado, y prosiguen su edificación desde esos fundamentos falaces como si fueran verdaderos.

La propia mentira, en sí misma, sería impulsada por la supervivencia, por el instinto, por la introversión, por la envidia, por el deseo, por razones que no suelen ser confesadas. Pero es el miedo el principal motor de la mentira. Especialmente, el miedo a decir la verdad.

La mayoría de las personas mienten a partir del autoengaño, mienten sin saberlo. La declaración de sinceridad podría ser, como dice Elster (1989), un perverso modo de ganar crédito ante los demás. Con razón, Paul Valéry (1988) advertirá al respecto: el autoengaño puede alojarse en la más pura sinceridad.

La verdad absoluta pertenece a la clasificación, y la verdad relativa, fragmentaria, en construcción, no es verdad plena; entonces ¿para qué nos sirve invocarla más allá de una intención retórica o erística? La desclasificación se conforma con acompañar el fragor del mundo y no se centra en la verdad o falsedad que contiene un enunciado, sino en la buena o mala fe depositadas en el mismo, independientemente de su grado de verdad o engaño.

En la era de la transcultura digital, la verdad se reducirá, de facto, a la interacción de valores, a una verdad como proceso, como tránsito, como precariedad, como impostura, como posverdad. Intuimos que la mayoría de los mensajes que circulan: políticos, publicitarios, religiosos, son no fundamentados, o son interesados, equivocados, banalizados o falsos pero con naturalidad asombrosa los asumimos o cínicamente los reproducimos. Como el célebre *San Manuel* de Unamuno que, sin creer en ella, con su mejor intención predicaba la fe cristiana; o como un niño que decide creer en Santa Claus para no dejar de recibir regalos.

La posición neutral de la desclasificación, en ese sentido, no implicaría ignorancia ni indiferencia ante la calidad epistemológica de los argumentos. Desde esa posición, simplemente

sostendría que la verdad tiene las mismas, o incluso menos, posibilidades que la popular mentira – mentira o falsedad, de hecho, no serían netos contrarios a la verdad, sino simplemente otras vías estratégicas para obtener la adhesión o la consecución de un objetivo– en la enunciación. Millares de "generaciones" y personas han vivido, y vivimos, bajo metarrelatos universales o relatos intersubjetivos completamente falsos pero, en tanto fueron felices, ¿habría algo que reprochar? La mayoría desapareció, como todos nosotros lo haremos, sin conocer una definitiva y verdadera versión del mundo.

Por otro lado, no debemos perder de vista el potencial milenario del engaño como inicial estrategia de despiste, burla, persuasión y seducción del contrario, animal u hominino, macho o hembra, depredador o víctima, inscrita en la trayectoria filogénica de todo cerebro, y como posterior particularidad de la naciente cultura, siempre entreverada de naturaleza, determinada por la relación agonística entre razones e instintos, represiones y deseos.

Si la declaración de verdad o falsedad, con todo el peso institucional de la argumentación científica o forense, ha podido transmutarse o diluirse en el tiempo, o mediante otras refutaciones y argucias sin sus metodologías, convendremos que la posición más pragmática será la que no prejuzga verdad o falsedad alguna sino la que, sin ingenuidad, decide entender el mundo como fruto de consensos, creencias o relatos verosímiles y precarios. Hasta la verdad procesal de nuestro tiempo, desgraciadamente, termina siendo resultado de acuerdos vergonzosos. La ética y la justicia clasificadoras solo tienen las peores consecuencias para los sumisos clasificados.

***

Al conocimiento se accede mediante explicaciones satisfactorias, lo que muchos llamarán la verdad, aunque esta solo sea

provisional, epocal, oportunista, nunca universal ni definitiva. Su condición efímera, a los ojos indulgentes de la desclasificación, tampoco le restaría un ápice de valor si su aplicación o divulgación generó algo bueno para las personas (y más allá del humanismo: también si trajo algo bueno para la naturaleza).

En ese sentido, por ejemplo, no podríamos afirmar que era falsa, o un fracaso, la creencia de una tierra como centro sobre el que giraba todo el universo sin pensar que cualquier creencia que poseamos ahora, por ejemplo que la vía láctea forme parte de un agujero de gusano entre universos, como anuncia alguna arriesgada teoría (Rahaman, 2014), también sea falsa en la misma medida. Ni que el secular método de sangrado mediante sanguijuelas fuera erróneo (¿qué decir de los antibióticos?), o que el caminante de Laetoli, en Tanzania, no fuese nuestro primer antepasado como se pensaba, en espera de ser mil veces destronado por otros descubrimientos[19].

Todo lo que sabemos será superado, refutado y denostado en el futuro, conforme la verdad avance ridiculizando y liquidando a su mayor adversaria: ella misma en tiempo pasado. Lo único cierto es el camino y no un destino sin final humano ¿por qué íbamos a estar más cerca de la verdad que alguien que ya

19 Descubierta por casualidad en 2002, la "huella de Creta", se confirma como la de un pie inequívocamente perteneciente a un antepasado humano, habitante del Mioceno tardío (Gierlińskia, 2017). Esta pisada no solo ha sido datada en 5,7 millones de años, sino que supera en más de dos millones de años a la más antigua localizada y asociada a nuestra especie, la del caminante de Laetoli en Tanzania, con pies ya similares al humano moderno, hace 3,7 millones de años, o incluso superando en un millón al *Ardipithecus de Etiopía,* con 4,4 millones de años, dotado todavía de pies de simio a pesar de lo cual, por otras características, se admitía y clasificaba como el más antiguo eslabón encontrado en la escala evolutiva. Sin embargo, este pequeño descubrimiento no termina ahí, sino en el hecho de cuestionar que nuestros primeros antepasados, el origen de la especie, se pensaban y situaban en África. Por tanto, como se sugiere ahora, nuestro antecesor caminaba en una isla, Creta, todavía no-isla pues estaba pegada a Grecia en aquella época, a orillas de un mar Mediterráneo brevemente desecado unos cien mil años más tarde de aquel paseo. El caminante de Laetoli fue el primero, así como, por el momento, lo es el de Creta. El final es el proceso.

murió creyendo en la verdad de su época, de su entorno? La verdad, como el gato de Schröedinger, estaría viva y muerta, mas siempre al mismo tiempo[20].

Se trata de una verdad que, paradójicamente, nunca podría ser la misma salvo en sistemas dogmáticos e inmutables y a menos que afirmáramos que el conocimiento, siempre sujeto a evolución, en realidad es un espejismo. Resulta sorprendente, si no es la simple dinámica del olvido o la interferencia de una personalidad múltiple, ese mecanismo homeostático mental que autojustifica y normaliza, sin excusas, nuestras constantes contradicciones.

La realidad y la verdad no son incompatibles sino, simplemente, intraducibles: no se lesionan ni sirven para recíproca comprobación, porque nunca interaccionan ni cruzan, porque la verdad pertenece al mundo de las relevantes representaciones humanas aunque este forma parte irrelevante de algún avatar remoto y provisional de una realidad indiferente al sentido y a nuestras preguntas. La realidad en sí solo se percibiría a través de las indomables membranas de lo sensible en tanto que la verdad se construye mediante conceptos, silogismos e incluso públicos actos de fe.

La realidad, en todo caso, está ahí. El sujeto no puede decir nada útil sobre ella (aunque, como yo mismo, la invoque constantemente), ni operar con ella salvo sentir su inexorable presencia, en tanto la verdad -como narración- se elabora, se argumenta, se exhibe. Tal vez por no haber sido considerado un buen aliado de la verdad, el silencio estaría más próximo a la realidad que la palabra. Y, en ciertas ocasiones, también más próximo a la propia verdad.

La realidad no es clasificable en tanto la verdad y los mundos a los que pertenece la verdad nacen de clasificaciones al

20 La teoría de cuerdas proporciona lecturas imprevistas sobre una concepción tradicional de la verdad. Ante los enunciados contradictorios, tal vez habría que comenzar a usar la indulgencia suministrada por el "atenuante cuántico".

igual que los humanos nacemos con cabeza o, las ramas, de un tronco. De hecho, la forma arbórea no sería ajena a las concepciones más primitivas de la clasificación hasta que la metáfora de troncos, ramas y raíces eclipsó otros modos de concebir el mundo físico o simbólico.

Dominar el mundo y la verdad, depende de su grado de conocimiento, de la pericia e incluso de la audacia en las artes de su clasificación. Así, el árbol dicotómico de Porfirio fue heredado de generación en generación, inoculando su lógica no solo en las formas de vida e idiosincrasias populares, sino en las de las propias élites eruditas y militares, clérigos, banqueros, comerciantes, monarcas y políticos que, a la postre, pasaban por el mundo con diferente holgura económica pero bajo el mismo esquema binario y maniqueo.

Para la desclasificación, por tanto, el valor de la verdad sería relativo, situado, efímero, esto es, evidente y a la vez contradictorio porque ¿cómo podría ser la verdad otra cosa sino siempre verdadera? ¿en qué lugar queda entonces la indudable verdad anterior, la que ahora declaramos obsoleta, falsa o errónea?

Esta pregunta desliza dos premisas felizmente contradictorias: 1) más allá del falibilismo, lo verdadero, por tanto, antes o después terminaría siendo declarado falso o erróneo, ya que -lo sabemos todos- en algún momento sería olvidada, derogada, sustituida una certeza por otra conforme avanza (o, mejor, preferiría decir se "mueve" o "cambia") el conocimiento, y 2) la falsedad tiene más opciones de ser cierta que la verdad, del mismo modo que tiene más posibilidades de ser verdadero el insulto que la adulación: si en algún bar caribeño te llaman "amol", podría ser verdadero o falso pero, si te llaman "comemielda", muy probablemente te estén diciendo la verdad. Si alguien me felicitara por este libro, podría considerarlo verdadero o falso, pero si me dice que es pésimo, seguramente hablaría con sinceridad.

2. La cultura del *xet'an*

Lo que voy a describir, a continuación, podría ser una ficción similar a aquella ingeniosa fábula de los "antípodas" con la que Richard Rorty ilustrara su antimentalismo (1983). En nuestro caso, tampoco importaría mucho que fuera una fabulación útil para revisitar ciertos aspectos de la desclasificación, pero se trata de una crónica cierta y contemporánea.

Este episodio es deudor de una expedición personal a la cosmovisión maya tojolabal al encontrar, por casualidad (serendipidad), un rico material pre-epistemológico, el *xet'an.* No se trata de un mineral, sino de una noción tojolabal sobre la que me apresuré a aplicar la recomendación que George Steiner hacía en *El Castillo de Barba Azul*, cuando proponía, a la decadente y autodestructiva civilización occidental, "aprender de las culturas originarias, desidealizándolas", repárese bien: desidealizándolas (difícil tarea paraconsistente para los idealistas).

Complementando otros estudios llevados a cabo previamente, sin ánimo etnográfico alguno pero siempre tras la huella del pluralismo lógico, en las sabanas al sur del Orinoco en 2006, en comunidades berber enterradas en los *foum* saharianos (2009-2013) y particularmente, durante una estancia sabática en 2015-16, en el Mayab mexicano, a fin de estudiar el impacto de los dispositivos digitales en el imaginario maya (García Gutiérrez, 2016), me atrajo la "diferencia" del pueblo tzotzil y, particularmente, la lógica y política simbólica de los tojolabales.

Me centraré, en lo que sigue, tan solo en un rasgo aparentemente menor de la cultura tojolabal, la noción de *xet'an*, "pedazo", la acepción más próxima a nuestro concepto de "parte" mas incorporando una completa ruptura a partir de una simple palabra proyectada por toda su cosmovisión. Como veremos, la metáfora del pedazo hace posible no solo cuestionar las bases de nuestras formas de clasificar el conocimiento sino también nuestras rutinas cotidianas.

En realidad, la expresión "cultura del *xet'an*" o "lógica del pedazo", no retrata precisamente a los tojolabales, como podría equivocadamente inferirse. Se trata de una visión, que tomo prestada de esa cosmovisión maya, justamente para revisar autocríticamente nuestra forma de pensar y, por tanto, de clasificar el mundo triturándolo. El *xet'an*, como otros elementos obtenidos mediante epistemografía simbólica en busca de materiales para la autocrítica, se nos muestra como espejo ineludible que invita al pensamiento desclasificado. Comenzaré con una breve contextualización de la cultura tojolabal, apoyándome en el excelente trabajo etnográfico de Lenkersdorf.

La etnia tojolabal está conformada por unas 55.000 personas dispersas al sur de Chiapas, al parecer, procedentes originariamente de Guatemala. La preservación de su cultura fue objeto de atención especial para el movimiento zapatista, muchos de cuyos responsables son tojolabales.

Carlos Lenkersdorf, originariamente antropólogo alemán, permaneció en Chiapas durante más de 20 años a lo largo de los setenta y ochenta, trabajando con la comunidad "nosótrica" tojolabal en el municipio de Las Margaritas. A pesar de tanto tiempo de estudio y convivencia, en una entrevista[21] confesaba que nunca consiguió un dominio pleno simplemente sobre el uso del pronombre "nosotros", traducción al español de la

21 Entrevista de Ana Esther Ceceña a Carlos Lenkersdorf publicada en la *Revista Chiapas*, 1999, nº. 7, p. 191-205 http://www.revistachiapas.org/No7/ch7entrevista.html (consultado en octubre de 2012).

desinencia "-*tik*"[22] con la que los tojolabales cierran casi todos los enunciados, podríamos decir que reemplazando la primera persona del singular -yo- por nosotros "-*tik*".

En la lengua ergativa tojolabal (una de las más de cuarenta lenguas mayas vivas, algunas incomprensibles entre ellas) ni siquiera existe un pronombre personalista equivalente literal al "yo"[23] individualista occidental. Advierte Lenkersdorf: "la importancia del nosotros excluye el énfasis en el individuo, en particular en el ego (…). El nosotros absorbe al individuo y requiere su incorporación al grupo "nosótrico" (…) No borra al individuo, sino que le da espacio para desarrollar todo su potencial" (Lenkersdorf, 2002b: 4). El conocimiento de cada sujeto sería resultado de una proyección comunitaria, desde y para la comunidad, de modo que no habría beneficio o conocimiento personal sino enriquecimiento o empobrecimiento compartidos.

En tanto la tradición occidental, desde la filosofía hegemónica griega, auspició el ser, la luz, el verbo, la unidad y un mundo de dicotomías, en otras cosmovisiones el sentido reside en lo colectivo, en lo comunitario. Continúa Lenkersdorf: "la verdad no tolera competidores (…). El filosofar en clave tojolabal, en cambio, se estructura conforme a los principios organizativos de la pluralidad, y conforme a los principios acompañantes de la diversidad y de la complementariedad (…) En las relaciones so-

22 La invocación nosótrica configura varias lenguas mayas como la tojolabal, tzeltal o ch'ol. Para Lenkersdorf, "-*tik* es una desinencia, que quiere decir Nosotros (…) en el habla de todos los días suele repetirse constantemente. Y no sólo ocurre en la lengua, sino que el Nosotros predomina tanto en el hablar como en la vida, en el actuar, en la manera de ser del pueblo (…) representa un elemento tanto lingüístico como vivencial" (Lenkersdorf, 2002b: 8ss). Véase, también, Lenkersdorf (1996 y 2002a) y, para un mayor acercamiento a la lógica de la lengua tojolabal a partir de las construcciones castellanas, su diccionario castellano- tojolabal (2010a) y tojolabal-castellano (2010b).

23 Salvo una especie de yo vivencial (-*on*) o agencial (*j*-), una subjetividad plural e intraducible literalmente pues pertenece a otra lógica enunciativa y compleja (cfr. Lenkersdorf, 2002b: cap 6 y 2010a)

ciales nadie trata de destacarse sobre los demás, sino que busca la mejor manera de hacerse útil a los demás. De ahí los juicios negativos: *jel niwan wa xya'a sb'aj* (se hace muy grande) o *jel stoyo sb'aj* (presume mucho). La sabiduría conduce a la complementariedad y viceversa" (Lenkersdorf, 2002b: 36, 37).

Como se evidencia, esta milenaria cultura renovada a sí misma no solo podría correlacionarse o incluso inspirar el pensamiento complejo, el pluralismo lógico, la teoría poscolonial o la propia desclasificación, sino también contribuir con valiosas aportaciones autocríticas al enloquecido, burocrático e hiperclasificado mundo occidental sin dañar las conquistas sociales o el pensamiento crítico que hizo posible la mejor tradición occidental.

Al igual que a nuestro individualismo le sería muy difícil pensar o actuar "nosótricamente", los tojolabales lo hacen cotidianamente y como colectivo indivisible al que pertenecen desde el mismo nacimiento. Se trata de una cultura acoplada a una lengua intersubjetiva, basada en una cosmología en la que las personas, sistemas vivos y naturaleza no son objetos sino sujetos que interaccionan entre sí.

La comunidad en pleno se ocupa, por ejemplo, de los recién nacidos y se considera al sujeto aislado como un pedazo del colectivo, un fragmento sin sentido. Incluso un extremado sentido comunitarista hace que, para ciertos asuntos, solo se permita participar a los casados en los debates ya que los solteros no serían considerados todavía como "personas completas" (Lenkersdorf, 2002b: 15).

La necesidad vital de consenso[24], un fin que debe alcanzarse a toda costa entre los tojolabales (más allá de la polémica que sobre "el rodillo del consenso" abriera Peter Sloterdijk en su crítica radical a Habermas y que, en relación al consenso co-

24 En los parlamentos occidentales no habría esa voluntad natural de consenso para alzar una voz colectiva única sino, más bien, acuerdos interpartidistas, parciales e interesados que utilizan el consenso como medio y no como fin.

munitarista, merecería otro estudio), pues bien, esa búsqueda de consenso entre los tojolabales provoca acalorados y ruidosos debates hasta lograr que cualquier problema que afecte a la comunidad sea resuelto (parece que dando la razón a Habermas)[25].

Esa simple diferencia enunciativa individualista o nosótrica, impuesta por una lógica que alcanza todos los rincones de la existencia, convierte al mundo occidental y al tojolabal en literalmente intraducibles (salvo mediante traducción compleja o practicando una hermenéutica diatópica como la desarrollada por Raimon Panikkar (1990) o Boaventura Santos (2005)[26].

Sin asumir esta idea matriz de su cultura, la experiencia tojolabal resultaría incomprensible para nosotros y ninguna de sus prácticas podría ser adquirida. Aplicando la crítica desidealizada a la cultura nosótrica, debe señalarse que la obligación de un consenso director de la vida comunitaria sería contraria al propio principio de diversidad que esa misma cultura (y los mismos intelectuales zapatistas) reclaman para sí como colectivo pero no para los individuos (pues de lo contrario, esa cultura se extinguiría).

La invocación permanente del nosotros "*tik*" impregna todos los aspectos de la vida tojolabal: la educación, la organización social, la justicia, la propiedad, la producción, la vivienda, las relaciones: si, por ejemplo, un joven tojolabal roba un animal de una aldea chol, la comunidad al completo pediría disculpas por el error y pagaría los perjuicios causados; to-

25 Es muy gratificante observar como, en una antigua cultura, es compatible la democracia real y la autocrítica con sus creencias y costumbres a pesar de que, a mi juicio, haber contribuido a escribir una tradición oral ágrafa como la tojolabal, conlleva irreversibles daños culturales. En todo caso, hubiera sido más respetuoso construir un diccionario oral o haber recuperado los antiguos glifos, propios de la troncalidad maya, convirtiéndolos en neoglifos en lugar de utilizar los caracteres latinos.

26 Básicamente consistiría en construir y acordar un conjunto de premisas previas a los argumentos, o *tópoi*, entre dos supuestos interlocutores que haga posible el diálogo intercultural.

dos se sentirían responsables y se buscarían colectivamente las causas del error. No se impondría un castigo personal al culpable, y mucho menos el encarcelamiento, pues la justicia nosótrica no es punitiva, y se tomarían medidas correctivas y de reinserción para que el ladrón se rehabilitara cuanto antes y continuara contribuyendo a la comunidad. Sobre este episodio, nos aclara Lenkersdorf: "en castellano decimos, por ejemplo, "uno de nosotros cometió un delito". La frase correspondiente en tojolabal se traduciría: "uno de nosotros cometimos un delito"" (Lenkersdorf, 2002b: 73). Como se aprecia, no es una cuestión de matiz gramatical sino de diferencia epistémica.

La potencia nosótrica tojolabal es tal que, aun hablando con cierta corrección los idiomas de la colonización, como el español o el inglés, las estructuras de su cosmovisión se filtran en una especie de translengüeo difícilmente traducible estudiado Mignolo and Schiwy (2007) a fin de descifrar lo que entienden por "diferencia colonial" usando, como ejemplo, la última frase de cinco palabras de un discurso, de 1996, pronunciado por la mayor zapatista Ana María. Estos cinco términos son: "*Behind us we are (at) you*": "detrás de nosotros estamos ustedes"[27].

27 Discurso de apertura de la mayor Ana Maria pronunciado en el Encuentro Intercontinental de la Selva Lacandona en agosto de 1996, recogido por Mignolo & Schiwy (2007): "Detrás de nosotros estamos ustedes, *deserves careful attention. First, there is the word order between "we" and "you". The sentence could have been translated as "We are behind you". Second, there is the ungrammatical use of estamos ("are") instead of somos ("are") that dislocates a simple rendering as "we are you:' Instead, estamos creates a fracture in Spanish that has to be rendered by the "non-sense" (in Spanish and English!): "We are at you". The important point is not whether Ana Maria should gloss and explain for nonspeakers of Tojolabal what she "means" in Spanish or English, but that the fracture in the sentence is produced by the intervention of the "other" grammar, the grammar of an Amerindian language. More than this, two interrelated elements deserve attention. One concerns the grammar and the other, the cosmology that grammar mirrors. In the fracture produced by translation from Tojolabal to Spanish to English, the cosmologies of grammar highlight the dimensions of colonial difference.*

Prácticas comunes de nuestra lógica académica como la competitividad, la calificación individual, los currículums personales, la decisión personal, la innovación, si no es para responder a una necesidad real, no tendrían sentido en la vida tojolabal. Ilustremos el aspecto educativo con una última escena etnográfica:

Según cuenta el propio Lenkersdorf (2002a), en una ocasión un grupo de jóvenes tojolabales le solicitó tener la experiencia de un examen, pues sabían que era habitual en las escuelas y universidades mexicanas. Tras un primer momento de perplejidad, accedió. Repartió papel, dictó una pregunta y estableció un tiempo. Inmediatamente, los tojolabales hicieron una melé mientras se increpaban y gritaban y, tras unos minutos, presentaron una solución. Al decirles Lenkersdorf que eso no era un examen porque los exámenes se hacen individualmente para que el profesor pueda calificarlos, los jóvenes tojolabales no salían de su asombro. No comprendían el hecho de que el profesor conociera previamente la respuesta a la pregunta formulada, ni que tuvieran que buscarla por separado espetando frases como: varias cabezas piensan mejor que una o si se conoce la solución ¿para qué hacer otra vez la pregunta? Cuando los tojolabales resuelven un problema, se comparte inmediatamente con toda la comunidad y ya no es necesario volver a plantearlo.

En ese estado de cosas, justificar las causas de la calificación individual, del expediente académico, del micromérito masivo o del sinsentido de la publicación constante y competitiva que exige la burocracia de la indexación, dando como resultado, por saturación, un conocimiento repetitivo más que innovador, la "normalidad" de nuestro mundo académico es absurda.

Una vez contextualizada la cosmovisión tojolabal, regresemos al pequeño descubrimiento que motivó esta sección, el significado pragmático de "pedazo" en relación a "parte", para

esa cultura, y, por tanto, la feliz dificultad para construir multitud de dicotomías.

En el monumental y doble diccionario castellano/tojolabal, en dos volúmenes de casi 2000 mil páginas compilados por el mismo Lenkersdorf, encontramos la traducción de pedazo: *xet'an.* El lexema *xe-* configura todo un campo semántico de sinónimos que invita a concebir la parte como pedazo. Cada parte se entiende como componente de un todo. El pedazo/ xet'an, sin embargo, es la parte de un todo desmembrado, triturado, como los fragmentos de una cerámica o cristal al caer al suelo. De la suma de las partes obtenemos el todo. Pero de los pedazos no podría reconstruirse el todo porque su continuidad estaría quebrada, despedazada.

Para verificar los usos del sentido casual, espontáneo, natural, del *xet'an* en relación al campo semántico de pedazo, relegando la noción de parte a expresiones impuestas por la colonización española o por el gobierno mexicano, veremos a continuación y por orden alfabético del diccionario, las voces tojolabales filtradas por la lógica de su cosmovisión:

Cacho: *xe'n, xet'an.* Un cacho de tierra: *jun xe'n lu' um.* Solo un cacho: *kechan jun xet'an (p. 139).*

Casco (fragmento de cristal o cerámica al romperse): *xe'n yaman* "espejo" (p. 162).

Desgarrar: *xet* (p. 262). Desgarró el papel: *sxet'a ja ju'uni*.

Despedazado-a: *xetán.* Su finca quedó despedazada: *kan xet'an ja spinka'i (*p. 266).

Destrozar: *xet'a* (p. 270).

Espacio de tierra: *xe'n lu'um* (p. 324).

Fraccionar: *xet'a* (p. 364).

Fragmentar: *xet'a* (p. 364).

Mellado-a: *xet'i*. El machete está mellado: *xet'i ja machiti* (p. 518).

Mirruña (trocito, migaja, en español mexicano coloquial según RAE): *xet'ila* (p.531).

Partícula: *xe'n k'umal, xet'an, xet'ila* (p. 603).

Partidor de la naranja: *xet'uman ja naranja'i* (p. 604).

Partir: *xet'a*. Partió la tortilla: *sxet'a ja waji* (p. 604).

Patiabierto-a (despatarrado-a): *xetan* (p. 608).

Pedacito: *xet'ila* (p. 611).

Pedazo: *xe'n , xet'an, leche, loke, mak'e.* Pedazo de papel: *xe'n ju'un*. Partió un pedazo de la madera: *st'aja xe'nuk ti b'a te*'. Solo un pedazo: *kechan jun xet'an.* Hacer pedazos: *chok'o pedaso,*

xet'a. El ingeniero hace pedazos la tierra: *wa sxet'a ja lu'um ja pilalu'umi* (p. 612).

Pieza: *xe'n (p. 98, 631)*

Raja de leña (trozo): *xe'n si'* (p. 694).

Retal: *kan xet'an* (p. 739).

Romper (tortilla, papel): *xet'a*. Rompió el papel: *sxet'a ja ju'uni* (p. 750).

Sector: *xet'an, xe'n yaman* (p. 770).

Segmento: *xet'an (p. 771)*

Trecho: *xet'an.* Sembró solo un trecho: *sts'unu kechan xet'an* (p. 859).

Trincar (partir o desmenuzar según RAE): *xet'a* (p. 862).

Triza: *xet'an* (p. 864).

Tronzar (trocear): *xet'a*. Tronzó la tortilla: *sxet'a ja waji*. (p. 865).

Trozo: *xet'an*. Solo me dio un trozo: *kechan xet'an ya'a ki'* (p. 866).

Zancada: *niwan xete* (p. 916).

Como se observa en el listado anterior, la palabra parte es una acepción menor en la semántica extensa que proyecta *xet'an*: pedazo, desgarro, trozo, mella, cacho, rotura...lo que sugiere, también en virtud de la cosmovisión nosótrica, que el tojolabal solo ve pedazos donde los occidentales vemos partes, que ellos consideran fracturado, quebrado, lo que consideramos aséptica, técnica, legalmente dividido. La pregunta,

entonces, sería: ¿qué todo, qué mundo, qué explicación, qué verdad universal, qué clasificación pueden sustentarse en desgarros y pedazos tomados como partes, por más que nos seduzcan sus hermosas simetrías simbólicas?

Puesto que la lengua tojolabal soslaya el concepto de parte, salvo forzamiento para adaptarse a las leyes metropolitanas de división de tierras o al trabajo en el baldío, por ejemplo, tampoco les sería posible conocer el todo mediante el análisis de las partes. El todo no puede clasificarse en partes ni pensarse desde unas partes que solo se entienden como pedazos. Tal aproximación implica un holismo integral, una percepción compleja no disyuntora ni fragmentaria.

¿Por qué, entonces, vemos partes donde tal vez solo hay pedazos? Posiblemente, en virtud de una racionalidad analítica regida, por una determinada "pulsión simbólica", que consiguió evidentes conquistas parciales y provisionales en todos los órdenes. También, a causa de una epistemología basada en afiladas tecnologías del corte, en sofisticadas técnicas de lavado y purificación nocional, en la invención de conceptos ungidos por la autoridad de la esencia. El éxito está a la vista. Solo habría que calibrar sus variados y no siempre visibles ni inmediatos efectos secundarios.

Así, la razón particionista legitimó un peculiar modelo de coherencia, validación y clausura de explicaciones, inferencias y teorías. Sin embargo, persiste la evidencia de lagunas, de enormes abismos e incluso, a veces, de la imposibilidad de encaje entre partes aparentemente próximas, o de la relación de estas con las totalidades. O, muy por el contrario, nos sorprendemos al obtener una "encajabilidad" universal entre hostiles e inconexos pedazos, solo manipulables porque han sido travestidos en armónicos y maleables observables por un preciso bisturí. Solo gracias a esa mediación conceptual, propiedad de la epistemología, es posible entender el mundo manejando

pedazos, que llamamos partes, y la construcción de pedazos mayores o superiores denominados todos.

La desclasificación, por su lado, admite la evidencia de esa utopía o sectarismo conceptual de la clasificación, tan sesgado e inconveniente a largo plazo (medio ambiente, salud, acriticismo...) como de gran impacto en nuestro mundo epistemológico. Y lo acepta, simplemente, porque la clasificación está determinada por la imposibilidad inherente de demarcar lo ilimitado (aunque, de hecho, su cometido sea dejarlo fuera). Sin embargo, la filosofía de la Academia ganó la partida a los impostores y charlatanes -los imprescindibles sofistas- que jugaban a la contradicción.

¿Cómo es posible que nuestra lógica proceda de manera tan automática y segura a la división, a la clasificación unívoca del mundo como si partiéramos de un esquema universal que la naturaleza nos ofrece ya elaborado, o como si la evolución nos revelara sus secretos como conjuntos ordenados de segmentos y partes?, ¿qué lenguaje, qué descripción, qué organización en todos y partes universales obtenemos de instancias intraducibles y hasta incompatibles que no sean sino nuestro propio y exclusivo modo cerrado de concebir el mundo? Y, finalmente: ¿a qué ocultos fines obedecerá la lógica de una clasificación que permanece tan oculta para sus clasificados?

Nuestra osadía epistemológica es verdaderamente ilimitada, como la del gato que salta para alcanzar la luna. Pero la razón capitalista y colonial es osada y no necesita alcanzar la luna: tan solo apropiarse de su imagen y sacarle beneficio. Con naturalidad absoluta, occidente[28] ha clasificado, durante siglos,

28 No podemos pensar occidente como un lugar físico concreto, sino como una lógica esparcida por los cinco continentes. Se trata del vector nacido del humanismo renacentista, reimpulsado con la Ilustración, que sistematizó las conquistas de ultramar, la colonización, la explotación, la exportación de valores religiosos, políticos y nacionalistas para negarse a sí mismo y devenir, más tarde, en puro y duro capitalismo transnacional. Conceptos como libertad de expresión o separación de poderes, son sobradamente familiares, aunque su aplicación ha conocido tiempos mejores.

cosmovisiones y mundos extinguidos que ni siquiera tienen ya la posibilidad de hablar y defenderse. Vivimos un mundo en el que la tecnología digital, al servicio de cualquier totalitarismo, difunde homologación y pobreza simbólica entre los mil veces colonizados. Vivimos ajenos a riquísimas reservas de diferencia invisibilizadas por la clasificación.

La influencia que una sola voz tojolabal, *xet'an,* tiene sobre la desclasificación es incalculable: esas partes inmutables de todas las instancias que nos constituyen, rodean o atraviesan no están dadas, ni son únicas, ni naturales, ni permanentes. Y la mayoría representa a instancias que no tienen ni tendrán nombre. Que no podrán ser jerarquizadas o conservadas más que en cofres sin fondo en los que ningún orden nuestro es posible.

Al igual que pensar el mundo en dicotomías produce conocimiento de facto, mas solo conocimiento dicotómico, clasificar cualquier objeto físico o simbólico en o a partir de sus pedazos produce también conocimiento, pero solo conocimiento despedazado. El método de la lingüística estructural, por ejemplo, se centró en el estudio de la relación o tensión entre elementos definidos legitimando las dicotomías, procedimiento que supuso avances en el conocimiento de la lengua, pero también una reducción al imponer la rígida concepción de estructura.

En nuestra lógica, una parte implica fracción, simetría, orden, estabilidad, equidistancia, elegancia, previsibilidad, sumisión, a conveniencia del órgano subordinador. El pedazo, sin embargo, es irregular, inestable, imprevisible, desproporcionado, anárquico, disonante, desgarrado, salvaje, molesto, feo. Los antropólogos, militares y sacerdotes blancos occidentales, partes uniformadas y legitimadas de una sociedad ordenada y triunfante, intentaron reorganizar los pedazos de los pueblos subalternos mediante el canon colonial. La descripción y clasificación que hacemos de otras culturas, contemporáneas o

extinguidas, y seguimos reproduciendo, es otra obra cumbre de la taxonomía grotesca.

Los zoólogos británicos victorianos, por ejemplo, consideraron al, para ellos, extraño ornitorrinco como "un animal hecho de pedazos de otros animales". Sin embargo, una zoología más reciente sugirió que, muy por el contrario, son varios los animales contemporáneos que están hechos de pedazos de ornitorrinco, dado que este es más arcaico (Eco, 1999).

El pensamiento analógico es un poderoso reductor de la diferencia al basarse en un minúsculo listado de semejanzas. Mediante la semántica de los prototipos de Kleiber (1990), podría explicarse la lógica que movió a Marco Polo a clasificar los rinocerontes asiáticos en la especie de los unicornios, animales mitológicos que había visto en algunas pinturas de los palacios venecianos. Se percibe claramente, en ese ejemplo, cómo es posible que los prototipos se conviertan rápidamente en estereotipos generando multitud de clasificaciones que perderán, gradualmente, el sentido del mundo.

La epistemología positivista y colonial nunca se detuvo a considerar que muchos pedazos y rarezas solo eran producto de su propia mirada ignorante, pese a la cual despedazó con total naturalidad el mundo conquistado, como las redes sociales y los dispositivos digitales despedazan y disuelven, en este mismo instante y con inconsciente naturalidad, las relaciones y cosmovisiones de las comunidades no occidentales que logran seducir.

Como regla general, al mundo ajeno o extraño, considerado marginal o subalterno, no se le da oportunidad de expresar su propia lógica de organización sino que se le obliga a encajar en la nuestra. Esto es particularmente dañino e irreversible no solo en la descripción de nuestra propia historia sino especialmente en la de los otros, una narración basada en una selección y prelación de personajes o acontecimientos, verdaderamente irrelevantes desde muchos puntos de vista (casamientos, clanes,

reinados, victorias, reuniones...), que solo su propio discurso oficial enaltece y otorga un sobrevalorado sentido histórico.

Aunque partes y pedazos son fragmentos de algo, en la práctica no podemos "dividir en pedazos" ni tampoco "romper en partes". Dividir en partes sería, entonces, una operación exclusivamente imaginaria y conceptual en tanto que romper en pedazos correspondería a un acontecimiento real (incluso muy doloroso si nos fracturamos el brazo). Dividir en partes sería como describir el dolor y, romper en pedazos, como sentirlo en la propia carne.

Un rayo, un huracán o un desprendimiento rompen en pedazos el objeto alcanzado, no lo dividen en partes. Incluso el más certero carnicero trocea en pedazos, no divide en partes: la partición es solo racional, artificial. Pero una operación de dolorosas consecuencias.

El hecho de que las partes no podrían ser representaciones naturales ni reales, sino artificios distorsionantes, erigidos por un metalenguaje más, proporciona las siguientes sugerencias: 1) la representatividad de las partes es escasa, nula o falsa apenas salimos de la lógica reductora de un sistema nocional, 2) describir el mundo en armónicas partes nos distancia mucho más de este que considerar su descripción en toscos pedazos. Tal ejercicio complejo nos acercaría a una concepción más integral del mundo, 3) los conceptos describen y miden simulacros de la realidad quebrándolos, por lo que se obtienen fragmentos pulverizados. Mientras tanto, la realidad continuará indecible y protegida por la propiedad cuántica (y desclasificada) de ser y no ser al mismo tiempo, 4) apenas dividimos en partes y clases, se abren paso procesos de hibridación y transgénero, esto es, la anulación inmediata de las disyunciones dado el principio evolutivo de acoplamiento estructural (Maturana y Varela, 1997) de la diversidad y 5) aceptamos la existencia de los todos solo porque aceptamos que existen las partes.

Un objetivo de la desclasificación sería recuperar un instinto perdido respecto a la realidad, un sentido que fue desapare-

ciendo a medida que el logos acumulaba conceptos y categorías con el fin de controlarla, sin conseguirlo, para terminar en un bucle cerrado, en un mundo endogámico y autorreferente que, cuanto más crece, más nos distancia de ella. Los pedazos, pese a su incomodidad estética y a la imposibilidad de ser denominados onomásticamente (salvo "pedazo de cristal o de carne"), presentan fisonomías modeladas por lo real pero desvelarán poca información si son secuestrados y sufren la transformación quirúrgica y aséptica de la clasificación. Miradas sigilosas, muy indirectas, indiciales, son las únicas que harían posible su observación.

De ahí que, para el desclasificado/r autocrítico, sean urgentes dos operaciones metacognitivas: 1ª) una demolición ontológica que elimine las fronteras entre conceptos, entre conocimientos, entre seres y colectivos humanos y, 2ª) una subversión epistemológica que abra nuestra arquitectura esclerotizada a procesos de intercambio y fuga en el marco de una "lógica (y un placer) de la diferencia", readmitiendo recursos históricamente desterrados por la modernidad como la contradicción. Resultado de ambas actuaciones inmediatamente brotará, con mayor libertad, el flujo del sentido.

***

Antes de describir en clave despedazada, o sea, en términos altamente clasificados, las "principales" instancias que, considero, referencian y organizan el pensamiento y el sentido, con la paradójica finalidad de disponer de masa crítica que nos permita arrojarnos a la desclasificación simbólica, deben señalarse algunas de las razones que sustentan esta contradicción matriz.

Coincido con algunos autores, teóricos de la racionalidad, que la evolución permitió al neocórtex de los sapiens transgredir, entender y simbolizar el sentido del espacio-tiempo,

en otras palabras, ir más allá de la percepción instintiva del más "inteligente" cerebro animal. Pienso, sin embargo, que esa capacidad única de discernir, de representar, de escindir en suma, tal vez fuera también -sin necesidad de invocar predestinaciones o verdades previamente suspendidas- parte de un bucle limitativo, si se quiere, de un "avance en círculos", del que nadie nos puede asegurar, a la vista de tantos acontecimientos y testimonios diarios, que no tenga efectos incluso involutivos.

Así, la evolución nos permitió distinguir el punto y diferenciarlo de la recta, y la recta del plano, y el plano del volumen, adquiriendo sentido la tridimensionalidad espacial. Del mismo modo, diferenciamos la espacialidad de la temporalidad. Los lugares quedaron conceptualmente separados del tiempo, a pesar de que, en realidad, no podemos separar las experiencias de donde acontecieron. Todo lo que ocurre, ocurre en alguna suerte de indivisibilidad.

Simultáneamente, mas a lo largo de decenas de milenios de solitario nomadismo por la esfera terrestre, la evolución de un neocórtex profundamente mimético, sin duda por imposición de la supervivencia, se dotó de una adicción a la conceptualidad mediante herramientas culturales cada vez más complejas, entre otras, el vector simbólico, el pensamiento sistemático, la filosofía o la epistemología[29].

Una cierta civilización planetaria, mucho más reciente, "avanzó" en la expedición cognitiva mediante la división analítica, la fragmentación de saberes y la especialización, no solo practicando cada vez más profundas disyunciones simbólicas en las concepciones matrices sobre espacio, tiempo, naturaleza, especies, en las llamadas razas o hasta en los propios cuerpos femeninos despedazados por la industria pornográfica masculina, sino también en los artefactos conceptuales inven-

29 De hecho, para Deleuze y Guattari, el verdadero rol de la filosofía sería crear conceptos (2001).

tados específicamente para comprender y aplicar la clasificación como forma analítica de comprensión.

De ese modo, de una mente unísona e inescindible, fueron escindidas y demarcadas las nociones de inteligencia, entendimiento, lenguaje, conocimiento, memoria, cultura, experiencia, identidad, corporeidad, espíritu, razón, emoción, entre muchas otras, y encapsuladas en conceptos paraconsistentes, esto es, tan definidos como indefinibles, que nos proporcionan la percepción dominante, la autopercepción tan contundente como imposible que tenemos de nuestra propia subjetividad o de la lógica que sustenta la trayectoria teleológica de la especie.

La "creencia" epistemológica de superioridad cognitiva (por un tiempo también asociada a una supremacía racial) por el hecho de poseer el poder simbólico de la hiperclasificación conceptual de las cuatro dimensiones, de la materia y de lo inmaterial, tal vez sea, como todos los supremacismos, una simple "vanagloria" humana que trata de ocultar la incapacidad de percibir las otras siete dimensiones, de las que hablan algunos físicos teóricos, o el 95% de la materia oscura que constituye el universo.

Incapacidad, desconocimientos conceptuales que a veces son superados por un *insight*, por el instinto, por un simple estremecimiento. Tal vez, entonces, el hecho de percibir el todo despedazado en partes no sea, finalmente, un triunfal avance de la epistemología, sino la simple constancia de nuestros propios límites cognitivos, evidenciada en el trabajo de la dominante subcultura científica. Más allá de esta, veamos a continuación algunas prácticas cotidianas de esos despedazamientos.

2.1 El espacio en pedazos

A partir del Renacimiento, se puso en marcha la mayor maquinaria global de clasificación del espacio y, a medida que era "descubierto" y expropiado, se emitían normas para organizar

los cinco continentes mediante regulaciones, fronteras y territorios posindígenas a los que asignaba nuevos nombres y reclasificaba basándose en dicotomías: civilizado/salvaje, culto/ignorante, desarrollado/subdesarrollado. Pero la resemantización del mundo que protagonizó la naciente Europa posmedieval no supone la primera, ni tampoco la última, clasificación del espacio que conocerá el sapiens a su paso por el planeta. Parece que la colonización forma parte del ADN de la especie aunque, a lo largo de la historia, han existido comunidades con más pretensiones expansionistas que otras. Incluso hubo excepciones como en el caso maya, según demuestra Coe (1989), a pesar de disponer de los saberes y del potencial tecnológico para ello[30].

Entendemos un país en estados, provincias, regiones, ciudades, distritos, desmembramientos amparados por lo que podríamos llamar la "eficiencia disociante del gentilicio". La lógica ancestral de división y distribución del espacio, según cada "normalidad" cultural, ha sido reclasificada por la "normalidad" del capitalismo global y por la legitimación de una "internacionalidad" que pareciera libre o independiente de las exigencias nacionales.

En las casas occidentalizadas, la distribución y el mobiliario se organizará habitualmente en función de las necesidades creadas por el progreso, sustituyendo las proxémicas locales. Por ejemplo, la tv, un tótem ya octogenario en algunas sociedades, centraliza la atención y las miradas, desencadena y clasifica las conversaciones y comentarios de las unidades familiares. Ese aparato ha distribuido, durante casi un siglo de infocultura visual unidireccional, la disposición de unos espacios de convivencia familiar occidental que han comenzado ya

30 Los propios mayas siempre permanecieron en el mismo territorio mesoamericano desde la llegada de sus precursores (al parecer descendiendo el continente desde Alaska miles de años antes). Sin embargo, su civilización fue invadida y sometida durante siglos por toltecas y aztecas, antes de la llegada de los europeos.Vid su evolución y modos de supervivencia entre los pueblos usurpadores en Coe (1989).

a ser sustituidos por emplazamientos deslocalizados, facilitados por la movilidad inalámbrica, en los que puede practicarse la fidelidad exclusiva que exigen los hipnotizadores digitales: tabletas, *smartphones* o los próximos *wearables*.

Esa idea difusa llamada Occidente parece proclamar que sus particularismos locales, como valores o tecnología, la propia burocracia, los conceptos de progreso y desarrollo, sus lógicas de clasificación, o su propia democracia representativa, son solicitados globalmente, por lo que encaminará sus políticas a la adhesión de la cultura exterior más remota, aún inconsciente de su destino, a su "ideal" indiscutido: la libertad (maticemos: de mercado). El mismo objetivo habría destruido, previamente, el sistema multicultural de su propio interior.

Los espacios singulares ocupados por millares de comunidades semioccidentales colapsan a manos de la supuesta neutralidad de indicadores y datos difundidos por interesados organismos internacionales -indisociables de las políticas gubernamentales que los sostienen- como calidad, eficiencia, organización o rentabilidad. Los intereses de poder, ocultos bajo una propaganda mediática incesante y apoyados en los dispositivos digitales, clasifican y reclasifican, demarcan y abren a su antojo los espacios físicos, identitarios o comerciales ante la perplejidad o indiferencia de unos individuos que, extenuados, finalmente terminan por entregarse al arbitrario juego del gran casino mundial.

La fronteras siempre fueron producto de la violencia, del reparto, de la "ambición racional" con efectos de primer orden sobre las emociones e identidades humanas. De acuerdo a lo que podríamos llamar "lógica de Tordesillas", el primer efecto destacable de la territorialidad es la dicotomía xenófoba nosotros/ellos, pronombres altamente contradictorios en un occidente excultural en el que el Nosotros cultural ya no existe aunque lo sigamos apelando por despojos automáticos del lenguaje (como cuando un distraído ateo dice ¡Dios mío!). Un

Nosotros manejado a conveniencia del enunciador que puede declararse, según el contexto, europeo, español, andaluz, frente a un "ellos" africanos, nigerianos, migrantes (y que, siendo víctimas, también demarcan).

En la territorialización simbólica del espacio, la razón demarcatoria se hace fractal en un *in crescendo* que solo se detendrá en el individuo mismo: habría diferencia intraespañola entre madrileños y andaluces, intraandaluza entre sevillanos y malagueños, intrasevillana entre los fans del Betis y del Sevilla, o entre el centro de Sevilla y el barrio sevillano de Triana (demarcación simbólica causada por esa frontera del río que parte la ciudad en dos), intrabarrial entre esta calle o aquella, entre estas o aquellas peñas flamencas o cofradías religiosas, entre grupos, entre unos individuos y otros, entre deseos y razones confrontados en la misma subjetividad…

Si bien los gentilicios, cargados siempre de rivalidad real o potencial, corresponden a una clanización reactualizada por el nacionalismo moderno y la política de georreferenciar, demarcar, denominar y reivindicar cada punto milimétrico planetario, en un proceso de micro-burocratización global de la tierra y los mares llevado a cabo por satélites, la división territorial ya operaba cavando líneas divisorias entre Cristianismo e Islam, entre Roma y Constantinopla, entre condados y señoríos, entre ricos y pobres, entre hombres y mujeres, entre francos y alanos y, de modo más pulsional, entre sedentarios y nómadas o entre agricultores y recolectores en tiempos prehistóricos.

Al parecer, no sabemos pensar sin el concepto de frontera, según la devastadora sentencia de Kymlicka (2006). Se trata de una pulsión segregacionista y apropiacionista que apareció en algún momento de la ocupación de un planeta vacío y, para más paradoja, reaparece cuando los colonizadores usurpan espacios ocupados antes por otros. Como habría de hacerse con otras barbaries racionales que solo causan dolor y odio, el objetivo prioritario de la desclasificación, respecto

a la línea fronteriza, sería anular la agresividad cortante de su filo.

El espacio inconmensurable, abierto, continuo, fue demarcado, partido en territorios. La concepción de límite, de frontera, tal vez fuera una de las primeras amputaciones que sobre lo ilimitado practicara el logos. Cada territorio, más que delineado, fue expropiado brutalmente de su espacio físico y simbólico natural; cada expropiación fue nombrada en una lengua, reexpropiada y renombrada mil veces en otras lenguas y, cada nombre, tantas veces grabado y difundido como borrado y olvidado. Y ese asalto no ha cesado. Por cada ser humano nacido, vuelve a pasar la prehistoria, nos recuerda Saramago.

Las dimensiones y condiciones de los territorios cambiaban, y cambiaban de manos, los sucesores fallecían o sus bienes eran usurpados por otros clanes y familias. Mas lo que siempre permanecía era la lógica de poder, de división y propiedad, el despedazamiento indiferente al sentido del espacio natural y cultural, insensible a la necesidad de arraigo y al sufrimiento.

Una vez nombrado y ocupado por hegemonías centrípetas y unitaristas, el territorio proseguía escindiéndose: los herederos de los primeros sedentarios y errantes fueron reconocidos, milenios más tarde, como europeos o africanos, cuando los europeos ocuparon la América poblada por amerindios, se separaron de estos privándolos de su lugar de origen o desterrándolos de sus propias tierras; los que quedaron en Europa, se separaron en Estados que mutilaron culturas e imaginarios ajenos a las nuevas fronteras.

Los señoríos y casas nobiliarias se repartían los botines de cada conquista, de cada usurpación en América o en Al Andalus: castillos, tierras, joyas e incluso gente, eran recibidos como dotes o premios a la lealtad hacia algún coronado. En pocas décadas ya se habría blanqueado y legitimado cualquier sangrienta herencia de los abuelos. Y la historia de las expropiaciones, masacres y destierros, decenas de veces reescrita

por los pocos que sabían escribir. Destruida, silenciada o custodiada por los pocos que tenían el poder de reclasificar. He ahí la fuente de los relatos que, sin excepción, hacemos nuestros y continuamos transmitiendo.

Ya en la mal llamada historia moderna y contemporánea, y a la vista de todos, vascos o catalanes fueron separados por fronteras, polacos y alemanes fueron desplazados 300 km al oeste tras la 2ªGM, los provisionales yugoslavos fueron segregados y reubicados, los italianos unificados, las tierras colonizadas en África repartidas entre europeos y etnias dominantes también despedazadas, los pueblos kurdos y guaraníes fueron repartidos entre cuatro países rediseñados en creativos escritorios metropolitanos.

La construcción de unas pocas naciones modernas hegemónicas se edificó sobre la eliminación de millares de culturas antiguas. Muchas civilizaciones nos legaron hermosas ruinas pero, como constata Augé (2003), la nuestra solo dejará escombros.

La milenaria experiencia vital del viaje sin regreso se convirtió en cientos de millones de desplazamientos cotidianos medidos en horas o kilómetros; la expedición se transformó en viaje de consumo, en estancias de ocho días, siete noches, en todo incluido, en visitas a zonas arqueológicas y parajes disneylandizados o en acelerados desplazamientos en cercanías o medianías, en los que ya no contaría el lugar sino la velocidad de acceso al trabajo.

Migraciones, éxodos y diásporas forzados por imposiciones de la violencia, de la ideología o de la religión, y no por las condiciones medioambientales, arrastraron a millones de fugados que llevaban consigo las mismas fronteras terrestres que pretendían dejar atrás, reinstalándolas allá donde arribaran. Rejas, electrificaciones, alambradas y afiladas concertinas destrozan brazos y pechos que solo buscan el futuro incierto que les depara la ensoñación del otro lado.

La cuantificación, medición, apropiación y demarcación del espacio expropiado se convirtieron gradualmente en operaciones racionales, protegidas, legalizadas, aceptadas por las sociedades a través de geosímbolos que han sobrepasado los umbrales de tolerancia tanto en el espacio físico como en el digital.

Mediante muros, castillos, alambradas electrificadas, radares o torres de vigilancia, el espacio se transforma gradual, casi imperceptiblemente, en territorio llegando al punto de saturación contemporánea: la población está literalmente presa en sofisticados parques zoológicos, "parques humanos" los llamará Sloterdijk (2008) -tras Nietsche- con más precisión. Incluso en el desplazamiento al trabajo, el viaje por ocio o el cambio de residencia, la libertad es cautiva de la agenda, del consumo, de la inercia clasificada.

Originariamente se estableció una red de geosímbolos que representaban apenas un puñado de referencias espaciales: sol, luna, volcanes, montañas, ríos, lagos... para más tarde tener nombres de eternidad efímera (denominaciones que sufrieron evoluciones etimológicas y traducciones de los sucesivos pueblos invasores). Los geosímbolos naturales fueron reforzados, milenios después, mediante todo tipo de edificaciones que resemantizaron el terreno: fortificaciones, murallas, pirámides, castillos, puentes, molinos, monolitos y piedras funerarias, templos, minaretes y torres... estas construcciones geosimbolizaron un territorio que fue cada vez más demarcado y renombrado en unidades menores: provincias, comarcas, haciendas, ciudades o aldeas, calles y plazas en las que se reproduce permanentemente la liturgia de la clasificación.

Los geosímbolos naturales, por tanto, fueron gradualmente solapados por geosímbolos culturales, religiosos y nacionales. A partir del siglo XX, los geosímbolos culturales comenzaron a ser desplazados por símbolos comerciales, los mercasímbolos, hasta la práctica identificación de unos y otros. Por ejemplo, la popular estación de la Puerta del Sol de Madrid

se ha llegado a denominar Sol-Vodafone; el festival de jazz de San Sebastián: *Heineken Jazzaldia*...¿llegaremos a conocer explícitamente -las interferencias tácitas de las multinacionales ya las conocemos- una Mac-Sevilla o una Sony-España?.

En el siglo XXI, y como extensión física de la invasión lógica y mercasimbólica digital, el proceso de desculturización y sustitución por los símbolos tranversales del mercado llega a su clímax: banderolas de Carrefour, de Leroy Merlin o Ikea, vallas, rótulos y postes de MacDonald, de Shell o Movistar no solo hacen publicidad de sus productos sino que organizan el espacio, nos orientan (o, como diría Baitello jr., "nos occidentan") en los desplazamientos e incluso reubican, vaciando de sentido cultural, los centros de las ciudades.

Por otra parte, el espacio está clasificado por reglas, indicaciones y normas que, a pesar de su alta densidad, siempre parecen dejar margen para más carga normativa. En 2010 (García Gutiérrez, 2011b), realicé un cómputo de símbolos que representaban obligaciones, prohibiciones o recomendaciones a lo largo de un recorrido ordinario, de mi residencia de entonces al trabajo, unos diez kilómetros (de los que solo dos eran realmente urbanos). En el recuento, fueron detectadas 300 señales de prescripción o consejos, 30 por km: como media, una señal cada 33 metros. Recientemente volví a hacer ese mismo trayecto, ya urbanizado casi totalmente, y *grosso modo* calculé que la densidad simbólica se había triplicado ¡y aún restaba espacio vertical para instalar muchas más señales!

La hiperregulación del espacio, a pesar de ser practicada por un orden racional que nos parece familiar, constituye el despedazamiento en toda regla de la naturaleza y de la cultura (fuera de ese orden, nos sucedería como al desdichado pulpo de Guattari[31]), y viene acompañada por normas en todas las dimensiones de la existencia humana.

31 Se cuenta que, en una ocasión, el psicoanalista francés Felix Guattari llevó a la televisión dos peceras: una contenía agua contaminada del puerto de Marsella y un

Junto a los procesos de expolio a manos de la lógica del no-lugar (Augé, 1993) en los territorios de las culturas, esto es, junto a la sustitución de los viejos geosímbolos culturales por los nuevos mercasímbolos que se apropiaron, inicialmente, de los espacios de tránsito como aeropuertos, gasolineras o *shoppings*, podríamos considerar la burocracia como el segundo vector de racionalización de la cultura, precipitando la traducción unilateral y homologación de sus sistemas de organización e intercambio y, por tanto, su disolución en la transcultura. No-lugar y burocracia se refuerzan mútuamente y han encontrado el hábitat más propicio para sus fines en las redes digitales, un espacio abierto pero urdido por una lógica inequívocamente totalitaria (García Gutiérrez, 2016).

No podemos desclasificar el territorio eliminando físicamente la saturación simbólica de su estructura, la densidad de demarcaciones y regulaciones, pero sí adquirir conciencia crítica del despedazamiento que supone su hiperracionalización, producto de una racionalidad que ha perdido el sentido de lo exterior a sí misma. Debemos, entonces, rehabilitar desclasificadamente la percepción del espacio anómico, sentirlo más allá de toda norma, incluso en el mismo centro de Manhattan, aunque no pueda ser vivido de ese modo.

La desclasificación no es una operación física sino paraepistemológica. La extrañeza que nos produciría despertarnos de repente en medio de otra civilización, sin entender millares de signos y normas visibles o tácitas, es la misma que nos produce la alarma desclasificada cuando nos despierta, cada mañana, en medio de la normalidad de nuestra propia clasificación.

---

pulpo descansando plácidamente en su fondo. La segunda, habia sido llenada de agua de mar sin contaminación. A continuación, se trasladó al pulpo a la pecera de agua limpia y este entró en un proceso de inquietantes convulsiones.

2.2 El tiempo en pedazos

De la remota concepción cristiana de la temporalidad, resalta el célebre razonamiento paraconsistente de San Agustín al tratar de responder a una de las más antiguas interrogantes humanas: qué es el tiempo. Y lo hizo, sin perder su sentido de lo divino y eterno, inicialmente con cierta sorna: si no me lo preguntan lo sé, pero si alguien me lo pregunta, entonces no lo sé (San Agustín, 2003). Para el santo, el presente sería "inextenso" porque si tuviera extensión lo podríamos dividir inmediatamente en pasado y futuro. Pero el pasado ya no existe y el futuro todavía no existe. Y, sin embargo, podemos traerlos al presente -lo único que realmente existe- mediante recuerdos, imaginaciones, esperanza, previsiones.

De modo que, pasado y futuro, no existen pero existen: como pasado recuperado en el presente y futuro anticipado al presente. Nos encontramos, por tanto, ante dos categorías contradictorias: pasado-presente y futuro-presente, a las que San Agustín añadió un "presente-presente" para culminar el *continuum*. En clave de oxímoron, resuelve el pensador de Hipona tan complejo dilema ¿Y cómo se podría medir el tiempo si pasado y futuro no están o existen? Para el que tal vez sea el más lúcido sabio de la cristiandad, sería el propio espíritu el que da "cuenta" del tiempo.

¿No podríamos, entonces, percibir el sentido del tiempo, una de las claves del sentido mismo, en términos de experiencia desclasificada (al menos nuestro "tiempo libre", nuestro "ritmo interior") en lugar de entregarlo a los designios de una clasificación que lo despedaza y distorsiona?

El sentido del tiempo, como del espacio, de las relaciones de parentesco, la comunicación, la proxemia o la tecnología, sin duda ha sido un rasgo fundamental de la diferencia. Cada cultura tiene y necesita su propia clasificación de la temporalidad. Habitualmente desprendido de antiguas lecturas mitoló-

gicas e inherente a costumbres y cosmovisiones, determina la comprensión del mundo que tienen los sujetos, la percepción de la memoria y las formas del olvido, la proyección de sus sueños y expectativas, el sentido de la soledad, de la paciencia, de cada gesto en la íntimidad de la vida cotidiana, ahora expropiados por la inmediatez diatópica del tiempo transcultural.

En términos de patología psiquiátrica, por ejemplo, se considera que el esquizofrénico tiene "problemas" para percibir o anticipar el tiempo, una supuesta linealidad que percibe y vive en discontinuidades, naturalmente un grado de incapacidad medido no solo en función de un patrón ideal del psiquismo sino también de la cultura.

¿Cómo podría medirse una "discapacidad" en un tiempo sin medición o sin exigencias? No todos tenemos la misma capacidad para anticiparnos y tomar posición clara en el tiempo de otros congéneres más resolutivos (y no por ello, más o menos humanos). Además, asistimos a una hiperclasificación del tiempo, a una discontinuidad formalizada que lo hace incompatible con el sentido de continuidad requerido al paciente esquizofrénico. Y, al parecer, es necesario ese sentido para lograr estabilidad subjetiva. En los tiempos instantáneos, simultáneos, poshumanos de la transcultura digital ¿no entraremos muchos de nosotros en un diagnóstico parcial de esquizofrenia?[32].

Desde el cómputo o la atención compulsiva a una natural ignorancia (por ejemplo, desconocer la edad que se tiene, en multitud de comunidades africanas), un sentido muy diferente del tiempo se inmiscuye invariablemente en la totalidad de nuestra relación con el mundo y ha sido unos de los elementos históricamente responsable de la diversidad.

32 Sobre los abusos del psicoanálisis y una propuesta de esquizoanálisis, vid Deleuze y Guattari (1994). Respecto a los últimos análisis de esa discontinuidad como patología vid Giersch et al (2017) https://www.nature.com/articles/s41598-017-07987-y

Cuando observamos una fotografía de nuestra propia infancia, nos encontramos ante una paradoja al afirmar: "ese soy yo". En realidad, ese niño ya no soy yo puesto que he cambiado en todos los sentidos, aunque indiscutiblemente sigo siendo yo. Tampoco podríamos decir: "ese fui yo" porque el pretérito simple indica una terminación, un final que no ha llegado todavía (y, en ese caso, uno mismo no lo podría conjugar). Por tanto, en la apertura indefinida del pretérito imperfecto, "ese era yo", es como mejor podríamos expresar nuestra paradójica continuidad temporal.

Del mismo modo que su homónimo en varias lenguas latinas, el tiempo meteorológico ("nunca llueve igual para todos"), la temporalidad siempre fue predominantemente autonarrativa aunque configurada desde una subjetividad articulada a un sentido comunitario. Cuando decimos "tengo frío", solemos describir nuestra percepción termográfica de modo más expresivo que al decir: "estamos a 20 grados celsius". 20 grados procede de la medición objetiva de un termómetro, objetividad paradójicamente de menor significación intersubjetiva que "tengo frío". Para unas personas, 20 grados representará una sensación térmica distinta a la de otras personas, en tanto "tengo frío" trasladará un significado preciso de esa sensación. En este caso, expresar una sensación personal aportaría paradójicamente más exactitud que una cuantificación objetiva.

En el caso del tiempo cronológico, la expresión subjetiva de periodos y cadencias que dependía de las formas organizativas de cada cultura, fue erradicada y sustituida, no hace mucho, por la objetivación arrasadora de una cronografía totalitaria y global. En los espacios de la temporalidad también se observa el creciente exterminio de una diversidad expresiva sin traducción, en aras de una homologación mundial empobrecedora.

Así, el tiempo fue dividido en eras, milenios, siglos, años, meses, semanas, días, horas, minutos, segundos, milisegundos,

determinando no solo un cómputo único, eso sería lo de menos, sino el propio sentido íntimo de su transcurso. Pero de acuerdo a experimentos microfísicos recientes, el tiempo verdaderamente no existe o es pura ilusión, a menos que haya algún observador con algún tipo de técnica para medirlo (Moreva, 2014).

La temporalidad será gradualmente incorporada y visibilizada en las entrañas y superficies de las tecnologías occidentales (hasta para programar su obsolescencia) y, especialmente, en las digitales. En su momento, los grandes proyectos civilizatorios, chino, maya, azteca, judío, islámico, cristiano y miles de pequeños asentamientos culturales, erigieron pautas muy distintas para expresar el tiempo, aunque terminaron por rendirse al calendario occidental, de moneda única, al igual que a sus electrodomésticos.

El pasado, nuestro o ajeno (al igual que el espacio físico), fue modelado y resemantizado por los historiadores del poder y recibió denominaciones unívocas que lo fijan a una perspectiva contemporánea (edad de piedra, baja edad media, posclásico, romanticismo, edad moderna, día de la victoria, bienio negro, guerra fría, transición española…) que no cesan de saturarlo, buscando entidad e inmutabilidad a periodos de tiempo que tendrían que ser necesariamente abiertos, contradictorios, multiculturales, versátiles, transversales, interpretables, reversibles. A un sentido plural de la temporalidad que habría de ser resultado del enriquecimiento intercultural o de la presencia simultánea de toda su diversidad.

Balizas y otras muchas marcas temporales, exclusivas de la civilización hegemónica, no solo clasifican la totalidad del pasado de los otros (de su historia), privando de interpretación propia a sus auténticos herederos, sino también del pasado recordado (la memoria viva) hurtándole, así, incluso la posibilidad de heterautonarración.

Con arreglo a las particiones de la lógica temporal dominante de un solo lugar cultural, se diseñaron abruptamente, en

todos los demás, la vida, el trabajo, la educación, la cortesía, las relaciones sociales, los plazos y *deadlines*, el ocio.

Con la transcultura digital, sin duda se inaugura una nueva proxémica global impulsada por redes sociales que no se inspiran en las temporalidades culturales de los interlocutores que hablan entre sí, sino en los imaginarios inmediatos e intereses económicos de sus creadores, ejecutivos -con poco tiempo disponible- de Harvard y Silicon Valley. Adolescentes de la India, Marruecos o México se encuentran y sobrecomunican a través de *Whatsapp, Facebook* o *Instagram* según una lógica del tiempo acorde con los acelerados negocios de Zuckerberg y no con el ritmo de sus parsimoniosas aldeas.

De modo análogo a la colonización del espacio, y reforzándose recíprocamente (numerosas calles y monumentos reciben el nombre de fechas históricas), el tiempo fue territorializado, demarcado mediante calendarios, relojes, cronómetros, carteles, barreras, señales, balizas, sirenas, alarmas y un sinfín de recordatorios visuales y sonoros que redujeron la percepción de su linealidad indivisible en pedazos indescifrables para quienes no hayan sido amaestrados en sus inapelables convenciones. Ni siquiera nuestro tiempo de ocio y vacación conseguirá organizarse con una lógica diferente a la del tiempo de trabajo, como bien advirtiera, todavía en la era pre-*Twitter,* Dietmar Kamper (1998).

Como en el caso del espacio, el tiempo también fue simbolizado. Los cronosímbolos naturales (la salida y puesta de sol, el mediodía, los periodos de mareas y fertilidad, las fases lunares, los solsticios) fueron gradualmente sustituidos y, sus sustitutos monumentalizados, por cronosímbolos culturales: aniversarios, onomásticas, fechas de acontecimientos imperiales, nacionales o locales, festividades y conmemoraciones, desde los ecuménicos 25D de la Navidad y 1M del trabajo, o los hispanos 23F, 15A, 12O, 6D, 8D, hasta los cronosímbolos imperiales 4J de la independencia o 11S del atentado en NY

entreverados con el viernes negro de las compras o el día de la marmota. Sobre todos ellos pivota cíclica y rutinariamente la totalidad de la vida ciudadana de todo el planeta cada vez con mayor densidad de conmemoraciones en muchas menos variantes.

La relativa distancia que celebraciones privadas y oficiales mantenían en el tiempo, no hace tantos años, ha desaparecido completamente. Cada día, y muy próximas a actos y llamadas masivas de consumo, pueden coincidir varias conmemoraciones de orden internacional, nacional, local o doméstico, saturando completamente la agenda mediática o el calendario familiar.

La simbolización temporal de la cultura sufrirá, no obstante, a lo largo del siglo XX, un impacto mercantilista similar al espacio, de modo que geosímbolos y cronosímbolos convergen y se fusionan con los mercasímbolos (saldos de invierno o de verano, día del padre, de la madre, del maestro, del difunto, del amor, del patrón local, de la bicicleta…).

Y, como en el caso de la transformación del espacio físico a manos de la digitalidad, también el tiempo digital, que ya es un tiempo transcultural (es decir, acelerado y disociado de toda cultura específica), adquiere una configuración distinta al tiempo lento en que se fragua y evoluciona la cultura y la naturaleza.

En las redes sociales, por ejemplo, lo que cuenta es la interacción, la instantaneidad y la "presentidad" de visitas y *likes* junto a la reconversión de la misma tradición occidental del tiempo, abierto en la red 24h/365d, cuya simbolización estratégica importa más a los fabricantes de dispositivos y aplicaciones que a unos usuarios literalmente vendidos a las agencias de publicidad. En las redes digitales, los geo y cronosímbolos mantendrán una mayor y subliminal sumisión a los mercasímbolos que la propia del mundo físico.

El tiempo, desde la óptica de la desclasificación, no tiene más significado que la sensación subjetiva de su tránsito o la

conciencia angustiosa de su inexorabilidad, una "medición" sensible que habría de enriquecerse en función de relatos y experiencias pasadas, de expectativas, de periodizaciones únicas e irrepetibles más que reducirse en los pedazos simétricos y fractales de la numerización que imponen relojes o agendas.

Tal "unidad" de cuenta, sensible, cualitativa, diversa, podría estar también configurada por momentos y periodos rehabilitando su potencial para-numérico. Los momentos se representarían como unidades desiguales de sentido temporal asociadas a experiencias subjetivas, una construcción más próxima a lo real que la división cronológica objetiva -aunque ciertamente impuesta por nuestro sesgo civilizatorio- en unidades numéricas, objetivas y ya planetarias, a cuyo ritmo de galera nos invita el calendario.

Es cierto que los relojes y agendas son instrumentos de sincronización social, y nos ayudan a no perder el tren (aunque hay trenes que sería mejor perder), pero no es menos cierta la reacción de extrañeza que el cuerpo expresa inaudiblemente ante la división técnica, burocrática, quirúrgica, de uno de nuestros sentidos más íntimos y mucho menos transferible que el sentido del espacio: la conciencia de la transformación imparable del presente en pasado ante la invocación inútil de cualquier tiempo verbal.

La imposición de un solo sentido global del tiempo es el más leve y férreo corsé que contamina la diversidad cultural. La hiperclasificación e hiperdivisión creciente de la temporalidad, la paranoia sincronista, su enfática hipervisibilidad, no supone más que el despedazamiento del sentido de un tiempo coercitivo incompatible con la vida plena, un sentido que la desclasificación liberaría del yugo cronográfico, introduciendo destiempos, anacronías, arritmias, momentizaciones, al menos en las inmensas extensiones de la temporalidad interior que no necesitan sincronización.

La división objetiva del tiempo es tan primordial para nuestra civilización como de nula significación para las culturas ajenas

a ella. Y, aprender a entrar y salir desclasificadamente de su trazado, nos ayudaría a comprender mejor a quienes se apean de nuestro tiempo o viven, todavía o ya, en otros tiempos.

En una ocasión, preguntaron a Saramago sobre un determinado aniversario: ¿qué es un aniversario -se cuestionó el escritor- sino un número entero seguido de estúpidos ceros? Otro juego de pesas y medidas que aplica la maquinaria relojera del poder, ya fuera del calendario juliano o gregoriano o de los meridianos de San Fernando o de Greenwich, a miles de culturas que nunca habrían necesitado inventarla ni conocerla ¿acaso habrá contribuido algún reloj a la emancipación y a la diversidad humanas más allá de computar tan larga espera?

El sentido de la temporalidad viene siempre asociado al acontecer de la propia existencia, y se configura en forma de momentos de diversa magnitud marcados por la intensidad de una experiencia física o simbólica: la persistencia del dolor (marcación máxima), la duración del placer (marcación mínima), incluso la propia expectativa de sufrimiento o de la muerte, determinan periodos temporales nunca iguales a otros que, reducidos a números, podrían ser siete horas o tres días y medio; la interminable sensación de ausencia física de algún ser querido (más que su presencia o proximidad): una eternidad de tres semanas; el periodo de encarcelamiento o de una actividad impuesta o no deseada: ¿cómo expresarlo y sentirlo en horas?; aquella hospitalización (semana y media), aquel viaje (de dos días, de dos meses, de un año, tanto da); aquel hijo pequeño perdido durante una eternidad de diez minutos; aquella rutina o aquel cambio vertiginoso que asignaban duración diferente a la misma duración; aquella espera y aquella desesperanza que la tecnología del tiempo no hará más que acrecentar porque sus indicadores digitales nunca sabrán acompañar el tiempo interior de la existencia.

El tiempo cronológico siempre fue marcado por Papas y Emperadores, por Señores y dominadores, asfixiando el sentido

de momentos y periodos ligados a los más íntimos bio-ritmos. Acudo nuevamente a Saramago, abundando en la necesidad de una mayor subjetivación: "puesto que no podemos prolongar el tiempo, debemos ensancharlo". Tenemos una percepción clara y empírica del tiempo pero es su división taxidérmica en unidades discretas e hitos cronológicos la que nos impone modalidades y pautas de vida. Estas pautas construirán un discurso automático que excluirá a quienes se resisten a su dictadura.

Las estructuras mentales juegan a la contradicción y, fuera del tiempo, declinan el oficialismo horario de la memoria. Imaginan recuerdos o sienten nostalgia del futuro, de lo que aún no ha ocurrido y tal vez no ocurra nunca. Reaccionan, así, al caos real que la clasificación evita presenciar. Una clasificación que tampoco sabría encajar la paradoja de la nostalgia inversa: echar de menos lo que aún no ha terminado, lo que todavía está y casi ya no está en la seguridad de que, lo que fuere que nos da placer, en el presente, acabará demasiado pronto.

Innumerables capas y telones objetivos y numéricos nos separan del instante previo, del milímetro anterior, de la subjetividad anterior, hasta declararnos incapaces de describir, de sentir, de recordar, incluso de olvidar lo que hubo, o cómo éramos, antes del tiempo digital. La neofilia y la saturación de lo nuevo también tendrán mucho que ver con esa evidente discapacidad de todos.

2.3 El mundo en pedazos

En verdad, las prácticas de despedazamiento del espacio y del tiempo, que hemos descrito, son resultado de una determinada forma de concebir el mundo que, recursivamente, elabora categorías para configurarlo. Son elementos, por así decirlo, de un mundo propio y de una apropiación del mundo. El espacio, el tiempo, la misma concepción de sujetos y objetos, o su demarcación, son producciones meramente intramundanas, y reelaboradas en la interacción.

Ese "mundo", nuestro mundo, no sería muy diferente de lo que intuimos empíricamente como "sentido", nociones que también contienen o son contenidas (no me aplicaré aquí a jerarquizar o demarcar) o equivalen a una esfera conceptual entendida, no sin muchas cautelas, como proyecto o episteme de la modernidad.

Podemos reparar que hasta el pleonasmo "sentido del mundo", configurado por el cerebro y el propio sistema nervioso del que forma parte[33], no solo ha sido fraccionado en los cinco canales o sentidos (excluyendo toda un variedad de percepciones colaborativas entre ellos o de *insights* meditativos y "parafísicos") sino que, uno de ellos, el sentido visual, supraordena de modo creciente a todos los demás (eclipsando y hasta "condenando", de algún modo, los "desórdenes" hipersensibles de olfato y tactilidad)[34].

Un sentido dominante que el progreso extendió, mediante ocupaciones comerciales o violentas en todos los confines del planeta[35], mediante la correa de transmisión colonial, generando sustituciones, choques y extinciones, sin las mismas oportunidades, que apenas dejaron espacio para minoritarios casos de intercambio y enriquecimiento mutuo[36], en medio de enormes cotas de desigualdad, de desproporción, de desarraigo y miseria. A pesar de ello, en esos reductos todavía persisten los

33 Ya advertía Rorty (1983) que si supiéramos mucho más del cerebro no habríamos tenido que inventar la mente o, dicho de otro modo, no hay procesos mentales sino procesos cerebrales.

34 De la creciente presencia de la visualidad, de la "verboiconicidad" dan exhaustiva cuenta los estudios de Gonzalo Abril (2013).

35 Aquí hablamos del proyecto moderno, pero la cultura de la invasión, de la violencia y del saqueo físico y simbólico no se inició ni probablemente la acabará lo que se entiende reductoramente por Europa. De hecho, existen múltiples casos de políticas poscoloniales que reproducen, empeoran o envilecen aún más el modelo.

36 Gruzinsky (2000), por ejemplo, es un autor que destaca los procesos de feedback y mestizaje recíproco, imperceptibles para el colonizador eurocristiano, en la América colonizada.

últimos restos de una cultura con predisposición a ser barridos por los brillantes dispositivos digitales de la transcultura antes de hacerlo la propia miseria.

La clasificación nos inyectó ese sentido del mundo, fraccionado en categorías o macroconceptos abstractos como la serie conocimiento, lenguaje, imaginario, cultura, memoria, identidad...Nociones de imposible o muy difícil demarcación que, tal vez por su naturaleza indomable, indefinible, promiscua, mestiza, la pauta civilizatoria juzgó necesario domar, purificar, demarcar, definir.

El mundo (o sea, el conjunto gramatical de todas esas concepciones) fue representado en conceptos discontinuos para, posteriormente, constituir binomios readjetivados, sufrir heteronominaciones y los efectos de la pluralización (bien distinta al pluralismo), además de las implacables particiones en instancias organizadas, cada vez más, desde una perspectiva de lo nacional, de la eficiencia burocrática, del mercado o de una demo-modernidad que venía a sustituir el sentimiento de comunidad por el artificio de sociedad, incluso en versiones mejoradas por el concepto de ciudadanía, a la vez que diluía el propio sentido originario de una cultura que la policía gentilicia (casi siempre cínicamente) se empeñaba en preservar.

El conocimiento, del mismo modo que sus inseparables siamesas, fue segregado de ellas y considerado dicotómicamente, a su vez, como académico o vulgar para proceder a pluralizar el polo subordinador del par e hiperdividirlo en compartimentos estancos hasta el absurdo: hasta tocar el suelo/techo sin fondo/límite en el que todo se vuelve contra el observador clasificado/r, rebrotando las perdidas savias caóticas y transversas. Así fue como se "disciplinó" la producción y "consumo" de saber, se diseccionaron sus prácticas y oficios, o se confinó su acceso en centros y nomenclaturas.

La memoria, también indisociable de todo lo anterior, fue identificada de modo creciente con una materialización externa, instantánea, seductora, masiva y una obsesión global por la inscripción que han sustituido las antiguas prácticas "exentas" del recuerdo y del olvido por el compulsivo registro audio/visual de experiencias no plenamente vividas, sino a través del filtro de alguna tecnología que nos invita a compartir, cada vez más, el despersonalizado voyeurismo de una exomemoria, ella sí, sin fronteras. O a "experimentar" los "acontecimientos" de los *realities* mediante un simulacro coprotagonístico.

Realizado este *disclaimer* respecto al "mundo en pedazos", el lector sabrá entender el sentido de restringir la reflexión sobre los despedazamientos apenas a tres instancias "de peso", ya de por sí indisociables (espacio, tiempo y mundo), y que de esta última, del mundo, se aíslen temerariamente solo dos conceptos para ilustrar el proceso: el conocimiento y la cultura, también de por sí inseparables, a fin de evitar la innecesaria repetición de indicios en toda la serie conceptual mencionada[37]. Continuemos, entonces, completando el proceso desmembrador.

***

Nuestro mundo parte de una forma de conocimiento, basada en una clasificación y una tecnología hegemónicas, que organiza segregando: mediante maquinarias que desfiguran la naturaleza[38]; centros que separan capacidades y fragmen-

37 Tal serie podría ser acrecentada, y siempre quedaría incompleta, añadiendo la historia en pedazos, la ciencia en pedazos, la economía en pedazos, la educación en pedazos, el derecho, la justicia y la ética en pedazos...

38 "El 20% de los bosques que quedan en la Tierra tienen alguno de sus bordes a menos de 100 metros. La mitad de las selvas tiene una carretera, prado o campo de cultivo a 500 metros de su centro y el 70% de la masa forestal linda con alguna modificación humana del paisaje a menos de un kilómetro. Tal fragmentación está llevando a centenares de especies al borde de la extinción". En: *La fragmentación de la selva deja sin territorio a centenares de especie*s.

tan competencias; redes digitales que pulverizan la cultura en micropertenencias desarraigadas y dispersas; políticas que nos dividen en nacionales, extranjeros, migrantes legales o ilegales; ideologías que inventan al otro en tanto persiguen la diferencia; compases y tiralíneas que determinan la cartografía geopolítica y la re-partición histórica del planeta; economía extractivista que usurpa, desubica y explota; invención de un sujeto exclusivo cuyo modelo nunca tuvo tantas copias...Todo lo que hay en este otro listado indicativo, y todo lo que podamos pensar, imaginar y soñar (y hasta los modos de hacerlo), ha sido confeccionado por una forma tiránica de conocer y clasificar el mundo que no tolera alternativas.

El denominado conocimiento científico, y su epistemología matriz, responsable político de la canalización y represión de otras muchas gnoseologías, hace ya siglos que fue gradualmente fracturado y parcelado. Y separado por el propio dualismo cartesiano de los asuntos metafísicos para obtener la indulgencia de una Inquisición que amenazaba con la hoguera.

La industria del saber, como reducto dirigido -aún más en nuestra época- por los intereses del poder, inventó su propia pirámide de credibilidad, dictaminó las prioridades temáticas y metodológicas, creó sus liturgias, premios y sanciones, toda una jerarquía a su medida, despedazó el conocimiento en especialidades, estas en materias, estas en nomenclaturas, proposiciones y etiquetas definidas según las pautas de lo establecido, filtrándose a las sociedades modernas a través de la educación y de las campañas de publicidad comercial o política.

El conocimiento hiperespecializado solo progresa hacia dentro, apartándose de otros conocimientos especializados (hecho facilitado por los muros de hormigón de facultades y laboratorios), y se difunde en sus propios congresos, revistas y clubes de feligreses. El desinterés y la indeferencia por otros campos, y no solo de los considerados distantes sino de mu-

https://elpais.com/elpais/2017/11/01/ciencia/1509528707_340503.html

chos afines, se acrecenta si se trata de otros modos de pensar y crear conocimiento, juzgándose subalterno y desacreditado el conocimiento que brota fuera de los jardines de la academia aunque haya sido probada su eficacia durante siglos.

Tras todas estas particiones late la ancestral dicotomía general/particular, obsesión de los viejos nominalistas medievales. La oposición de conceptos es un método muy antiguo de obtener conocimiento pero, como hemos visto, solo se obtiene el conocimiento que prescribe y proyecta cada oposición.

En las nomenclaturas y clasificaciones que nos atraviesan y determinan, la organización matemática y numérica acompaña y legitima una infinidad de ítems subordinadores: 1.1, 1.2, 2.2.4. Números o alfanúmeros, esto es, la cuantificación, división y exactitud consolidan y llegan a sustituir la representación de la realidad que a duras penas intentaban trasladar los conceptos a partir de razones, experiencias y emociones. Datos y números de la nueva estética, marchando triunfantes ante la invisibilidad de la estesia.

La civilización numérica/digital sustituye el sentido espontáneo e íntimo de la cultura. *Smartphones* y otros muchos dispositivos numerizan las percepciones difusas, intuiciones y sensaciones fundamentales, anulándolas al transformarlas en datos: no solo somos ya una cifra de IP, de teléfono o DNI, urgidas por innumerables contraseñas alfanuméricas, sino que la información sobre nosotros mismos ya no proviene de una percepción interior sensible sino de las cuantificaciones de todo orden facilitadas al instante por aplicaciones que ofrecen datos como el número de calorías ingeridas o quemadas, las pulsaciones, el ritmo cardíaco, las ondas cerebrales, los pasos dados, la hora, el número de fotos o mensajes que recibimos, los grados de temperatura, los kilómetros de distancia, incluso el estado de ánimo en función de esos parámetros, contribuyendo a una autopercepción poshumana.

La medición somática, textual, etc. viene reforzada, además, por la incesante cuantificación de nuestro entorno: tasa de desempleo, número de inmigrantes, de víctimas, de turistas, de autos por minuto, de precios, de niveles de la bolsa, tasas del ipc, primas de riesgo, divisas, de la que nos advierten sin parar, tuits, sms, alarmas y alertas recibidos durante las 24 horas en dispositivos digitales[39], y próximamente adosados o injertados en el cuerpo mediante *microchips* y *wearables*.

La partición objetiva del conocimiento en números implica un despedazamiento racional del mundo que representamos. Las unidades simétricas y estéticas con las que suplantan el sentido abstracto, metafórico, alegórico, analógico o hermenéutico, en que se expresa la subjetividad, no serían más que simples, insignificantes, deformes pedazos. Brutales hormas que coaccionan y doblegan a supuestos ciudadanos libres, como otras prácticas culturales se especializaron en estirar cuellos, acortar pies, mutilar bocas, provocar estrabismo o modificar los cráneos de sus desamparadas víctimas.

Como un anatomista despedaza con precisión los cuerpos (cabeza, tronco, extremidades: brazos, piernas, dedos, ojos, corazón…), los sujetos troceamos el mundo mediante un lenguaje (frases, sintagmas, palabras…) en creciente estado de digitalización y numerización. Mas ¿cómo partir o contar la sangre, los nervios, la piel? ¿cómo separar la esquizofrenia de las neuronas? ¿cómo dividir y contabilizar el humor, el amor, el miedo, el escepticismo, la esperanza, lo incontable, lo inmaterial? ¿cómo escindirlo de lo contable y material sino mediante el despedazamiento a manos de una abstrusa razón suprema?

***

39 La deriva cuantitativa del mundo, a manos de la tecnología digital, se advierte claramente en francés al denominarlas más gráficamente, desde su inicio binarista de unos y ceros, tecnologías "*numériques*".

Cuando dividimos una abstracción numérica (como el 4) en (4) partes que resultan idénticas (1,1,1,1), a causa de un deslizamiento cognitivo la mente queda autorizada para dividir lo empírico, lo inmaterial, lo indivisible, en conceptos que funcionan engañosamente con potencial numérico tanto por su capacidad de representar unívocamente como de multiplicar o dividir hasta el infinito.

Por otra parte, la división abstracta del mundo que percibimos se ejecuta mediante otro tipo de fraccionamientos, los conceptos, que funcionan como lo hacen los números respecto a las cifras: los conceptos numéricos 2+2 tal vez den como producto 4, pero un concepto que representa algo material o inmaterial al que sumamos o detraemos otros conceptos, no necesariamente produciría el mismo resultado lógico-matemático a menos, como ocurre, que tal resultado estuviera previamente configurado como destino de la operación, en otras palabras, que la operación de pensar ya implicara una conclusión prevista (como si los argumentos objetivos y analíticos fueran diseñados desde los resultados que queremos oír). Es decir, que merced a ignotos apriorismos, los lugares a los que nos lleva la manipulación de los conceptos en los sistemas cerrados estarán prefijados tal y como el número 4 sería el resultado predestinado, entre otros, de la ejecución de 2x2 o 3+1.

Con los conceptos, sin embargo, tenemos la sensación de recorrer un itinerario libre, abierto, que nos depara nuevo conocimiento o incluso la utopía de descifrar la realidad, cuando en verdad, los puntos de llegada, las conclusiones o "ecuaciones cognitivas" ya estarían latentes en todas las operaciones y pruebas preparadas para obtenerlas en virtud del enrejado de la clasificación y de su lógica inflexible a la paraconsistencia.

Como si las respuestas, los pensamientos, los resultados, como cifras nunca pronunciadas, estuvieran ahí, esperando la operación matemática, o retórica, que los desvelara. Contar, cuantificar y operar con números, constituye, por tanto, una

operación primitiva que condiciona la aparición de cualquier conocimiento sobre nuestro mundo y, solo ilusoriamente, representa la realidad indecible, indivisible, incontable.

Nada habría que objetar, todo lo contrario, al hecho de que una gran diversidad de ingenio humano haya logrado elaborar sistemas numéricos y conceptuales más o menos sofisticados para entender el mundo, o para creer en espíritus siempre carnalizados por la palabra, salvo por la pulsión innata, universal e incontestable del uso de tales recursos por parte de alguna cultura con ansia histórica de ilustrar a las demás.

No actuamos en nuestro mundo conceptual con mayor precisión que los habitantes de un hormiguero actúan sobre el suyo. El estancamiento de la ciencia y del conocimiento humano reside en la creencia equivocada de su infalibilidad. En muchos campos, podríamos estar dando pasos hacia atrás o hacia ninguna parte a pesar de impecables y caros instrumentos de cuantificación y medición.

Del mismo modo que la matemática es capaz de descomponer cualquier cifra en unidades, *mutatis mutandi* la mente se aplica a dividir el mundo simbólico en conceptos. La paradoja reside en que cuanto más desmenuzamos y precisamos la representación conceptual de la realidad, más nos alejamos de esa posibilidad porque, como expusimos en 1.2, la realidad no "pertenece" a los conceptos ni tampoco a los números a pesar de lo que insinuara Galileo sobre las matemáticas, no ya como un lenguaje universal, que podría llegar a serlo, sino nada menos que como el lenguaje en el que se expresa el propio universo; los materiales de la corporeidad (sin entrar en los de la realidad), no están compuestos de números o conceptos, sino de sensibilidad, cromaticidad, tacticidad, de dolor, de fragores, de olores y alaridos instintivos reservados a seres exclusivamente habilitados para un intransferible modo de percepción.

El grito desgarrado y espontáneo de dolor o terror estaría mucho más próximo a la realidad de lo que nunca podría es-

tar su descripción, o el más depurado y consensuado concepto científico, o la más elegante ecuación matemática, o el más bello canto ofrecido por una soprano.

Los geómetras, por su lado, inventaron figuras abstractas para representar la naturaleza, el universo, el cuerpo. A un lenguaje visual de cuadrados, triángulos, cilindros, rectángulos, trapecios, conos o esferas, se estilizaron y redujeron las "deformidades" naturales. Y, desde muy antiguo, las civilizaciones en las que triunfaron tales figuras se aplicaron a reproducir objetos, templos, edificios, ciudades, fundamentados en ellas. En el éxito de la síntesis y la estetización geometrista podría tener su origen el exceso de iconicidad y pulsión visual de nuestra época en detrimento de la escritura, por ejemplo.

Pero la tierra no es esférica, ni el tronco de un árbol es cilíndrico, ni un volcán es cónico. La estrellas, la vegetación, los continentes no se organizan en torno a geometrías sino que mediante geometrías nos disponemos a filtrarlos, reducirlos y modelizarlos. La geometría, como representación o escritura del mundo físico, nos empujó desde los albores de la humanidad, a diseñar, a construir, a emitir, a producir artefactos geométricos, desde la ropa de diseño a la propia digitalidad, una geometrización de lo virtual.

Siendo niño, en más de una ocasión me descubrí reproduciendo ritmos o notas musicales ante el barullo incesante de un goteo o de una corriente, o "leyendo", y reorganizando inconscientemente, las caprichosas formas y manchas de una pared desvaída, en constelaciones estelares y nebulosas imaginarias. De repente, desaparecía el muro y solo tenían sentido aquellas proyecciones delineadas por mi propia mente.

Así funciona la geometría, ajustando nuestra mirada al crisol de sus figuras. Subproyecciones que nos lanzan a descifrar lo exterior en un código único, a adaptarlo a los microesquemas que inyecta la cultura mediante la transfusión de espejismos.

De forma similar pensamos el universo inmaterial o simbólico: para describirlo y elaborarlo, las figuras geométricas tuvieron como correlatos los conceptos ¿Qué valor compartido deberían incorporar las palabras para continuar legitimando su poder de denominación y representación? Del mismo modo que la geometría explica el mundo físico mediante figuras y la matemática mediante números, el lenguaje lo intenta mediante figuras transportadas por términos y frases, por figuras eminentemente retóricas. Un mismo procedimiento que contiene idéntica reducción, la reducción que proporciona la representación discreta, partitiva, mutilante de la linealidad del mundo, del *continuum* indivisible que dejamos de percibir apenas comenzamos a transcribirlo en conceptos. Y, más tarde, ya no habría nada que transcribir porque el concepto se adelantaría a lo representado, enmudeciendo la realidad, reduciéndola a pre-conceptos (o prejuicios).

Una vez explicitado y reducido el mundo a un sistema de conceptos cerrados, el pensamiento se organiza y reproduce en torno a "noosímbolos"[40], atractores elementales de la noosfera, la nueva y única "piel pensante", la solución simbólica final para esta humanidad dispersa gracias a la convergencia tecnológica, según erráticas opiniones desde Teilhard de Chardin a Zuckerberg. Los noosímbolos constituyen un sistema de señales y balizas mentales proporcionadas por la cultura, el lenguaje o el conocimiento, operando de modos similar y colaborativo con los geo y cronosímbolos propios del espacio-tiempo. De hecho todos ellos están simultáneamente incorporados a las propias raíces del conocimiento surgiendo en el momento y con las asociaciones y encaminamientos precisos y sin haber sido solicitados.

Así, multitud de noosímbolos como proverbios, refranes, lexías, tópicos y estereotipos, analogías, mitos y todo un ejér-

40 Del griego *νόος* o *nóos:* mente, intelecto. Los noosímbolos serían las señales mentales que, procedentes de la cultura y el lenguaje, marcan los itinerarios del pensamiento.

cito de *tópoi*[41], de lugares comunes y automatismos, se sitúan al acecho en lugares estratégicos del pensamiento o de la comunicación, controlando y conservando el sistema en torno a una clasificación cada vez más restrictiva y extendida.

***

La cultura constituye el crisol en el que tradicionalmente se ha fusionado el sentido del espacio, del tiempo, del conocimiento y de otras muchas instancias indisociables como las que nos hemos permitido la provisionalidad de disociar, reproduciendo nuestro clasificado mundo, en párrafos anteriores. Por eso se hace necesario revisar el proceso de atomización y dispersión cultural llevado a cabo por la nueva lógica que disemina la transcultura.

En la transcultura digital, muchos sujetos tienen la impresión de elegir en libertad sus caminos y opciones, como eligen los artículos de consumo en los hipermercados, una vez desarraigados y debilitados los valores desprendidos de sus culturas originarias previamente ablandadas por el dirigismo de la tecnología analógica.

Sin embargo, la libertad de elección en la transcultura es una falacia, toda vez que los nómadas transculturales se someten al rastreo, al encauzamiento lógico y al permanente acoso publicitario por parte de algoritmos instalados, vigilados y actualizados en cada dispositivo digital por sus propios creadores. Lo que nos llevamos al bolsillo no es, en efecto, un producto final y maleable (por más que lo podamos "customizar"), sino la propia mente viva y sinfín del fabricante transportada en una inmensidad de previsiones que nos atrapa en su lógica y nos traza unos caminos por los que creemos transitar libremente. Algo que nos precede y sucede cualquiera que sea la dirección que tomemos.

41 Plural del griego *tópos:* lugar. En teoría de la argumentación, lugar común o premisa previa a los propios argumentos (Perelman y Olbrechts-Tyteca, 1989).

Como ya he tratado pormenorizadamente el asunto en un reciente trabajo (García Gutiérrez, 2016), me ceñiré en este a la metáfora del despedazamiento cultural a manos de la transcultura digital y el papel de la nueva simbolización. En ella, geosímbolos, cronosímbolos y noosímbolos son absorbidos, centralizados, estetizados y difundidos globalmente, de hecho a miles de millones de personas adscritas con anterioridad a millares de culturas, por los mercasímbolos de un pequeño oligopolio de corporaciones marcado por la concentración.

El núcleo duro de la simbolización transcultural estará regido inicialmente por la verboiconografía de los escritorios de Windows y Mac que, gradualmente, pierden relevancia en favor de *Google, Facebook, Instagram, Whatsapp o Twitter*. Menos de una docena de plataformas, gobernadas por muchas menos manos, balizarán y determinarán la intensidad, la frecuencia, proxemia e itinerarios de la nueva comunicación que alimenta la transcultura.

En el clímax de la civilización numérica y fáctica, *bytes, gigas*, alfanúmeros, contraseñas, datos, actualizaciones o emoticonos constituirán el lenguaje emergente de la transcultura, silenciosamente diseñada por unos ingenieros informáticos que ignoran sus consecuencias.

El despedazamiento de los imaginarios a manos de la transcultura digital es ya un hecho irreversible. Y desde un punto de vista desclasificado resulta paradójico: justamente la centralización transcultural rompe en pedazos el sentido de la cultura en tanto la diversidad cultural lo mantenía vivo. De ahí que las estrategias desclasificadoras hayan de adaptarse y modificarse constantemente al son de escenarios digitales extremadamente precarios y cambiantes.

Allá donde llega un dispositivo digital comienza la disolución inexorable de la cultura digitalmente contaminada. Y las señales de wifi y datos están siendo transportadas por drones y

globos aerostáticos a los más remotos rincones de selvas y desiertos, siguiendo la ensoñación megalómana de empresarios neototalitarios y sus proyectos de conectividad global.

Por ejemplo, con la promoción exitosa de los emoticonos, se instala un único lenguaje de colonización emocional a escala global. Lo que comenzara con media docena de simples y sonrientes lunares amarillos, hechos de trapo, en el hemisferio anglosajón hace medio siglo, se ha consolidado como todo un lenguaje de gestión digital de los estados de ánimo que recoge, prioritariamente, la representación occidental de la felicidad, de la tristeza, del temor, de la súplica, del afecto, del acuerdo o desaprobación…con escasas aportaciones subalternas, inmediatamente amortizadas, traducidas y transculturizadas.

En la era de las comunidades geoculturales, existían millares de formas de gestualidad manual o facial que, precisamente, daban sentido a la diversidad cultural, del mismo modo que las lenguas. Pero el emoticono es la amable reducción que aniquila la diferencia emocional y, por tanto, contribuye a la disolución de la cultura de la que forma parte haciéndola estallar por uno de sus flancos más vulnerables. Ante circunstancias adversas, no cabe duda de que la mejor terapia estribaría en aferrarse a la simpatía de esas caricaturas pero, bajo la hegemonía del imperio digital, ¿no perseguirá, esa estratagema, confinarnos amablemente en la aceptación? ¿hacernos rehenes de la indiferencia? (ibíd., 2016).

La concepción clasificada del mundo, que la cultura incorpora, traslada, más allá de los significados, su lógica jerárquica, dicotómica y asociativa a las formas de expresión y relación de unos sujetos literalmente absorbidos por el campo gravitacional de cada sistema. La transcultura, el emergente sistema simbólico tranversal y global, hace pedazos la verticalidad de la clasificación cultural instalando una nueva clasificación transversal no menos alienante y mucho más empobrecedora.

El conocimiento organizado bajo ancestrales formas cerradas de clasificación, que durante milenios sobrevivían a los

propios ancestros, es gestionado ahora por un sistema de clasificación aparentemente amable, abierto y global, pero regido por una desconfiada y rígida lógica de homologación subliminal. No es posible abandonar esa continuidad clasificante sin una voluntad íntima de desclasificación. Una desclasificación que restituya algo de librepensamiento ante tanta inconsciente sumisión.

3. El sentido de la desclasificación

Contribuir a pensar el mundo, sin ser determinados por la lógica convencional, es el sentido de la desclasificación de acuerdo a lo que nos propusimos al inicio de este ensayo. Pero ¿qué posibilidades de credibilidad tendría tan ambicioso objetivo? ¿en qué saberes, renuncias y prácticas, más allá del sofismo, podríamos sustentarlo?

Todos somos hijos de nuestra época, argumenta con razón Edgar Morin (1996). Del mismo modo que el mecanicismo impulsó el controvertido progreso moderno, o la ciencia positivista potenció e hiperclasificó las sociohumanidades desde la rigidez de las ciencias "duras", en mi opinión, las hipótesis de la mecánica cuántica, y el mundo contradictorio que inspira, nos invita a practicar formas distintas y desclasificadas de pensarnos en el mundo de las representaciones.

El pensamiento desclasificado surgiría, entonces, como una especie de alterego de superposiciones, incertidumbres y entrelazamientos (*entangling*) cuánticos[42] aunque, como en cualquier otra creencia, ninguna de sus hipótesis pudiera ser irrevocablemente demostrada. Tampoco habríamos de creer, necesariamente, en algunas teorías científicas solo por el hecho de no haber sido refutadas todavía.

Nos encontramos, entonces, ante una continuidad que parece manifestarse en múltiples e insistentes formas discontinuas. Ese mundo de mediaciones simbólicas y conceptuales,

42 La "acción fantasmal a distancia" que ironizaba Einstein.

al que pertenece la desclasificación, estaría perforado por una infinidad de conductos, atajos, simultaneidades y conexiones intersémicas que han sido escasamente abordadas. Y los estudios que lo han hecho habrían estado sometidos al imperio logicista. Tal vez parte del desasosiego y rechazo que produce la contradicción, pudiera proceder de algunas intuiciones naturales sobre ese *continuum* abortadas por una clasificación que lo niega.

La desclasificación no persigue destruir o ignorar lo establecido, ni siquiera evitar su empeño en la discontinuidad, sino elaborar una metaconciencia reflexiva que nos permita entrar y salir libremente de cualquier reducción cultural, identitaria, conceptual, sin tener que justificar la heterodoxia, la provisionalidad constante, la intercambiabilidad de múltiples e incluso contrapuestas instancias. Restaurando, sin alardes, esa continuidad despedazada del sentido para quien la quiera ver así.

Por tanto, la desclasificación no habría de ser activada con el fin de quebrar la identidad o la cultura, sino simplemente para proporcionar una conciencia de ruptura, una opción de abrir, mezclar, interrumpir, manipular, subvertir cualquier dominación simbólica o cierre conceptual mediante acciones de estar y no estar, de pertenecer y no pertenecer simultáneamente a un sistema sin rendimiento de cuentas, sin sentimiento de culpa. Y si en algunos sistemas expresar esa libertad no fuera posible, tal vez una sigilosa conciencia desclasificada podría ayudar a sobrevivir en la opresión y, mediante contagio disipativo, acabar con ella.

Se trata de pertrecharnos de herramientas metacognitivas que nos permitan quedarnos o abandonar una lógica, o ambas cosas a la vez, o parcialmente, o consecutivamente. Ante el rigor de los sistemas, la desclasificación debería facilitar, si fuera necesario, incluso el legítimo cinismo de una "doble vida", clasificada y desclasificada al mismo tiempo.

Si normalmente el proceso desclasificado/r solo debería ser desencadenado por la propia reclamación de un sujeto o comunidad, en ocasiones excepcionales tal sentimiento habría de ser provocado desde terceras instancias, incluso "de oficio", por parte de un desclasificado/r (individuo o colectivo) que, evitando convertirse en salvador o justiciero, detectara situaciones represivas o intolerables ante la pasividad o inocencia de las posibles víctimas de expolios simbólicos. Abordaremos, a continuación, ese "relativismo intervencionista" de la desclasificación.

El asunto se enroca en un bucle paraconsistente porque, si por un lado la desclasificación se fundamenta en el respeto a los procesos de auto-emancipación declarando, entonces, su neutralidad, al fomentar el malestar de facto está postulando, por otro lado, justamente lo contrario: la intervención.

Pero ¿cómo restar impasibles ante las masacres simbólicas (por no hablar de las físicas) practicadas por la "civilización" humanista sobre "nuestros otros"?, ¿cómo permanecer indiferentes ante millares de prácticas y tradiciones abominables que esos mismos "otros" infligen sobre "los suyos" o sobre "sus otros"? En estos casos, la desclasificación optaría por el diferendo (Lyotard, 1988), y tomaría partido siempre en beneficio de las víctimas de la barbarie o de la indiferencia. Desde esa perpectiva, la justicia se acogería, lógicamente, a la paraconsistencia: una justicia que, para ser justa, debe ser injusta.

A fin de hacer compatibles los extremos de ese campo minado por las dicotomías (intervención/neutralidad, absoluto/relativo), sería necesario acudir a modos de actuación más débiles, a vías intermedias como la facilitación, y a procedimientos híbridos y extremadamente cautelosos como los recogidos, por ejemplo, en la "estrategia de alterización" (vid 3.2 estrategia 4) al abordar modos de consenso transcultural orientados a inventariar daños simbólicos de lesa humanidad.

En el caso de producirse tales lesiones simbólicas a terceros, puesto que la desclasificación no estaría armada para combatir directamente agresiones de otro tipo, como la extrema brutalidad psico/física de la ablación (portadora de un violento simbolismo), el matrimonio convenido de menores, la neoesclavización o el sororato, por ejemplo, cualquier nómada desclasificado/r estaría legitimado para provocar la conciencia de malestar en determinados sujetos/grupos autóctonos mediante la facilitación de herramientas desclasificadas de modo que, los afectados mismos, pudieran intervenir y reconducir desde "dentro" (como se ve, en un proceso inevitablemente "heterautonarrativo") su propia autoevolución gradual antes que imponer esa otra violencia de la suplantación (a menos que viniera autorizada por el inventario transcultural aludido).

En escenarios más genéricos, y bajo el convencimiento de que el esencialismo podría ser responsable de buena parte de las situaciones de opresión y hostilidad que conoce el mundo, la desclasificación asume un rol abiertamente antiesencialista o, en todo caso, el único esencialismo que propondría, sin aspiración categorial, sería el mestizaje.

La sumisión clasificada, la de quien verdaderamente la sintiera así, no tendría nada que ver con la elección o el compromiso que libremente contraen las personas. Pero "libre" solo podría ser el resultado de una conciencia que previamente ha negociado y aceptado, desde ese "exterior" (que está dentro), su incondicionalidad hacia cualquier forma de clasificación.

En consecuencia, la desclasificación sería liberadora incluso si el objetivo del sujeto es el conformismo, el ascetismo o el autoexilio[43]. El compromiso, de hecho, sería libre si las razones y emociones que fraguaron la elección fueron antes desclasificadas. Con esta condición, entonces, sería desclasi-

43 No diré nada nuevo si afirmo que muchos estilitas, místicos, y hasta ciertos presos de causa, se han sentido libres en sus reductos, en tanto estamos rodeados de ejecutivos y consumistas que se sienten atrapados en sus propias vidas.

ficada cualquier autoprivación o autoimposición por más dura que nos pareciera a los demás. El desclasificado/r habría de apoyar, incluso, el derecho a la invisibilidad de quienes ("libremente") no desean formar parte de esta especie de confederación asimétrica y desarticulada de nómadas forzados por la transcultura. Antes que la libertad de creencia, es sagrada la creencia en libertad.

Siendo realistas, por otra parte, la desclasificación no podría enfrentarse abiertamente a la clasificación occidental dominante (sería como oponerse, más allá de la crítica terapéutica, a la publicidad, al consumo masivo o a las redes sociales), porque sin duda perdería la batalla. Su táctica consistiría en un hostigamiento paraconsistente sobre los flancos más visibles y vulnerables de su organización para fortalecer lentamente los nuevos escenarios de la subjetivación pluralista. El menor paso desclasificado/r ya supondría un significativo avance.

Con sus actuaciones, la desclasificación contribuye a respetar, sin conservar, ilimitados modos de pensar "heterauto-organizados", aproxima distintas lógicas, especialmente las consideradas opuestas, sin unificarlas, para poner más en evidencia la lógica egocéntrica de la demarcación.

***

Los conceptos y las normas que nos inoculan desde la infancia son recursos clasificatorios que trasladan no solo significados o reglas sino "un orden" jerárquico que es, también, "una orden": organización y mandato serían simples sinónimos en lo que a clasificación se refiere. Contraemos un compromiso de obediencia hacia la clasificación instituida bien antes de saber hablar.

Cambiar un orden por otro supone en sí mismo un importante acto de desclasificación, aunque no definitivo si el nuevo orden pretende ser tan hegemónico o inmutable como el an-

terior (por ejemplo, una conversión al cristianismo o al occidentalismo sin mediar desclasificación, o pasar la adhesión emocional de una bandera a otra) ya que el horizonte desclasificado/r invita a la emancipación consciente de cualquier imposición que no sea libremente aceptada, es decir, la opción debe ser elegida en ausencia total de amenazas o coacciones, especialmente de algunas autoimposiciones que suelen ser tan determinantes como desapercibidas.

Ese "otro modo" de reclasificación débil, que adjudicamos a la desclasificación, contiene potencialmente todos los modos de clasificación posible, es decir, inserta el pluralismo lógico en el corazón clasificatorio, de ahí su paradójico estatuto desde la perspectiva de la teoría clásica de los sistemas. Un anfitrión inhóspito para su huésped. Una matriz que habría de incluir en su interior hermético (y a la vez poroso) a su más tenaz adversario. Un enunciado soportando su propia negación en cada pliegue de su estructura elemental.

A cambio, el espíritu pluralista, sensible, flexible del lugar desclasificado admitiría, en su interior abierto, cualquier clasificación rígida contraria a ese espíritu. Se trata de una posición irreductiblemente democrática, desterritorializada, que da margen incluso a las opiniones más reacias y destructivas contra su nuevo emplazamiento desclasificado caracterizado por la movilidad. De hecho, habríamos de agitar y provocar periódicamente el disenso para testar la fortaleza de sus flexibles gramáticas.

La desclasificación, como se observa, es un proyecto inagotable. Su estrategia general consistiría en llevar la organización impuesta del mundo de la representaciones al umbral en el que necesariamente se diluye la consistencia, en empujar autorreferencias, conceptos, dicotomías, jerarquías y otras construcciones clasificadas hasta sus propios bordes y fronteras, dentro de los cuales erigen sus imperios los dogmas, teorías y paradigmas, bien enfrentándolos pausadamente a sus propios límí-

tes paradójicos (y cualquier construcción simbólica va dotada de bordes y, por tanto, de abismos), bien despeñándolos en el implacable torrente del sentido.

Con rasgos que podrían recordar a la meditación, en cuanto a una cierta desconexión con la mente dicotómica, sin llegar a suspender la propia mente (solo sus límites), ni el juicio (más bien, autocríticamente, lo promueve), la desclasificación implicaría el desvelamiento consciente y radical de todo tipo de clasificaciones y conceptos cerrados, especialmente vigilante de aquellos que emanan de sistemas amables que interfieren sin preguntar, bajo la supuesta excusa de ofrecer cuidado y protección. Finalmente, la sospecha cultivada se transformará en instinto indicial.

El desclasificado/r está determinado, estratégicamente, por la detección de contradicciones: para desclasificar hay que desorganizar reorganizando a partir de la transformación provisional de las consistencias en distintos formatos paraconsistentes. La finalidad del proceso, evidentemente, no sería aislar contradicciones para eliminarlas, como haría la epistemología sino, por el contrario, usarlas proactivamente para que inspiren reclasificaciones basadas en un pluralismo lógico, en la superposición y entrelazamiento de instancias simbólicas solo incompatibles en un entorno lógico convencional.

Las nociones desclasificadas solo perciben fronteras cuando se confrontan a una noción clasificada. En consecuencia, no podrían caer, por sí mismas, en la tentación de elevar las grandes pirámides clasificatorias que conocemos. El sujeto desclasificado/r flotaría sobre diferentes máquinas clasificantes transitando por poderosos campos gravitacionales y cantos de sirenas, contando, en último término, con el único poder de su autocrítica.

Por tanto, ante la difamación milenaria de la lógica tradicional, la contradicción siempre sería un recurso positivo y reconstructivo para la desclasificación, y no una adversaria mo-

lesta o evitable, como suele ser considerada. De hecho, resulta fascinante contemplar cómo los seres racionales vivimos, con absoluta normalidad, entre inexplicables paradojas. De ahí su interés para el pensamiento desclasificado.

La sospecha de paraconsistencia propicia la detección de serias contraposiciones, incluso entre conceptos matrices del ideal desclasificado, como es el caso de libertad o democracia, pero no con el fin de anularlas sino, justamente, de potenciarlas: en ese sentido, el filósofo Jesús Mosterín (2008) ya nos advertía que la democracia puede ser contraria a la libertad por cuanto el dictado de la mayoría se impone sobre las opciones y deseos de minorías y sujetos. ¡Claro, en eso consiste precisamente la democracia! afirmaríamos muchos de nosotros en primera instancia.

Eso es cierto, sin embargo, estamos ante una seria reversión democrática. Y no se trata solamente de la evidente limitación de la democracia representativa. En la misma democracia participativa, y con un sistema de decisión popular directa, también se tomarían decisiones contra la libertad, decisiones injustas y totalitarias, es decir, contrarias a los propios principios que inspiran la democracia[44].

Pondremos un ejemplo para ilustrar esa contradicción: hace unos años, en Croacia (siendo ya país miembro de la UE), se llevó a referéndum la legalización del matrimonio homosexual. Esta propuesta fue "democráticamente" derrotada en las urnas. Una aplastante mayoría católica croata impuso su prohibición sobre los derechos y libertades de la minoría homosexual del

44 Durante la crisis USA-Corea del Norte de 2017, en el mandato de Trump, en una tertulia de periodistas se criticaba duramente la política exterior norteamericana. Uno de ellos espetó entonces: no puede compararse de ningún modo al dictador dinástico norcoreano con Trump porque este, al menos, fue elegido democráticamente. Y ese "al menos", fue lo que me produjo estupor: ¡que alguien como Trump (y, naturalmente guardando las distancias, como ocurrió previamente con Hitler) hubiera podido ser elegido, "al menos", democráticamente! Las elecciones democráticas nunca justificarían las políticas antidemocráticas o genocidas de los elegidos.

país. Sería como prohibir, por mayoría absoluta, ser negro o blanco, si me permiten el fácil ejemplo, en un territorio. Una democracia que transpira lógica de apartheid[45].

Parafraseando a Pascal, la conciencia de nuestra ignorancia, más que la arrogancia de nuestras verdades, es lo que debería enorgullecernos (Santos, 2008). La lógica de los derrotados (Mate, 2008), y no la de ese enemigo que no cesa de vencer, que angustiaba a Walter Benjamin (1989), es la que presta su sentido ético a la desclasificación. Constituirían sus principios básicos, por ser los más irreductibles, la rampa de lanzamiento que permite al pensamiento desclasificado ganar sin vencer.

Los primeros pasos: reencontrar las rutas rechazadas y proscritas, recuperar el pensamiento marginal y desterrado, construir asentamientos efímeros, rehabilitar los sentidos eclipsados por la hipervisibilidad para recuperar las viejas sabidurías de la penumbra.

3.1 Elogio (y placer) de la contradicción

Si alguien tuviera la capacidad adicional de asociar colores a los sonidos, aromas a la visualidad, sabores a la tacticidad ¿habría que apagar o extirpar ese don? Estas combinatorias sensoriales, denominadas sinestesia en determinadas corrientes neuropsicológicas, estarían asociadas, en mayor o menor escala e intensidad, a momentos del desarrollo cerebral del neonato ("poda" o fusión sináptica), estadio que, para algunos escasos afortunados que han podido conservarlos y canalizar-

45 La monarquía, el nacionalismo, el capitalismo o el supremacismo religioso o de cualquier índole (de sangre, de raza, de clase) no superan la prueba del más elemental ideal democrático aunque, en virtud de los mecanismos paraconsistentes apoyados por el marketing político, han logrado pasar formalmente por democráticos en muchas sociedades contemporáneas. El comunismo o el anarquismo, sin embargo, responden a un profundo idealismo democrático pero, tan excesivamente racionalizador y receloso, que han fracasado en la práctica al no asumir el imperativo de numerosas libertades básicas y transversales de las personas.

los, permanecen enriqueciendo -como diría Steiner- sus gramáticas de la creación.

La sinestesia innata, aunque también la producida por ciertas sustancias psicotrópicas, ha adquirido relevancia, particularmente, en distintas formas de expresión artística: en música, por ejemplo, son célebres los casos de compositores como Scriabin o Rimsky-Korsakov y su capacidad de asociar colores y sonidos, en literatura, Baudelaire[46] o, en pintura, Kandinsky, quien poseía la facultad de oír el color.

Pero, por otra parte, numerosos artistas dotados de un elevado nivel de estesia (la experiencia sensible, naturalmente no exclusiva del arte o de la estética), han aprendido a elaborar convergencias intersensoriales y transmitirlas en multitud de obras y *performances* contemporáneas. Por tanto, el "cultivo" simulado y aprendido de la sinestesia también es posible. Y no habría que reducirlo necesariamente a las elites que se arrogan la creatividad y, mucho menos, a los indicadores capitalistas de la genialidad. A pesar de la clasificación, cada ser posee sus propias formas inviolables de singularidad estésica y creativa. Otra cuestión sería su desatención, invisibilización o incluso represión.

He acudido a la sinestesia con el único propósito de utilizar un argumento análogo sobre la contradicción, instancia del mundo de la representación relegada, habitualmente, a un destino mucho más oscuro. Manifestada con plena naturalidad en las fases iniciales de la niñez, inmediatamente es diagnosticada como anomalía, cuando no un serio peligro para el sistema, que debe ser corregida mediante ortopedias lógicas y clasificación unívoca. El mundo nos insta permanentemente a tomar posiciones nítidas, a etiquetar, a emitir juicios incontestables sobre asuntos que ya vienen prejuzgados. A pesar de

46 Vid particularmente el esplendor sinestésico de *Las flores del mal*.

la apariencia de pluralismo, no es posible no elegir o dudar en exceso[47]. Se trata de estar en un mundo o fuera/contra él.

Desde los exilios interiores más remotos, sin embargo, la contradicción ha logrado inspirar hermosas poesías y obras de arte e incluso, travestida de utopía, las más arriesgadas hipótesis, los más emocionantes saberes. Y, al igual que la sinestesia, es posible aprender a cultivarla. Recuperar el placer de la contradicción: he ahí uno de los cometidos de la desclasificación.

Se trata de una de las nociones más inexplicables y sombrías de nuestro lenguaje, estamos ante la inexplicabilidad misma, a pesar de ser invocada y practicada con (paradójica) naturalidad y familiaridad tanto por los guardianes de la consistencia como en la vida cotidiana. Tal vez esa misma paradoja, la paradoja de lo paradójico, nos esté indicando los lugares de donde procede tanta cercanía y a la vez tanta extrañeza, tanto rechazo racional como aceptación a través de curiosos mecanismos que puentean la constante injustificabilidad del propio ser o de sus acciones.

Existe una masa o red multidimensional (que desborda las cinco dimensiones, incluyendo la simbólica) de flujos subterráneos, moleculares, subatómicos, de hechos inverosímiles más allá de cualquier procedimiento o herramienta humanos diseñados para su comprensión mediante miradas rápidas o superficiales. Estamos quietos en tanto viajamos sobre un astro a miles de km por hora hacia ningún lugar del espacio. Profundizar supone un descenso, o una ascensión, a otra superficie. La profundidad, como la lejanía, no existen salvo como medida relativa: se trata de una variante subjetiva de la distancia por más que el sujeto considere que ha profundizado o que está lejos. Todo permanece "lejos al lado". Ante tanta angustiosa indefinición, la reacción lógica, pendular, por tanto, fue la ob-

47 En el extraordinario film *XXY*, Álex -hermafrodita o intersexual- es obligado/a por su padre a decidir ser hombre o mujer. "Padre -le dice Álex - ¿y si no hubiera nada que elegir?" (Puenzo, 2007).

sesión por definir. La única respuesta a la relatividad fue el absolutismo. Y esa pauta es la que ha marcado la historia narrada por la racionalidad y contiene la herencia que recibirán quienes nos sucedan.

El observador transita siempre una misma superficie al igual que, inicialmente[48], lo observado permanece en la suya a pesar de que, en un universo no cuántico (si existiera tal esencia), se pudieran hallar a kilómetros de distancia vertical u horizontal. Pero todo adquiere textura imaginaria y los interlocutores se alejan o aproximan en el mundo virtual de las representaciones. Mas también gracias al lenguaje es posible detectar su contradictorio estatuto: cuando entramos en un lugar, salimos de otro, cuando bajamos, subimos y viceversa, en muchas ocasiones, queremos algo y todo lo contrario, queremos que nuestros hijos crezcan pero que no lo hagan, queremos acabar un buen libro pero que no acabe.

Todos estos enunciados contradictorios representan discursivamente procesos habituales de la vida cotidiana. La paraconsistencia sería una forma posible de explicación cuando fracasan los demás recursos de la lógica convencional (da Costa, 1994). De su segundo principio que, durante casi tres milenios, ha prohibido la contradicción reprimiendo multitud de pensamientos y formas de vida. La incógnita, por tanto, residiría en algunas causas de esa proscripción, entre las cuales se intuye la mayor facilidad de controlar al sumiso antes que a quien duda.

Resulta curioso cómo religiones monoteístas y multitudinarias abrazaron el principio de no contradicción llenando de paradojas las hermosas páginas de sus escrituras: desde razonar sobre la fe o demostrar la existencia de Dios hasta hacer

48 Solo antes de la interacción puesto que, según el principio de indeterminación, la observación modifica lo observado. En ese caso, observador y objeto observado se encontrarían ya en la misma superficie.

compatible la metafísica pagana griega con las creencias monoteístas[49].

Siempre aguarda una contradicción que subyace en la microfísica del sentido. De ahí que el sentido no tenga lógica (Deleuze, 2001) y sea indefinible, a pesar de lo cual es definido por el lenguaje, troceado por dicotomías, jerarquizado, demarcado, confinado por la clasificación. Cerrar, o cercar, el sentido se consigue ignorando inmensas lagunas y vacíos que se llenan de retórica, de palabrería, sembrando la mente de automatismos previsores, eliminando contradicciones naturales, subliminales, avergonzadas, que trasladan ambigüedades repletas de elementales sabidurías, de intuiciones que recogen intraducibles combinatorias emocionales, a la espera de algún reconocimiento que venga del poder racional, no solo de la marginalidad del arte o la poesía.

Mas la contradicción, reprimida y truncada desde la infancia por una determinada lógica política y educativa, puede acarrear serias patologías mentales. Cualquiera de nosotros cree y no cree a la vez en algo. Se suele aceptar esa contradicción en diacronía, justificada como cambio o evolución personal, pero no en la sincronía que subyace a todo proceso diacrónico. En muchas ocasiones, el sujeto -o la comunidad- aguardarán a que el olvido redentor borre la responsabilidad de la certeza incuestionable que escribió la historia a base de intolerancia.

Se trata, realmente, de una contradicción natural observada en diferido: la convicción que poseíamos era verdadera pero también era falsa al mismo tiempo. En ese sentido, cualquier convicción presente es contradictoria por la mera posibilidad de poder ser sustituida por otra, incluso opuesta, en el futuro. Rectificar ya no será cosa de sabios, en contra de lo que afir-

49 Tal es el caso de grandes sabios cristianos como San Anselmo y San Agustín, o musulmanes como el uzbeco Avicena o el cordobés Averroes.

ma el célebre proverbio, sino un *reset* cotidiano autorizado por nuestro paradójico regimen autoritario.

Tal vez, entonces, nos produzca extrañeza, pero convivimos sin problemas entre silenciosas contradicciones. Una amnesia, o una agnosia, de nuestra flexible psique que gestiona, con automatismo estratégico, la rígida columna clasificatoria de cada mensaje multicanal que emitimos o recibimos.

La desclasificación anima a otorgar un estatuto contradictorio a cualquier argumento o posición, por más consistencia que demuestre tener en un efímero presente. Cuanto más se consolide el hecho de ser, más se aproxima el no ser. Cuanto más se atornilla un concepto, antes girará sin fin. El propio hecho de considerar la posibilidad de contradicción de una posición presente, no nos dota de menos razón sino de más lucidez al percibir el presente en clave de futuro indeterminado.

No solo se trata, por tanto, de admitir contradicciones como un recurso para ensanchar el conocimiento sino de construirlas deliberada, incluso "artificialmente", para acceder a mayores cotas de diferencia y pluralismo. Allá donde surgen argumentos dicotómicos, jerarquizaciones unívocas y subordinaciones, cierres conceptuales y categoriales que fomentan alguna forma de malestar simbólico sería necesaria la apertura desclasificada que proporciona la contradicción.

***

A lo largo de decenas de miles de años, dispersos y poco comunicados asentamientos humanos producían, de manera inconsciente, multitud de protoclasificaciones. El lenguaje de la cultura se nutre de esa contradicción: clarificar (clasificar) un solo mundo al precio de eclipsar todos los demás. Y de extirpar, de un golpe, la realidad que impregnaba al neonato antes de ser ungido por el verbo.

La división planificada que adjudicó más tarde lo correcto a la racionalidad consistente, y lo parceló en rigurosas jurisdicciones, relegó al terreno sucio e impenetrable de la pulsión, del subsconsciente, de nuestra animalidad, a la contradicción. De ahí que lógicos y filósofos oficiales de culturas y religiones mayoritarias se dedicaran a desentrañar el camino a la verdad, e incluso a catalogar la falsedad o la mentira por su carga contradictoria, pero en raras ocasiones se hayan detenido a explorar, ni siquiera a sentir, el *momentum* en que justamente un enunciado muta en su contrario, es decir, en esa curiosa metamorfosis de la consistencia.

Desde Aristóteles a Descartes y Schopenhauer, desde cualquier religión monoteísta, desde la Inquisición o desde el propio marxismo, se han puesto en marcha procedimientos -como la erística- para detectar contradicciones, para denunciarlas, evitarlas o reducirlas; técnicas y disciplinas -como la epistemología o el psicoanálisis- para rechazarlas o extirparlas restaurando la unidad y rectitud del ser, a pesar de estar impregnadas de prácticas e ideas contradictorias las vidas y pensamientos de sus más agresivos fiscales y perseguidores.

Podríamos negar, a primera vista, que estamos hechos con agua del mismo modo que negamos que nuestras convicciones y verdades se construyen sobre cimientos y estructuras contradictorias. Que el efecto de esa mezcla opositiva en la certeza sea inocuo no significa que no exista el componente negado, la contradicción, materia oscura del logos, como elemento abrumadoramente dominante. Justamente por ser inocua y absolutamente natural su presencia, en la mente humana, ha logrado sobrevivir, aceptando su condición secundaria, sucedánea, modesta, silenciosa, marginal ante la marcha victoriosa de la verdad. Una verdad despótica cuya misión no solo consistió en acabar con lo supuestamente contradictorio de sus propios materiales de fabricación, sino también con lo que otros considerasen verdad con la misma vehemencia que sus inquisidores.

En realidad, no adquirir la responsabilidad autocrítica de detectar los dogmatismos propios, nos hace a todos inquisidores.

En muchas ocasiones, solo en la contradicción se consigue una explicación, nunca una justificación, de barbaries como el nazismo (Arendt, 1999). Pero es igualmente incomprensible que nosotros mismos contribuyamos al desenfreno consumista que nos lleva a la autoextinción. Hay pocos humanos capaces de frenar sus pulsiones si no están directamente forzados a ello. El capitalismo, por ejemplo, es una práctica contradictoria y sin embargo exitosa. Se trata de una rutina egocéntrica, constante y masiva que ejecutan millones de cegados seres racionales, sin cuya colaboración no podría sostenerse. Es evidente que Marx erraba cuando afirmaba que el capitalismo sucumbiría víctima de sus propias contradicciones, un discurso determinista que generó polémica e interpretaciones atajadas por Engels al advertir, negando la predestinación, que Marx nunca habría imaginado la victoria final sin la conciencia y lucha proletarias.

El determinismo, en efecto, no puede hacerlo todo solo, pero los errores soviéticos y la propia contradicción humana reavivaron y arraigaron más que nunca la pulsión capitalista en la patria del comunismo a partir de 1990.

Con estos ejemplos, se evidencia que los humanos enunciamos el mundo desde una bisagra extremadamente inestable, y desapercibida, constituida sobre el doble filo de la para/consistencia. De ahí, también, la autojustificación mental del sobreconsumo contaminante, de la deslealtad, del individualismo, del cortoplacismo, de la mentira, de la violencia o de multitud de actuaciones nada racionales.

Como en el caso de la barbarie nazi, o de las sanguinarias venganzas del Daesh, sus acciones solo pueden explicarse como contradicciones en términos lógicos más allá de la condena moral, pero es evidente que ni explicación, ni represión, ni educación previa han logrado evitarlos o frenar esas estam-

pidas que increíblemente planifican y en las que participan ingenieros, informáticos, investigadores, profesores, políticos, bibliotecarios, al servicio de una mente clasificada. Si bien, salvo en el caso de un psicópata solitario, las atrocidades se cometen colaborativamente, no suelen proceder de una sola cabeza problemática sino de extrañas epidemias simbólicas que habrían de ser también abordadas desde la paraconsistencia.

Si hemos etiquetado la barbarie bajo el oxímoron "pulsión racional", que en ningún caso la exonera, la "pulsión metarracional" alcanzaría grados de contradicción muy superiores y, sin embargo, podría ser una herramienta válida para el autocontrol: el impulso metarracional no consistiría solamente en "mirarnos mirando" como nos invita la reflexividad sino, un paso más allá, una sutil actuación que sería posible mediante la introducción estratégica del autoengaño planificado o de espontaneidad calculada (otros dos recursos contradictorios), de modo que podamos automonitorizarnos en la turbulencia, en el pánico, en el momento de plena ingobernabilidad de la pulsión. Vemos, en estos casos, una posible contribución de la desclasificación en la explicación compleja del psiquismo. Una complejidad que podría hacernos estallar en las situaciones más inesperadas pero también ante las más razonables y previsibles.

La superación de un acierto o verdad por otro acierto o verdad casi siempre ha debido implicar una superación que no puede ocultar su condición contradictoria. Es decir, cualquier verdad o teoría es aceptada al eliminar todas sus contradicciones de forma exhaustiva, pero solo es superada cuando alguna contradicción que permanecía invisible es detectada, rehabilitada y se produce, entonces, la aceptación colectiva de la nueva posición o visión.

El antiguo enunciado, cuyo error se evidencia ahora, pasa a la lista negra de contradicciones responsables de la demolición, sin reconocimiento alguno de los beneficios que aquella

verdad, contradictoria en potencia aunque nadie lo viera todavía, pudo traer provisionalmente a la humanidad. Y, mucho menos, se hablará de la nueva teoría como ex-contradicción. Aunque el fantasma contradictorio continúe formando parte de la nueva, limpia y rotunda verdad en su grado 0.

Para parecer infalible y solemne, la racionalidad no podría cometer la estupidez histórica de declararse contradictoria. Ni de reconocer que al "acierto erróneo" de la división de jurisdicciones le vendría mejor aceptar que no hay división real, sino intercambio, fuera de nuestro actual o futuro alcance. O, mejor que intercambio, la regencia de una naturaleza biúnica o simultánea de razones y pulsiones propiciada, en todo caso, por el poderío de la segunda, por otorgar alguna concesión dicotómica a tanto e inaceptado fracaso de la razón cuando reflexiona sobre sí misma.

En los últimos párrafos, hemos mencionado casos de barbarie y autodestrucción. Ante tantos episodios de comprobado sufrimiento en cualquier escala humana, me pregunto a menudo ¿será un imperativo indeclinable de nuestra naturaleza producir violencia? Carente de respuesta rotunda al observar otros muchos ejemplos de altruismo y sensibilidad, prefiero creer que la condición humana es, simplemente pero por encima de todo, contradictoria. Por eso hemos de aprender a explicitar y estudiar una contradicción que, rehabilitada, podría darnos relevantes claves acerca de nuestra naturaleza.

3.2 Estrategias desclasificadas

A lo largo de este ensayo, y en varios trabajos anteriores, he efectuado ejercicios de desclasificación con numerosos ejemplos. Nunca he procedido metódicamente porque, obviamente, no podría haber metodología clásica en una visión desclasificada de la nebulosa flotante de nuestras representaciones. Ni siquiera, espero, en la subliminalidad textual que me imponen

multitud de inercias epistemológicas aunque, si así fuera, sería un atavismo que restaría por corregir.

La mayor parte de las concesiones hechas a la lógica convencional y a sus proyecciones, lo han sido bien a causa de mis propias insuficiencias propedéuticas como desclasificado/r, bien en virtud de una claridad de transmisión de ideas complejas que, a veces, puede sacrificar la imagen y el lenguaje propio de los procesos de desanclaje y emancipación.

Llamaremos entonces, "estrategia", a ese proceso desclasificado/r que acontece en plena (aunque nunca definitiva) voluntad metacognitiva. Corresponde ahora realizar una concesión epistémica más por el hecho de recopilar esas estrategias, enumerarlas y resumirlas en aras de facilitar una visión conjunta y global de su alcance.

La desclasificación sería un proceso que requiere las siguientes condiciones:

a) ser apelada por la libre y reversible voluntad de un sujeto (individual o comunitario) para ser ejecutada, bien sobre instancias subsistémicas específicas, bien como proyecto transversal o integral de existencia.

b) de modo similar a la lógica paraconsistente, la desclasificación se reduce a aquellos casos en los que las herramientas críticas y emancipatorias convencionales no logran superar dilemas o situaciones agonísticas de orden lógico-semántico, clasificatorio, dicotómico, jerárquico, definitorio, demarcatorio, esencialista, ontológico, epistemológico, categorial o meramente conceptual.

c) cada sujeto, situación, instancia, concepto, exige la elección y aplicación de una estrategia *adhoc*. Por tanto, los procedimientos desclasificadores sintetizados a continuación, son indicativos y deben ser acrecentados o recortados, reformulados, combinados y, en sí mismos, sometidos a desclasificación para adaptarse a esas situaciones e instancias que requieren heterautogestión singular, sensible e intransferible.

d) a pesar de la poderosa autoexigencia metacognitiva y para asumir su propia contradicción fundacional, no puede haber desclasificación racional fuera de la dimensión simbólica y emocional, exenta de pulsión hacia lo inexplicable, libre de atracción por un vertiginoso vacío.

Veamos, a continuación, las cinco estrategias desclasificantes:

1) policotomización: en general, la lógica clasificatoria organiza el mundo en dicotomías, esto es, en pares de conceptos que se oponen, habitualmente dotando al primero -o a uno de ellos- de más poder, empatía o familiaridad que al otro. Toda dicotomía implica, además, una jerarquía puesto que impone una subordinación entre dos conceptos que invita a inclinarse hacia el concepto supraordenador (sí/no, civilizado/salvaje, estable/inestable, fiel/infiel…), desdeñando al segundo. Y a partir de estas jerarquías elementales, automáticas, la mayoría de la veces señalando un subordinado que deliberadamente está ausente o tácito, se elaboran complejos discursos sociales estructurados en torno a esa simple lógica binaria y directora[50].

Algunos tratamientos propuestos para las dicotomías en trabajos de Edgar Morin (1996) o Boaventura Santos (2005) son particularmente interesantes. Edgar Morin, desde su metodología compleja, sugiere una "conciliación" de los opuestos considerándolos colaboradores necesarios. Así, "orden" no sería lo contrario de "desorden" sino su ineludible complemento: no hay orden sin desorden, no hay luz sin oscuridad, no hay entropía sin neguentropía, ni cara sin cruz en la misma moneda. Aun considerando el notorio avance cognitivo y la utilidad que, en algunos casos, produce la conciliación de oposiciones, esa armónica solución, en un mundo conflictivo por naturale-

50 Vid, por ejemplo, *Pensar en la transcultura* (2011b). El epígrafe 2.4, "El mundo en dicotomías", contiene una crítica hacia las dicotomías, repleta de dicotomías. Una vez redactado y revisado el texto, procedí al cómputo de la dicotomías explícitas, que pronto alcanzaron varios centenares, marcándolas con la abreviatura "dic."

za, a veces no podría ir mucho más allá de los buenos deseos de salvación de un matrimonio que ya no funciona o que nunca debió existir.

Por su parte, Santos propone "considerar los términos de las dicotomías fuera de sus articulaciones y relaciones de poder que los vinculan, como un primer paso hacia su liberación, revelando otras alternativas que han sido oscurecidas por las dicotomías hegemónicas. Considerar el sur como si el norte no existiera, considerar a las mujeres como si los hombres no existieran, considerar a los esclavos como si los esclavistas no existieran" (Santos, 2005:160). Sobre esta arriesgada y, en ocasiones, eficaz iniciativa debe advertirse que la extirpación radical de los opuestos, sin cautelas, podría llevarnos a reducciones, extremismos o hinchazones conceptuales y subjetivas del concepto aislado: en determinadas situaciones, tal vez "pensar sin" no logre mejorar el "pensar contra" al que nos fuerza la dicotomía.

Por su parte, la estrategia policotómica consistiría en anular los dos ángulos enfrentados de las dicotomías mediante la incorporación de más angulaciones hasta convertir la tensión inicial de los dos polos conceptuales de una recta simple en un triángulo (tricotomía) que, a su vez, continuase incorporando polos mediadores hasta alcanzar la multipolaridad de poliedros que prosiguieran su apertura hasta la apolaridad final de la circunferencia (o, mejor, de la esfera). En realidad, el recurso a la polarización en sí mismo no es devastador, especialmente si es provisional. Lo devastador es la extirpación de cualquier posición intermedia, la obstaculización de sentidos interpolares.

La policotomización actúa, por tanto, introduciendo conceptos intermedios entre dos extremos, hasta diluir la tensión inicial[51]. Incluso el hecho de elegir determinados conceptos como polos no resulta problemático dado el carácter provisio-

51 Estrategia ejecutada por el operador complejo García Gutiérrez (2008, 2011c)

nal de su cometido. Finalmente, todos los conceptos que intervienen en la demolición de la dicotomía sostienen la nueva y compleja construcción nocional, de modo que los que inicialmente la hicieron posible pierden relevancia y su condición de polarización y centralidad.

En la línea fronteriza interconceptual, en el *slash* separador / de las estructuras binarias reside concentrada, precisamente, la masa crítica del pluralismo: en las infinitas numeraciones que caben en el separador de la dicotomía 1/0 o de todo/nada; en las ilimitadas gamas y tonalidades que existen entre blanco/negro; en las múltiples e indefinidas posiciones posibles entre sí/no.

Por otra parte, la estrategia policotómica también puede actuar destronando y sustituyendo polos totémicos mediante un juego de confrontaciones de menor intensidad, como una especie de "vacuna" opositiva: en lugar de sí/no, sí/tal vez, no/improbablemente, posible/improbable; en lugar de blanco/negro, blanco/gris, negro/gris o incluso rojo/verde, etc.

En otros escenarios, podría acudirse a conceptos de campos semánticos diferentes introduciendo tácticamente una tensión simulada entre forzados opuestos, a la par que derribamos la propia lógica de campo. Por ejemplo, mediante "colaboración sinestésica" en formatos dicotómicos que también destilen paraconsistencia: liso/apagado, rugoso/brillante, afilado/lento, es decir, elaborando binomios sobre una especie de disociación intersémica que expresa contradicción junto a la habitual asociación que no lo hace: liso/brillante, rugoso/apagado, rugoso/lento, afilado/rápido... Se trata de abrir el pensamiento a las múltiples series derivadas de pares iniciales que no se cierran en oposiciones sino que emplazan a una colaboración intersensorial genérica: sonoro/táctil, sonoro/visual, visual/olfativo, táctil/gustativo...

Una de las más eficaces estrategias policotómicas es la oximorización. Se trata de un procedimiento aplicable, en fun-

ción de la naturaleza de ciertas dicotomías, mediante unión de contrarios e inversión de sentidos a veces mediante simples transformaciones morfológicas o sencillos recursos gráficos. Con ello se procura no solo la superación del binarismo o de las estructuras opositivas sino, fundamentalmente, elaborar recursos cognitivos a partir del oxímoron, un modo de contradicción que asocia conceptos dicotómicos colaborativamente, en lugar de opositivamente, en una misma construcción (provisionalidad permanente, silencio atronador, doloroso placer, gas líquido...).

Según hemos visto en ejemplos anteriores, algunos recursos gráficos hacen posible ciertos juegos con formas oximorizadas, por ejemplo, mediante contracción: desclasificador/desclasificado: desclasificado/r; dominador/dominado: dominado/r; educador/educado: educado/r. O, también, auto-/hetero-: heterauto-. O bien: desclasificador desclasificado, educador educado, dominador dominado y sus formas invertidas.

En otros casos, es posible una formulación diferente mediante terceras vías: consistencia/inconsistencia: paraconsistencia, o mediante construcciones sintagmáticas colaborativas: centro/periferia: centro periférico (Bronx), estructura contradictoria que incluso admite inversión: periferia central (Bangalore). Se trata, mediante diversas formas de desclasificación paraconsistente, de poner a trabajar en otros sentidos el determinismo bipolar, de acceder al conocimiento agazapado en los repliegues y límites del lenguaje, e incluso de gravitar en torno a este.

En ciertas ocasiones, la oximorización resulta inviable, no tanto a causa de la naturaleza de los significados implicados en una dicotomía dada como de los propios términos involucrados en ella. En otro idioma, o con otros sinónimos, tal vez la producción de oxímoron podría ser ejecutada.

2) autocrítica: se trata de una estrategia transversal a todas las demás que somete a autoexamen cada pertenencia, concepción, predisposición, inclinación, adicción, lealtad o automatismo

adquirido o en constante proceso de adquisición, hibridación y resemantización. Como puede fácilmente inferirse, por los numerosos ejemplos citados, la desclasificación consiste en una crítica sin cuartel a lo establecido, pero los resultados del juicio del mundo no serían justos sin un juicio de la propia subjetividad que lo refleja, y de sus contribuciones a la reproducción de ese mismo mundo simbólico. En términos desclasificados (vid estrategia n. 5), la crítica "siempre es también", simultáneamente, autocrítica, esto es, sería imprescindible que ambas no mantuvieran tensión dicotómica: autocrítica/crítica: (auto)crítica.

Muchos procesos colectivos de emancipación política y social terminaron instalando la misma lógica totalitaria tan solo usando formas expresivas diferentes. Y, en sucesivas tomas del poder, continuó la frustración (Holloway, 2002) ¿Quién nos libertará, entonces, del último libertador? ¿quién nos liberará de los conceptos y definiciones que sobreviven a los sistemas mediante otros significantes? y al final del camino ¿quién nos librará del yo autocomplaciente, irreductible, autoindulgente si no es mediante una radical autocrítica desclasificada?

La finalidad de la autocrítica desclasificada es la emancipación en todos los sentidos, esto es, superar cualquier tipo de reducción o sumisión simbólicas contraídas por un sujeto, también parametrizable como comunidad (mediante autocrítica colectiva). La desclasificación no guarda relación, por tanto, con tendencias patológicas que se sirven de la autocrítica para la autoinculpación, el aislamiento, la desadaptación o la emisión de juicios que lesionan los niveles razonables de autoestima. La orientación autocrítica sería justamente la contraria, la singularidad en el pluralismo, aunque para aproximarse a ese objetivo deban revisarse y controlarse determinados prejuicios y excesos de la subjetividad.

El proceso autocrítico podría establecerse desclasificando la constitución triúnica de una instancia subjetiva, comunitaria, global, que produce desasosiego. De acuerdo con Ricoeur

(1996), el sujeto sería resultado de la conjunción indivisible de ipse (el sí-mismo o mismidad), ídem (identidad= idéntico o igual a) y alter (alteridad, asunción simbólica inconsciente del otro, por oposición o adhesión). Ipse sería objeto de la tensión conflictiva entre pulsiones básicas, emociones y racionalizaciones (instancias igualmente inseparables). Tales inclinaciones, incitadas por la llamada constante de identidad o alteridad (bien imitando al otro próximo o similar, bien ignorando o despreciando al otro considerado distante o adversario, pero igualmente operando como referencia[52]), precipitan la subjetividad hacia la adicción o la hiperidentificación, esto es, la hinchazón "maligna" de un hábito, pertenencia o aversión que desregula la necesaria complejidad subjetiva (vid un proceso calculado de alterización orientado a la comprensión del otro y al consenso, en estrategia 4).

Esa subjetividad diversa, abierta, conscientemente mestiza, que debemos pensar en términos simbólicos y no patológicos, podría establecer su trayectoria de homeostasis y concordia consigo misma y con el otro mediante la práctica de la autocrítica. Mas de una autocrítica que no solo podría ser construida a base de la imposible "razón pura", sino producto de una racionalidad sensible: la que sabe emocionar con argumentos y argumentar con emociones.

Superando algunas dificultades teóricas, de momento insalvables, el proceso desclasificado/r podría intervenir, incluso, en la rehabilitación "heterautocrítica" de imaginarios o colectivos extinguidos, por ejemplo, a efectos de una redescripción mnemográfica -parahistórica- de episodios del pasado distante o reciente, mediante la simulación compleja de interacciones diatópicas (premisas dialógicas de interlocutores *in absentia)*. Queda aquí el reto para investigaciones futuras.

52 La alteridad se traslada por mecanismos tan compatibles con los de la identidad, que en ocasiones llega a sustituirla: ser por oposición, por reflejo de un otro inadmitido.

3) ambiguación (o polisemización): consiste en generar, mantener o extender deliberadamente la polisemia, esto es, trabajar con un régimen de disolución de las fronteras nocionales (todas ellas ubicadas en el núcleo). Incluso sobre los conceptos aparentemente más exactos, rigurosos y precisos, es posible realizar *cracking* desclasificado/r, esto es, forzamientos sémicos multivalentes, ambiguos, paraconsistentes, de forma que su estatuto consistente y su demarcación cerrada queden cuestionados con el fin de anular cualquier posible amenaza del dogmatismo. Muchos conceptos gozan ya, de por sí, de una naturaleza polisémica y difusa, indefinible a pesar de ser definidos por necesidades de la clasificación, bien para ser subordinados, bien para supraordenar, bien para ser extirpados por otros.

Como ejemplo, citemos las numerosas e indefinibles nociones que hemos aglutinado, en el epígrafe 2.3, bajo la rúbrica "el mundo" (en pedazos): identidad, lenguaje, cultura, conocimiento, memoria, experiencia, imaginario...y otras muchas escasamente abordadas en este ensayo: comunicación, información, música, generación, sociedad...cuyos artificiales límites reclaman, justamente, ser ignorados en lugar de inconfundiblemente trazados como suele ser requerido.

En otros casos, la demarcación parece venir dada naturalmente, o es más evidente: en numerosos conceptos geopolíticos y gentilicios, los límites territoriales (de mapas o banderas) que ajustan las pertenencias, parece que siempre estuvieron ahí, como los conocemos y sentimos, sin pensar en los complejos procesos de historización (de conquista, de imposición, de hermandad, de herencia, de emoción, de sangre) que los sostienen. Si se evitaran los gentilicios al emitir juicios sobre personas o situaciones, las relaciones humanas serían completamente diferentes. Los conceptos siempre son el producto inconsciente de una caótica acumulación de perniciosos residuos sémicos que se ignoran en la enunciación.

Es más, incluso si admitimos su corte tomográfico aquí y ahora, los conceptos apelarían a tal infinidad de matices y referencias, de acuerdo a los interlocutores involucrados, que difícilmente podría llegarse a entendimiento si nos paramos a desglosar todos ellos. Así las cosas, la comunicación verbal sería realmente un imposible o un milagro.

En casos aparentemente claros como establece, por ejemplo, la dicotomía norte/sur y la propia posición del planeta (más allá de la posición en la que lo vemos en el mapa de la meteo), debe considerarse, y no solo paralógicamente, que no existe o no es útil, ni siquiera metafóricamente, el norte absoluto ni el sur absoluto como el propio Santos, en ocasiones, nos incita a pensar. Desde luego, no coincide desde un punto de vista del desarrollo industrial o del avance capitalista. Siempre hay norte en el sur y sur en el norte. Si continuamos con la metáfora, de hecho podríamos decir, con Negri (2000), que hay mucho norte en ciertos pensadores del sur, y que hay mucho sur en ciertos pensadores del norte: en aquellos que no necesitaron racionalizar ni incorporar ese idealizado sur en sus reflexiones. Simplemente, porque aportan un pensamiento sensible.

Todos los conceptos generalizan y, llegados a un cierto umbral de observación de sus inyecciones y proyecciones de sentido, aquel en el que la clausura solo puede conmutarse en apertura, se prestan fácilmente a trabajar en ambientes difusos más que en los escenarios nítidos e hiperiluminados a los que pertenecían antes.

A pesar de que la desclasificación de declara decididamente nominalista (a partir de la sabiduría de monjes medievales como Okham y Scotto), esto es, no admite (en realidad, un poco más allá, le son indiferentes) los universales (por ejemplo, no existe "el hombre" pero sí "los hombres"), su tendencia sería, digamos, el nominalismo radical, un hipernominalismo paraconsistente.

Veamos un ejemplo: desde la óptica desclasificada, la supuesta concreción "los hombres" continúa siendo todavía una abstracción demasiado universal y no nos dice algo suficientemente próximo como en el caso, dando un paso más, de centrarnos en "este hombre". Un nuevo descenso nominalista se ha producido, pero tampoco "nos punza" aún lo suficiente. Podríamos, entonces, añadir (exentos de valoración) gentilicios: "este hombre andaluz" o, todavía más, "este hombre gaditano", tal vez complicando y hasta retrocediendo hacia una mayor generalización. Y, finalmente, habría que gritar: "¡Antonio!" o, mejor, "¡ese Antonio de ahí!" para que miraran todos a un sujeto que, al mostrarse, nos regresaría, intacta, la misma distancia abstracta, la misma imagen difusa de aquel primer universal (el hombre). Y, en realidad, nunca sabremos (ni lo sabe el "hombre" genérico ni el específico) de quién estamos inequívocamente hablando.

Las cartografías simbólicas y vitales de sujetos pertenecientes a la sociedad transcultural no pueden ser recogidas, de ningún modo, bajo una sola rúbrica gentilicia (aunque, por simplificar, satisfagan a los ruidosos coleccionistas de idem y alter). Y mucho menos para catalogar o despreciar al otro heterautoclasificado bajo una etiqueta gentilicia diferente. Se trata de un anacronismo y de una flagrante contradicción (tal vez por eso sea tan frecuente) que, en la sociedad capitalista, posnacional y global, muchos nómadas transculturales aún se amparen bajo una sola esencia identitaria que signifique algo más que un pasaporte o las coordenadas de su nacimiento.

Jane, Antonio, Youssuf: no somos capaces de definir, de acotar, tan ni siquiera de poner un nombre concreto y singular a nuestra extraña subjetividad (tal vez, por eso, lo más fácil es acudir al socorrido santoral o a otros repertorios). Somos algo que llevamos dentro y no tiene nombre, resolverá, sin resolver el dilema, el genial Saramago (1997b).

Tampoco repertoriar propiedades o pertenencias, basadas en etiquetas, apariencias o actitudes engañosas, nos daría una

plena certeza respecto a la compleja subjetividad que realmente importa: Youssuf es español, Jane es brasileña, Antonio es madridista o es serio o es mi padre. Entonces, ya solo la corporeidad retornará el sentido.

La paradoja reside en que cualquier nombre propio representa, en pocas letras, un proceso de sedimentación y erosión simbólica (histórica, identitaria, intersubjetiva…) mucho más complejo que el de cualquier concepto común. Para la clasificación, la denominación onomástica supone la alegría de la eliminación drástica de una indefinición, de un problema. Para la ambiguación desclasificada, sin embargo, significa el reconocimiento sensible de todas las multiplicidades, estratos, apariencias, flujos y contradicciones al que tiene derecho cualquier subjetividad: justamente el pluralismo irrepetible es lo que la hace singular.

En la mayor parte de los casos citados, la búsqueda de definición reside en la "eseidad", en una obsesión o complejo esencialista que se saldan, habitualmente, mediante el uso abusivo del verbo ser: ¿quién es? ¿qué es? serían las primeras preguntas que suelen "asaltarnos". Preguntas ávidas de poder demarcador, que comprometen y marcan en exceso a los cuestionados y que no suelen ser lanzadas para ser eludidas.

"Es/no es" siempre predestinaría dogmatismo y cierre aunque el enunciador no se lo propusiera. Forzando la sustitución de los verbos ser/estar por enunciados de acción (hacer, proponer, ir, actuar, realizar...) por ejemplo, serían propiciadas visiones menos purificadas y mucho más pragmáticas. En cualquier caso, habría de verificarse si el esencialismo, introducido habitualmente por el verbo ser, no se encuentra disfrazado bajo numerosos sinónimos verbales de menor intensidad (estar, tener, consistir, constar, implicar...), recursos léxicos (voz pasiva y hábiles gerundios), elipsis y resortes camuflados de un lenguaje en el que todo se ha dispuesto para imponerlo por automatismo o defecto.

Para reducir la pulsión esencialista, la dogmatización, la nitidez demarcatoria y la afirmación/negación rotundas, intro-

ducidas por el verbo ser, aun a expensas de sacrificar poder argumental, determinadas modalidades propositivas podrían considerarse desclasificantes. Este sería el caso de los enunciados contrafácticos y condicionales, amparados por la lógica modal (Lewis, 1973), y de formas interrogativas, infinitivas o subjuntiva que poseen menor intensidad prescriptiva o proscriptiva que el demoledor presente de indicativo (esto es/no es), por ejemplo: sería, fuera, sea, estaría...también servidas en otros muchos formatos que degradan la esencia: podría, puedan, debería, debiera…propondría, evitaría, solucionaría... A lo largo de este texto, estas voces verbales habrían sido metacognitivamente aplicadas a fin de evitar el exceso de definición y contribuir a la ambiguación.

Solamente la exclusión esencialista que introducen en la enunciación los gentilicios y el verbo ser, nos devolvería la esperanza de un mundo mucho más libre.

4) alterización: estrategia desarrollada inicialmente a partir de los presupuestos de la ética discursiva (Apel, 1995), un conjunto de principios que garantiza los procesos dialógicos, en este caso leída desde una perspectiva desclasificada orientada al consenso transcultural en algunos asuntos excepcionales.

La alterización (o simulación del otro) es un procedimiento sensible, de alto riesgo desclasificado, aplicable a situaciones extremas sobre las que hay que calibrar, primero, la necesidad o no de establecer un acuerdo o modo, siempre indirecto, de intervención (como la facilitación a terceros), teniendo en cuenta que, en términos desclasificados, se apuesta por la diferencia antes que por el consenso.

La facilitación de estrategias desclasificadas sería una contribución, de último recurso, frente a imposiciones provocadas por sistemas clasificatorios de cualquier magnitud (subjetiva o intersubjetiva, comunitaria, nacional, global) o modo de incidencia (desde una "sola imposición" localizada a toda una estructura impositiva), de forma que sujetos pertenecientes o

retenidos por una clasificación abusiva dispongan de instrumentos heterautonarrativos. En definitiva, se trata de que cualquier desclasificado/r ayude, bajo petición expresa, o provoque la necesidad de desclasificación, de oficio, sobre terceros clasificados inoculando malestar simbólico.

Obviamente, en tiempos de la transcultura digital, sería necesario y posible elaborar un inventario y llegar a un consenso intercultural sobre situaciones, muchas de ellas bien conocidas y otras sufridas en absoluto silencio, que justificarían una facilitación desclasificada, por ejemplo, a partir de una Carta intercultural de las libertades humanas y derechos simbólicos emancipatorios que afecte a personas, a grupos reducidos, a exiliados y marginales, y no solo a territorios, naciones o comunidades. Cualquier posición y situación que, de facto, ejerza (o)presión simbólica, siempre expresada de abajo arriba o transversalmente, debiera ser inventariada y cuestionada para llegar a un consenso global (o sobre su improcedencia) que estime la necesidad y, en su caso, respecto a la intensidad que debe aplicarse en el proceso de facilitación desclasificada.

Expuestos estos requisitos y cautelas previas, la estrategia de alterización consiste, en síntesis, en simular un-otro como modo de deshacerse de nuestro sí-mismo o de que, esos otros, se deshagan de sus sí-mismos o de heteronarraciones indeseables. Merecen especial atención, las subjetividades excesivamente críticas con "los otros" sin mediar autocrítica previa. Dada la extensión del procedimiento, me limitaré a presentar aquí sus líneas básicas, remitiendo al lector a otros textos en los que se encuentra exhaustivamente desarrollado[53]. Se trata de complejos ejercicios de flexibilidad simbólica e identitaria, expuestos en grados de dificultad creciente:

53 Vid el desarrollo del llamado "operador transcultural" en García Gutiérrez (2007, 2008, 2009, 2011c, 2014b y c) y el "operador crítico" en García Gutiérrez y Martínez Ávila (2014).

- la actitud autocrítica general (que minimice la crítica y persiga una "neutralidad implicada") es una exigencia del proceso requerida a los interlocutores elegidos[54], sean sujetos o colectivos culturales reales o simulados.

- identificación de la propia posición respecto al asunto en disputa, litigio o controversia.

- emplazamiento propio (autoclasificación) y del otro (alterclasificación) por parte de los diversos interlocutores, observando las "disonancias" entre los posibles desplazamientos y variaciones mínimas habidas en el proceso clasificado/r (de hecho, ya desclasificado/r por el hecho de existir la voluntad de iniciarse).

- identificación e inventario detallado de áreas y ópticas de consensos y disensos.

- identificación de vías y procedimientos para abordar las áreas y ópticas de disenso.

- identificación del lenguaje más apropiado en la interlocución, incluyendo tabúes o proscripciones, y premisas básicas (tópoi) sobre los que puede avanzar la interlocución.

- identificación de los máximos umbrales de cesión propia y del otro en primera y sucesivas interpelaciones respecto a los asuntos que alcanzan menor o ningún consenso.

- conocimiento profundo de la "posición no cedible" o irreductible del otro en un asunto. Se trata de adquirir un conocimiento lo suficientemente sólido y extenso sobre la otra posición como para, teóricamente, poder tener argumentos para solicitarle un cambio de criterio (o convencerle/ convencernos del supuesto error).

- solo si tenemos un conocimiento profundo de la posición discrepante (pues, en caso contrario, no podríamos honestamente pensar que está equivocada), solo entonces, podremos estar en condiciones de defender la posición contraria frente a

54 Vid las condiciones que deben cumplir los interlocutores en García Gutiérrez (2014c)

la propia, ensayando la simulación de matices, si quiera muy parcialmente, que pertenezcan al "otro lado".

- simular, después, posiciones terceras, intermedias, escépticas y eclécticas como puntos de posible encuentro en los matices no cedibles, o provocar la apertura de brechas en las posiciones inicialmente inconmensurables. Por ejemplo, mediante la simulación, en ausencia de interlocución, de posiciones, según el caso, hipernacionalistas, hiponacionales y anacionales, patrióticas y sediciosas, hipernómicas y anómicas, creyentes y agnósticas, opresoras y oprimidas, tradicionales e insurgentes, sobre cualquier asunto polémico: terrorismo, violencia, creencias, fe, aborto, velo, patriotismo, identidad, intervenciones bélicas, colonialismo, tradiciones... Autovigilar nuestra posición alternativamente como sí-mismo y como el otro (en su caso, mediante simulación).

- omitir gradualmente cada matiz no cedible de una posición para verificar si obstaculiza el consenso sobre un asunto más amplio y determinar los sucesivos grados de consenso alcanzable (esto es, cerrando al máximo el círculo de divergencia). A veces es necesario superar el nivel de un matiz no cedible desviando la autoapelación o interpelación sobre otros conceptos relativos al asunto a fin de desbloquearlo o relegarlo al margen: desde un punto de vista paraconsistente, es posible llegar a un acuerdo respecto a un elemento subordinado contraviniendo la generalidad o sobre una generalidad, exceptuando casos particulares que no se atendrían al acuerdo.

- y, finalmente, mediante una simulación alterego, desplazamiento o rotación de la posición inicial del sí-mismo hacia el otro y demolición del conjunto de categorías que la sustentaban o, de lo contrario, reafirmación (provisional) de la posición inicial.

Aunque la desclasificación centra sus estrategias en la diferencia, y la búsqueda del consenso parece orientarse en un sentido diferente, en muchos asuntos no es posible avanzar en la

emancipación propia o del otro, digamos que la complejidad y el pragmatismo lo imponen, sin un acuerdo previo sobre ciertas cuestiones. Ambos resultados, sea el cambio de posición o la reafirmación tras el proceso de alterización, se considerarían igualmente desclasificados.

Si tras un proceso de alterización orientado al consenso respecto a una imposición denunciada por cualquier vía, persiste una situación de abuso simbólico, la denuncia de la imposición entraría a formar parte del inventario transcultural mundial y, por tanto, legitimada interculturalmente una facilitación desclasificada indirecta que ya no podría ser considerada neocolonizante.

5) estrategias paralógicas: se trata de una triple estrategia orientada a contrarrestar la obsesión definitoria, la hegemonía del cierre, el imperativo de la esencia, del "ser" consagrado por la lógica convencional, aplicable a casos de estancamiento o insatisfacción conceptual asociables a demarcaciones, subordinaciones, pertenencias, asignaciones, exigencias o definiciones de naturaleza ontológica (relacionadas con la purificación del ser):

(a) estrategia de extensión ontológica: "una instancia no solo es, sino que siempre es también".

(b) estrategia de contradicción necesaria: "si una instancia no solo es, sino que siempre es también, entonces posiblemente también no sea en otros mundos posibles y, en al menos uno de ellos, necesariamente no sería.

(c) estrategia del tercero incluido: "o ser o no ser" ya no es la cuestión, la cuestión sería "ser y no ser".

Veamos un breve ejemplo aplicado al mismo estatuto lógico y desclasificado de ese "ser" purificado. De acuerdo a (5a): "yo o yo soy (o tú eres, o ella es, o nosotros somos…) no es solo yo o yo soy (o tú eres, o ella es, o nosotros somos…) sino que siempre es también otra cosa", es decir, yo (y demás pronombres, en este caso) soy algo más que yo mismo, entre otras

cosas porque el paso de cada instante imperceptible me modifica física y psíquicamente y devengo otra cosa (por el hecho mismo de estar vivo), otro ser, siendo el mismo. Por así decirlo, soy en tanto cambio, yo soy en tanto también soy algo más y/o algo menos". De hecho, yo soy alberga tanta complejidad que cada yo es un nosotros, cada soy es un somos, una suma, del mismo ser. Cada experiencia, aprendizaje, sensación, opinión, produce tranformaciones del "soy" en nanosegundos, al igual que comer o respirar transforman el organismo. Por no percibirlo, no deja de estar ahí. Solo somos porque somos algo más, porque cambiamos.

En cuanto a 5b, si yo (tú, ella, nosotros…) siempre soy también otra cosa, entonces posiblemente no sea en otros mundos posibles (pasados, futuros, ajenos) y, en al menos uno de ellos, necesariamente no soy. Lo que nos permite "ser" definitivamente, de algún modo, es justamente el hecho inexorable de dejar de ser, algo evidenciado en una "lógica" de la evolución que no sigue la lógica convencional. Tal vez nuestra poderosa capacidad simbólica podría ser la responsable de proyectar el espejismo de esa racionalidad absoluta que no es real (mediante disecciones plenamente ficcionales). En consecuencia, somos solamente porque dejamos de ser: somos porque no somos (aunque ni siquiera seamos capaces de recordarlo).

Finalmente, "o yo soy o yo no soy", no es la cuestión, la cuestión sería "soy y no soy": no soy solamente a lo largo del tiempo, o soy otro, o soy el otro o dejo de ser yo, sino que soy todo eso, lo soy siempre también al mismo tiempo dado que, en la microfísica del ser, la sincronía no existe, el tránsito del ser al no ser (como la propia naturaleza del tiempo mismo) es permanente. Y las distancias y posiciones que podemos ocupar, y de hecho ocupamos, entre el ser y el no ser son infinitas. De ahí la singularidad, en la pluralidad, que caracteriza a todo ser/no ser. Somos en y un estado de cambio, por eso somos y nos somos (incluso cuando nos referimos a un supuesto "solo

ser"): en todo caso, de haberla, nuestra única esencia sería el mestizaje. Por cierto, el ser (lo afirmado) necesariamente gozará siempre de menos opciones que el no ser (lo negado). Así, el ser solo podría cambiar (crecer o decrecer) agregando o restando instancias que no lo conforman, esto es, extrayéndolas del inventario infinito del no ser. En tal caso, no sería la negación, sino el miedo a confesar una inmensa ignorancia respecto al no ser (como en el caso de la materia oscura), lo que seguramente confinó a la sabiduría oficial en el cerrado círculo ontológico.

No es necesario detenerse más en esta estrategia paralógica, pues los mismos procedimientos serán nuevamente aplicados en la sección siguiente[55], a efectos de impugnar la totalidad.

3.3 Impugnación de la totalidad

La metonimia, y particularmente la sinécdoque, se basan en una argucia y/o automatismo retórico que, inconscientemente, escinde las partes y clases de sus todos y especies para tomar la parte o la clase por el todo o la especie. Por ejemplo, un logro metonímico de la publicidad es que hablemos de un producto genérico a través de un marca concreta (según el país, y el imaginario de sus "*brand communities*": *kleenex* por pañuelos, *sprite* por gaseosa, *bic* por bolígrafo, *la vache qui rie* por queso en porciones, etc).

Constituyen también una variante metonímica, ciertos deslizamientos y confusiones cotidianas, por ejemplo, en el siguiente caso: Juan entra en casa y encuentra inesperadamente a su mujer, con otro, en el sofá. A continuación, y sin mediar palabra, destroza el sofá y lo arroja por la ventana. Indiscutible victoria de una contigüidad subordinada por la clasificación. Pero, habitualmente, subordinar se vuelve contra quien subordina.

55 Vid los fundamentos y un desarrollo amplio de esta triple estrategia en García Gutiérrez (2007, 2011b, 2014a y b)

La sinécdoque nos revela la distorsión que supone representar, mediante una parte, la totalidad. Pero ¿totalizar no implica ignorar matices y partes? El pensamiento que bascula entre los polos de esa dicotomía procede de una clasificación estricta. Mas la rigidez, como la definición, tiene su mayor amenaza (y beneficio para la desclasificación) al llevarlas al extremo: a un umbral en el que el rigor se vuelve *rigor mortis* y el exceso de transparencia podría ocultar una estrategia de opacidad.

En las prácticas dialógicas cotidianas, solemos decir: "toda la verdad" o, "no creo en nada" sabiendo -los aleatorios jugadores del lenguaje-, que necesariamente no pueden ser ciertos ese todo y esa nada. "Todo", además, no solo sería la oposición purificada de "parte" sino también de "nada", formando configuraciones triádicas de órdenes que se escapan al automatismo clasificador.

En realidad, se trata de palabras que dicen lo que no queremos decir, o de palabras que no dicen lo que queremos decir, sea voluntaria o involuntariamente. Al afirmar o negar con rotundidad una totalidad o completud, mostramos/ocultamos al mismo tiempo el inmenso exceso/defecto verbal que contiene la locución, los riesgos que conlleva la utopía de la polarización porque, en realidad, nos referimos siempre a todos parciales o a partes totales. En consecuencia, el pensamiento metonímico y su matriz dicotómica necesitan ser procesados desclasificadamente a fin de reducir la proyección totalista de nuestra clasificación.

La oposición todo/parte nunca es neutral ni se remite a la mera relación estructural de dos conceptos: inaugura la lógica clasificatoria que inspira lo peor de lo que entendemos por occidente contemporáneo. De hecho, desde tiempos antiguos constituye una preocupación recurrente de la filosofía (de Aristóteles a Husserl, pasando por todo el nominalismo) hasta haber sido "normalizado" e interiorizado su uso a golpe de pensamiento moderno.

La mereología (del griego μερος: parte) es la disciplina que estudia las relaciones entre los todos y la partes y de estas entre sí. Desde el punto de vista de la clasificación, su presencia es fundamental en la lógica de organización de jerarquías y asociaciones conceptuales.

Para entender, controlar y apropiarse del mundo, la clasificación urde un modo de partición que nos permite comprenderlo dividiéndolo en supuestas partes que se ordenan bajo supuestos todos. Pero, llevándolos a sus límites contradictorios, los todos son solo partes de otros todos y las partes son solo todos de otras partes: el restaurante es un todo que forma parte de una calle que es parte de una ciudad, en tanto que en su interior, la cocina, los electrodomésticos, la barra o las mesas y sillas son partes que, a su vez, contienen otras partes. ¿Qué es lo que otorga estatuto de totalidad o parcialidad a cada una de esas configuraciones?: por un lado, nuestros modos febriles y fabriles de construcción partitiva nos invitan a entender, también en partes, las configuraciones de la propia naturaleza (como sistemas, estructuras, etc.). Y, por otro, la cultura, al transmitirse clasificada y simbolizada mediante un lenguaje, también organizado y dividido en conceptos.

Al reivindicar los todos y, provisionalmente suspender las operaciones partitivas, surgen multitud de contradicciones. En primer lugar porque también habría que rechazar la infalibilidad solemne e inútil de la totalidad absoluta o aceptar totalidades parciales, esto es, partes. Si aceptamos que en la realidad no hay partes, tampoco habría todos, pues la única totalidad sería la realidad indecible.

¿Al servicio de qué otra totalidad, entonces, estarían esos todos? ¿deberíamos racionalmente aceptar la existencia de una Totalidad definitiva y última? Tal vez por este itinerario solo lleguemos a la teología. Mejor descender a caminos más terrenales. Si no buscáramos obsesivamente partes, los todos se diluirían en el mismo espejismo.

En su teoría compleja y más terrenal, establecía Morin el célebre principio hologramático: el todo está en la parte que está en el todo, cada parte comporta una esencia del todo al que pertenece, a la vez que el todo también es más y es menos que la suma de las partes (1996). Admitiremos el constructivo espíritu contradictorio de su propuesta, aunque no plenamente la dicotomía todo/parte que consigue sobrevivir e imponerse sutilmente en la propia complejidad.

A nuestro juicio, la parte funciona como todo, es un todo de hecho, y el todo funciona como parte, es siempre parte de otras construcciones. Los todos o partes son transversales por contigüidad, por ósmosis, por entrelazamiento cuántico, ilimitadamente. Justamente estas potencialidades eliminan la posibilidad de cualquier demarcación tajante en los objetos materiales vs inmateriales (otra dicotomía cuya desclasificación no podremos acometer aquí) dado que tras los mismos pensamientos o recuerdos subyacen leyes cuánticas. A esa escala, la demarcación entre lo material e inmaterial ya no es posible.

Solo vigilando y manteniendo presente su contradicción inherente, es posible trabajar en laboratorio induciendo divisiones con todos que juegan roles de parte y viceversa, para inmediatamente devolver las instancias fragmentadas a las derivas de cada mundo. Mas el mundo no cabe en nuestro laboratorio parcial.

A continuación, someteremos la dicotomía todo/parte a la impugnación de la triple estrategia paralógica[56]:

1) estrategia de extensión ontológica: el todo no solo es todo, sino que siempre es también otra cosa. La parte no solo es parte sino que siempre es también algo más o algo menos.

2) estrategia de contradicción necesaria: si el todo no solo es todo, sino que siempre es también otra cosa, entonces posi-

56 Vid una síntesis de los enunciados desclasificados, correspondientes a cada una de las estrategias paralógicas en epígrafe anterior, estrategia 5.

blemente no sea todo en otros mundos posibles y, en al menos uno de ellos, necesariamente sería no-todo, o sea parte. Del mismo modo, si la parte no solo es parte, sino que siempre es también otra cosa, entonces posiblemente no sea parte en otros mundos posibles y, en al menos uno de ellos, necesariamente sería no-parte, o sea todo.

3) estrategia del tercero "incluido": la cuestión no es "o ser el todo o ser la parte", sino "ser el todo y la parte" simultáneamente.

Por tanto, siempre que construyamos o entendamos algo como un todo, debemos considerarlo también como una parte. Siempre que dividamos algo en partes debemos entender estas como todos. Sin embargo, la propiedad bivalente de cada instancia, ella y su contraria a la vez, no debe concebirse como una autonomía por fin plena de los todos como partes o de las partes como todos, sino el inicio de la autonomía indisociable de ambas instancias.

Que estas instancias solo sean "más reales", si se me permite la blasfemia desclasificada, al admitir la bivalencia no cierra, sin embargo, el rico círculo contradictorio: la propia instancia no solo depende de su contraria, el todo de su ser también parte, sino de otras muchas otras instancias de un orden o naturaleza diferentes que también son siempre la misma en todas sus particiones y modalidades. No en el sentido estructuralista de hacer depender un significado de su contrario o de la relación que mantenga con otros significados (la estructura en sí) sin romper con su lógica mecanicista, sino porque cada todo o cada parte, en términos desclasificados la misma cosa, están atravesados de todas las demás instancias con las que comparten algo más que una frontera en una realidad indecible a la que resultan ajenos el límite y la disyunción (por pertenecer al mundo de la representación).

Una mano no es solo parte de un brazo que es parte de un cuerpo. Ni es la suma de una palma y cinco dedos. La mano,

envuelta en una continuidad epitelial, recibe la sangre de un sistema circulatorio inseparable o las órdenes del cerebro a través de un sistema nervioso indivisible. A su vez, el cerebro, que no tiene sentido ni funcionalidad como "parte", no percibirá el mundo sin las sensaciones enviadas por terminaciones nerviosas que constituyen otra cartografía de la mano, todo ello en un influyente entorno nunca final y participado a su vez por flujos endo-exo. En consecuencia, percibir y dividir en partes y demarcaciones el cuerpo humano, solo supondría entenderlo mediante auténticas mutilaciones como hacen la medicina o la farmacología convencionales.

El conocimiento producido es siempre parcial pero no podemos negarle su parcialidad totalista. El mismo conocimiento nuevo, concreto, se detrae del desconocimiento infinito y, por ello, a algunos escépticos moderados nos da la sensación de un aumento exponencial del propio "depósito ilimitado de desconocimiento" asociado al aumento aritmético de nuestro pequeño cofre de saberes. Sencillamente, porque conocer implica simultáneamente la conciencia de desconocer mucho más, por más que nos empeñemos en convencernos de lo contrario.

En consecuencia, consolidar el todo -el tótem- a partir de sus partes, no lograría más que presentar, a otros ojos, esas partes y esos todos como instancias deformes, despedazadas, arbitrarias, desconectadas de otros todos y partes de los que son sustancia inexorable en escalas y estratos no percibidos ni medidos, de hecho innombrables y, por lo tanto, ingobernables.

La razón analítica intenta reconstruir unos supuestos todos desde partes que solo son pedazos. Su lógica clasificatoria utiliza un peculiar mecanismo de cierre y coherencia a las explicaciones, argumentos, modelos o teorías. Sin embargo, persiste la evidencia de lagunas, abismos e incluso, a veces, imposibilidad de encaje entre las partes o hacia las totalidades, o todo lo contrario, una encajabilidad universal poco útil, entre distintos e inconexos pedazos, solo manipulables porque son

vistos como armónicas partes diseñadas conceptualmente por un preciso artificio.

Es justamente la mediación conceptual, propiedad de métodos y especializaciones, la autoridad que permite la percepción de pedazos llamados partes, y la construcción de pedazos mayores o superiores denominados todos.

La desclasificación, por su lado, admite la evidencia de ese inútil esfuerzo conceptual de la clasificación, tan sesgado e improductivo a largo plazo (aunque de gran impacto aquí y ahora), simplemente porque cualquier explicación se rige por la imposibilidad de demarcar lo ilimitado (aunque, de hecho, lo demarca). Incapacitada para avanzar al ritmo lento y complejo de los conceptos abiertos, la clasificación optó por precipitar el conocimiento mediante fragmentos acelerados y simples que no podrán impedir la fuga constante del sentido.

Incluso en los artefactos construidos a partir de una racionalidad metonímica al servicio de la creación hegemónica, frente a la inmensidad desapercibida de lo que Gutiérrez Borrero llama "diseño con otros nombres" (2015, 2016), una creatividad producida y al servicio de las élites dominantes, por ejemplo, los automóviles (no tanto por usarlos sino por venderlos al consumidor subalterno), no cabe hablar de partes y todos (tal vez salvo en un cementerio de coches, en los que las piezas no desempeñarían ya función alguna salvo la protésica para otros autos, aunque también sirven como escondrijos o nidos a múltiples formas de existencia: pájaros, gatos, arañas o dengue).

La percepción metonímica estaría detrás, sin duda, de los modos de construcción partitiva o modular de artefactos o ideas, de la deslocalización fragmentada de la producción industrial y digital, del perfeccionamiento de las técnicas de montaje y ensamblaje, de la división del trabajo y hasta del desmembramiento contructivo del propio producto y, como en el caso del imperio digital, hasta de los mismos usos y modos de apropiación (previamente diseñados).

De modo que ni las producciones, ejecutadas por la industria fordista en lógica partitiva, ni mucho menos la evolución natural, conforman totalidades o parcialidades que puedan separarse y encajarse por designio de una epistemología. En el mejor de los casos, la dicotomía o la priorización solo aportarían un conocimiento sesgado, modular y pequeño a esa epistemología de tan gran ambición universal como diminutas raíces.

Como se ha esbozado antes, y por la misma causa, tampoco podemos practicar un pensamiento del todo que lo cierre como producción acabada y, por tanto, separable de otros todos. Nadie puede afirmar dónde empieza y termina un todo por las mismas razones que hemos esgrimido para las partes. Tal epistemología no lograría eludir una dicotomía oculta, de fondo, en la que lo partitivo continúa operando en la profundidad de la misma insistente superficie.

Y, tal vez, el progreso cognitivo que supone una opción holística mal entendida, implique simultáneamente un sutil estancamiento, cuando no retroceso si hay convicción de haber superado la reducción de lo partitivo, ya que continuaría produciendo un conocimiento aparentemente liberado de amputaciones de partes menores que persisten como amputaciones de partes mayores o todos.

Para la desclasificación, todos y partes son elementos constituyentes, de mayor o menor complejidad y naturaleza, pero todos ellos participan en y de otras instancias (ni superiores ni inferiores, por supuesto, en la impronta que prestan a estos objetivos la epistemología clásica o el sentido común) sin jerarquía, sin dependencia mereológica.

Las instancias "constituyentes" o "destituyentes" nunca dejan de constituir o destituir e intercambiar sus roles indistintamente, nunca terminan el proceso de construcción o destrucción comisionado, solo se mueven, fluyen. El acabamiento o el éxito son "todos" formulados desde un lugar epistemológico parcial que se pretende total para el dogmático tal vez, pero

nunca para el sujeto desclasificado/r. Un claro ejemplo lo tenemos tras un proceso electoral en el que todos los contendientes se consideran ganadores.

A pesar de lo argumentado, el pensamiento metonímico, como el dicotómico, funciona, tiene éxito. Evidentemente, un éxito definido por indicadores nunca neutrales y prefijados por esa misma posición epistemológica. Enunciemos desclasificadamente, por tanto, que la epistemología particionista, que las clasificaciones que históricamente ha generado y se han depositado en nuestros modos de ver y practicar en el mundo, tienen éxito y, simultáneamente, no lo tienen.

Y su popularidad tal vez se deba solamente a su potencial lúdico: un modo de pensar y hacer que toma la naturaleza, la biología o la sociedad como un juego en el que sus hacedores establecen previamente unas reglas de partición que le dan sentido. Dicho de otra forma: si se rompen esas reglas, si se conculcan esas particiones, el mundo carecería de sentido y, los sujetos que han delegado parcialmente la responsabilidad autocrítica de emanciparse de la dictadura clasificatoria (¡que me emancipen otros!), estarían ante un severo revés del mundo.

Pero antes de la clasificación incuestionada, definitiva (como en la serie de australopitecos, revisada periódicamente para destronar al primero), existieron otras con sus mismas pretensiones y fueron rebasadas y sustituidas por las siguientes, con la misma lógica de un poder cada vez más especializado en sí mismo. Y aún existen otros modos menos imperiales de clasificar y sobrevivir al mundo en millares de aldeas y favelas. La desclasificación no aprendería de ellos, como sí lo ha hecho con el caso tojolabal, si la lógica metonímica y dicotómica, contagiada por la occidentalidad digital, fuera la que solo alimentase sus procesos y objetivos.

A partir de posiciones no invasivas, como la cultura del *xet'an*, cuyo sistema de pensamiento nos ha proporcionado la posibilidad de certificar nuestra visión despedazada del

mundo, sería posible superar el confinamiento, a veces desapercibido o incluso no admitido, al que nos somete la clasificación.

Los argumentos anteriores permiten sintetizar varias sugerencias:

1) Podemos diseñar constructos materiales o simbólicos (como una clasificación, por ejemplo) mediante estrategias partitivas o clasivas, de cierre conceptual, pero con ellas solo accederemos a un mundo endogámico, dictado por un canon reductor que predestina cualquier proceso inferencial.

2) El pensamiento totalitario procede de partes inmutables subordinadas a todos inmutables en la inmutable lógica profunda de una jerarquía. Una clasificación que no acepte su propia contradicción inherente solo llevaría a conocimiento totalitario, a involución, a perdernos en el desconocimiento.

3) La desclasificación, cuyo horizonte ineludible es la emancipación lógica, simbólica y autocrítica, promueve pensar, en virtud del principio de extensión ontológica, en "todos que siempre son también partes" y "en partes que siempre son también todos", esto es, propone la provisionalidad, arbitrariedad, revisibilidad, contradicción, promiscuidad e incoherencia de conceptos y categorías que a la vez son inmutables, unívocos, leales, consistentes, coherentes.

4) El todo solo existe en la mente porque lo elabora una lógica de parte. Sin lógica partitiva no habría todo ni necesidad del todo. Sin esa necesidad, se marginaría la lógica jerárquica y dicotómica como eje organizador del pensamiento. Mediante el control metacognitivo de las matrices dicotómicas todos/partes, general/particular, se reduciría fractalmente el número de dicotomías secundarias y automáticas y, por tanto, su centralidad para construir conocimiento.

5) En más ocasiones de las que pensamos, una explicación solo puede ser formulada como pregunta y, en muchas otras, solo como contradicción.

La desclasificación no necesita un estatuto de legitimidad, racionalidad, realidad o veracidad análogo a la clasificación. A decir verdad, no precisa de ningún estatuto. Tal vez su fuerza resida, justamente, en la indiferencia/desconfianza que muestra ante lo grandilocuente, estatutario o institucional -lo establecido- sumadas a un compromiso con el sufrimiento, la alegría o los afectos desapercibidos, el mundo sensible más próximo a lo real.

Aunque creo haber ilustrado con numerosas matizaciones el ideal emancipador que guía la desclasificación, es comprensible que, tal vez, algunos pudieran verla todavía como mera deriva de un individualismo hedonista. Sería, en ese caso, un indeseable efecto de las polarizaciones que en este texto habríamos intentado, infructuosamente, evitar. Pero, por otra parte, el pensamiento desclasificado es tan tenaz que daría la bienvenida a cualquier recelo que lo cuestione por un instante porque ¿a quién podría temer la autocrítica?

4. Tiempos devolucionarios

La sentencia inquietante y radical de Gorbachov, "detener el progreso" nos invita a repensar nuestros inseparables roles, íntimos y profesionales, en el mundo contemporáneo. No restrinjamos, como el líder soviético, la amenaza del progreso a la energía nuclear, sino extendámosla -como inquietaba a Walter Benjamin-, a cualquier modalidad de desarrollo que nos lleve a la extinción de la diferencia simbólica (o incluso física). Sea originado por el lucro capitalista o por la planificación comunista, se trata de un avance hacia atrás. El progreso, entonces, sería un concepto altamente contradictorio (podemos ser y no ser progresistas al mismo tiempo), que urge desclasificación.

Ya pasó el tiempo de crecer, de expandir, de competir, de explotar, de someter, al menos en el sentido invasivo que suele ser atribuido a esos conceptos. Estamos ante la encrucijada que nos aboca bien a una lenta autodestrucción global, y la extinción cultural ya se encuentra en un punto irreversible, bien a pensar y experimentar diseños de mundos más sensibles y diversos ligados políticamente a cierto campo semántico que abre el prefijo inicialmente negador des- (de-, ex-, dis-): deshacer, decrecer, desconcentrar, expropiar, deconstruir, desposeer, desburocratizar, desacelerar, distender, desobedecer, en suma, desclasificar. Apenas inicialmente negador, porque des- contiene re-, mantiene intacta una capacidad reclasificadora que solo la peor negligencia podría ya dejar en manos del binarismo.

Pasaron los tiempos de los actos de fe en decepcionantes procesos revolucionarios dirigidos por oportunistas que acabaron en dictaduras o falsas democracias, no muy distintas a los regímenes del poder desalojado. Ya no hay tiempo de revolución sino de devolución. De un ajuste de cuentas con el mundo que comience controlando la acomodaticia deriva de la propia subjetividad.

Estamos ante la invitación indeclinable de una alarma "devolucionaria" que nos obliga a saldar con la naturaleza, con los pueblos, con las culturas diluidas, la deuda del expolio material y simbólico acumulado por clanes y siglos de imparable sustitución y saqueo.

Una devolución, en plena emergencia de la transcultura digital, de la que debemos hacernos cargo antes del exterminio total de la diferencia: en la digitalidad, pronto quedarán pocos valores de fondo que intercambiar. La deuda de los excesos de unos pocos, ha sido contraída por todos. Sin duda, una injusta deuda, como la del pecado original, cuyo acreedor -esta vez terrenal- nos somete ya a las duras consecuencias del impago. Y quienes nos sucedan, debieran quedar exonerados.

La simple y modesta noción tojolabal de *xet'an*, pedazo, forjada en una antigua cultura nosótrica, nos ayuda a repensar la clasificación inventada y exportada por nuestra civilización chauvinista, un modo de pensar y conocer diseñado desde una lógica supremacista, disyuntora, patriarcal, codiciosa, neocolonial, racista. La misma vieja lógica del mundo, nuevamente reinventada, que contagia totalitarismo, abuso, destrucción e indiferencia, ahora en el mundo digital.

Referencias

-Abril, Gonzalo (2013): *Cultura visual. De la semiótica a la política*. Madrid: Plaza y Valdés

-Apel, Otto (1995): *Teoría de la verdad y ética del discurso*. Barcelona: Paidós

-Arendt, Hanna (1999): *Los orígenes del totalitarismo*. Barcelona: Taurus

-Arsuaga, Juan Luis (1999). *El collar del neandertal. En busca de los primeros pensadores*. Madrid: Temas de Hoy

-Augé, Marc (1993): *Los no lugares, espacios del anonimato: antropología sobre modernidad.* Barcelona: Gedisa

- (2003): *El tiempo en ruinas.* Barcelona: Gedisa

-Baudrillard, Jean (2000): *El intercambio imposible*. Madrid: Cátedra.

-Benjamin, Walter (1989): *Discursos interrumpidos I.* Buenos aires: Taurus

-Becker, Howard S. (1967): "Whose side are we on?" *Social problems* 14: 239-47

-Berger, Peter y Luckmann; Thomas (1997): *Modernidad, pluralismo y crisis de sentido : la orientación del hombre moderno.* Barcelona: Paidós

-Bohr, Niels (1988): *La teoría atómica y la descripción de la naturaleza*. Madrid: Alianza

-Buñuel, Luis (1962): *El ángel exterminador*. México: Alatriste (film).

-Capra, Fritjof (1993): *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura convergente*. São Paulo: Cultrix.
-Cassirer, Ernst (1998): *Filosofía de las formas simbólicas I*. El lenguaje. México: FCE
-Coe, Michael D. (1989): *Los mayas. Incógnitas y realidades*. México: Diana
-Clifford, James (1999): *Itinerarios transculturales*. Barcelona: Gedisa
-Costa, Newton C. A. da (1997): *O conhecimento cientifico*. Sao Paulo: Discurso
-Cowen, Alan S. and Keltner, D. (2017): Self-report captures 27 distinct categories of emotion bridged by continuous gradients. En *Proceedings of the National Academy of Science PNAS,* DOI: 10.1073/pnas.1702247114
-Criado, Miguel Ángel (2017): *La fragmentación de la selva deja sin territorio a centenares de especies*. El País digital, 1 nov. 2017. https://elpais.com/elpais/2017/11/01/ciencia/1509528707_340503.htm
-Deleuze, Gilles (2001): *Lógica del sentido*. Barcelona: Paidós
-Deleuze, Gilles y Guattari, Felix (1994): *Mil mesetas. Capitalismo y esquizofrenia*. Valencia: Pretextos
-Deleuze, Gilles y Guattari, Felix (2001): *¿Qué es la filosofía?* Barcelona: Anagrama
-Derrida, Jacques (1998): *La desconstrucción en las fronteras de la filosofía: la retirada de la metáfora.* Barcelona: Paidós
-Descartes, René (2002): *Discurso del método.* Madrid: Tecnos.
-Eco, Umberto (1999): *Kant y el ornitorrinco.* Barcelona: Lumen
-Elster, Jon (1989): *Ulises y las sirenas. Estudios sobre racionalidad e irracionalidad.* México: FCE
-Escobar, Arturo (2016): *Autonomía y diseño. La realización de lo comunal.* Popayán: Universidad del Cauca.

-Foucault, Michel (1979): *Microfísica del poder.* Madrid: La Piqueta
- (1999): *Vigilar y castigar.* Barcelona: Círculo de lectores
-Flusser, Vilém (2011): *A dúvida*. Sao Paulo: Annablume
-Freud, Sigmund (2002): *Tótem y tabú*. Madrid: Alianza editorial
-Freud, Sigmund (2008): *El malestar en la cultura*. Madrid: Alianza editorial
-García Gutiérrez, Antonio (2007): *Desclasificados. Pluralismo lógico y violencia de la clasificación*. Barcelona: Anthropos
-(2008): *Outra memória é possível: Estratégias descolonizadoras do arquivo mundial.* Petrópolis (Río de Janeiro): Vozes.
-(2009): *La identidad excesiva.* Madrid: Biblioteca Nueva.
-(2011a): Declassification in knowledge organization: a post-epistemological essay. En *Transinformaçao*, 23 (1): 5-14 http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/475
-(2011b): *Pensar en la trancultura*. Madrid, Plaza y Valdés
-(2011c): *Epistemología de la Documentación.* Barcelona: Stonberg.
-(2014a): Declassifying Knowledge Organization. En Knowledge *Organization*, (41) 5: 393-409
-(2014b): La organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación. En *Brazilian Journal of Information Science*, 8 (1-2), parte I: 19, parte II: 34 http://revistas.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/issue/view/289
-(2014c): Contribuciones de la dialéctica a la organización del conocimiento. En *Scire,* 20 (1): 33-51 http://www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4187
-(2016): *Frentes digitales. Totalitarismo tecnológico y transcultura*. Salamanca: Comunicación social ediciones

-García Gutiérrez, Antonio; Martínez Ávila, Daniel (2014): Critical Organization of Knowledge in Mass Media Information Systems. In *Knowledge Organization*, 41 (3): 205-216
-Gierlińskia, Gerard D. et al. (2017: Possible hominin footprints from the late Miocene (c. 5.7 Ma) of Crete? En *Proceedings of the Geologists' Association* DOI: 10.1016/j.pgeola.2017.07.006
-Giersch, Anne et al (2017): Fragile temporal prediction in patients with schizophrenia is related to minimal self disorders. En *Scientific Reports*, *7* DOI: 10.1038/s41598-017-07987-y
-Ginzburg, Carlo (1994): *Mitos, emblemas, indicios. Morfología e historia.* Barcelona: Gedisa.
-Gouldner, Alvin Ward (1979): *La sociología actual: renovación y crítica.* Madrid: Alianza
-Granger, Gilles Gaston (2002): *O Irracional.* São Paulo: Editora Unesp.
-Groys, Boris (2005): *Sobre lo Nuevo. Ensayo de una economía cultural.* Valencia: Pre-textos.
-Gruzinski, Serge (2000): *El pensamiento mestizo.* Barcelona: Paidós
-Gutiérrez Borrero, Alfredo (2015): Resurgimientos: sures como diseños y diseños otros. En *Nómadas,* 43: 113-129
-(2016). Diseños del Sur, diseños otros, diseños con otros nombres. *1er Simposio Internacional el Futuro del Diseño y el Diseño de Futuros, Memorias.* Ibagué, Colombia: Universidad de Ibagué.
-Hardt, Michael y Negri, Toni (2002): *Imperio.* Barcelona: Paidós
-Hegel, G. W. F. (2000): *Fenomenología del espíritu*. Madrid: Fondo de Cultura Económica
-Hobbes, Thomas (2003): *Del ciudadano*. *Leviatán*. Madrid: Tecnos

-Holloway, John (2002): *Cambiar el mundo sin tomar el poder*. Barcelona: Viejo topo
-Horkheimer, Max y Adorno, Theodor (2006): *Dialéctica de la Ilustración.* Madrid: Trotta
-Huici, Adrián (1996): *Estrategias de la persuasión: mito y propaganda política. Sevilla: Alfar*
-James, William (2007): *Pragmatismo: un nuevo nombre para viejas formas de pensar*. Madrid: Alianza Editorial
-Kamper, Dietmar (1998): *O trabalho como vida.* São Paulo: Annablume
-Khatibi, Abdelkebir (1983): Pensée-autre*.* En *Maghreb pluriel.* Paris: Denoël, 9-42
-Kierkegaard, Soren (1999): *Migajas filosóficas o un poco de filosofía*. Madrid: Trotta
Kleiber, George (1990): *La sémantique du prototype: catégories et sens lexical.* Paris: PUF
-Kymlicka, Will (1996): *Ciudadanía multicultural*. Barcelona: Paidós
-*(2006): Fronteras territoriales.* Madrid: Trotta
-Latour, Bruno y Woolgar, Steve (1995): *La vida en el laboratorio: la construcción de los hechos científicos.* Madrid: Alianza
-Lenkersdorf, Carlos (1996): *Los hombres verdaderos. Voces y testimonios tojolabales.* México: Siglo XXI
-(2002a): Aspectos de educación desde la perspectiva maya-tojolabal. En *Reencuentro*, 33: 66-74
-(2002b): *Filosofar en clave tojolabal.* México: Porrúa
-(2010a): *Diccionario español-tojolabal-2*. 3a ed., 922 p.
-(2010b): *Diccionario tojolabal-español-1*. 3a ed., 678 p.
-Lerner, Gerda (1990): *La creación del patriarcado.* Barcelona: Crítica
-Lévy, Pierre (2007): *Cibercultura. La cultura de la sociedad digital*. Barcelona: Anthropos.

-Lewis, David (1973): *Counterfactuals*. Cambridge, Harvard University Press
-Llera Llorente, Mar (2012): *Blanco, negro y todo lo contrario: interpretar el laberinto de las culturas*. Barcelona: Anthropos
-Lyotard, Jean-François (1988): *La diferencia.* Barcelona: Gedisa
-Maffesoli, Michel (1997): *Elogio de la razón sensible. Una visión intuitiva del mundo contemporáneo.* Barcelona: Paidós
-(2007): *La connaissance ordinaire; précis de sociologie comprehensive*. París: Klincksieck
-Mate, Reyes (2008): *La razón de los vencidos*. Barcelona: Anthropos.
-Maturana, Humberto; Varela, Francisco J. (1997): *El árbol del conocimiento*. Barcelona: Debate
-Mèlich, Joan Carles (1998): El silencio y la memoria. En *Ars brevis* 18: 171-189
-Mendes, Miguel S.B. (2016): *Jazz desclasificado. Reflexões para a construção de narrativas musicais emancipatórias* (dissertaçao). Aveiro: Universidade de Aveiro, Dept. Comunicação e Arte
-Mignolo, Walter (2003): *Historias locales-diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal
-Mignolo, Walter & Schiwy, Freya (2007): Transculturation and the Colonial Difference: Double Translation. En *Información y Comunicación I/C*, 4: 6-28 http://icjournal-ojs.org/index.php/IC-Journal/article/view/172/169
-Montaigne, Michel de (1999): *Ensayos escogidos.* Madrid: Edaf.
-Moreva, E. et al (2014): Time from quantum entanglement: An experimental illustration. En *Physical Review A* 89 (5) DOI: https://doi.org/10.1103/PhysRevA.89.052122

-Morin, Edgar (1996): *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Gedisa
-Mosterin, Jesús (2008): *La naturaleza humana*. Madrid: Espasa Calpe
-Mouffe, Chantal (2016): *La paradoja democrática: el peligro del consenso en la política contemporánea.* Barcelona: Gedisa
-Nietszche, Friedrich (1997): *La genealogía de la moral*. Madrid: Alianza
-Olivé, León (1999): *Multiculturalismo y pluralismo*. México: Paidós
-Ortíz, Fernando (1973): *Contrapunto cubano del tabaco y el azúcar*. Barcelona: Ariel
-Panikkar, Raimon (1990): *Sobre el diálogo intercultural*. Salamanca: San Esteban
-Peña, Lorenzo (1992): *Algunas aplicaciones filosóficas de lógicas multivalentes*. En *Theoria, 1*6-18: 141-163 http://www.sorites.org/lp/articles/logica/aplicaci.htm
-Perec, George (1986): *Pensar-clasificar*. Barcelona: Gedisa
-Perelman, Ch. y Olbrechts-Tyteca, L. (1989): *Tratado de la argumentación. La nueva retórica*. Madrid: Gredos
-Peirce, Charles Sanders (1975): *Semiótica e filosofia (textos escolhidos de Peirce)*. São Paulo: Cultrix
-Priest, Graham (1987): *In contradiction*. Dordrecht: Kluwer
-Puenzo, Lucía (2007): *XXY*. Argentina: Wanda et al.
-Rahaman, Farook et al. (2014): *Possible existence of wormholes in the central regions of halos. Annals of Physics*. 350: 561-567 DOI: 10.1016/j.aop.2014.08.003
-Rawls. John (1997): *Teoría de la justicia*. Madrid: FCE
-Ricoeur, Paul (1996): *Sí mismo como otro*. Madrid: Siglo XXI
-Rorty, Richard (1983): *La filosofía y el espejo de la naturaleza*. Madrid: Cátedra
RTVE (2016): *La batalla de Chernóbil* (1). Documental emitido por La 2, el 22 de abril de 2016. http://www.rtve.es/ala-

carta/videos/otros-documentales/documaster-batalla-chernobil-1/3581518/
-San Agustín (2003): *Confesiones*. Madrid: Akal
-Santos, Boaventura de Sousa (2005): *El milenio huérfano.* Madrid: Trotta
-(2008): A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. En *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80: 11-43
-Saramago, José (1997a): *Cuadernos de Lanzarote*. Madrid: Alfaguara
-(1997b): *Todos os nomes*. Lisboa: Caminho
-Sardo, Susana (2016): Ethnomusicology and its Sisyphus. Inter-knowledge, dialogue and prudence for a disciplinary (re)classification. En *World Music Studies*/ Regine Allgayer-Kaufmann (ed.), Berlin: Logos, 149-166
-Sardo, Susana (2016): *El vértigo del movimiento y la producción de conocimiento en etnomusicología.* Madrid: SIBE
-Schopenhauer, Arthur (2002): *El arte de tener razón.* Madrid: Alianza
-Sloterdijk, Peter (2008): *Normas para el parque humano.* Madrid: Siruela
-Sodré, Muniz (2017)*: Pensar Nagô*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes
-Solé-Morata, Neus et al. (2017): Analysis of the R1b-DF27 haplogroup shows that a large fraction of Iberian Y-chromosome lineages originated recently *in situ*. En *Scientific Reports*, DOI:10.1038/s41598-017-07710-x
-Spinoza, Benedictus de (2009): *Ética demostrada según el orden geométrico.* Madrid: Trotta
-Steiner, George (1991): *En el castillo de Barba Azul: aproximación a un nuevo concepto de cultura.* Barcelona: Gedisa.
-(2001): *Gramáticas de la creación.* Madrid: Siruela
-Taylor, Charles (1994): *La ética de la autenticidad.* Barcelona: Paidós

-Tomasello, M. (2007): *Los orígenes culturales de la cognición humana*. Buenos Aires: Amorrortu
-Tönnies, Ferdinand (2009): *Comunidad y asociación.* Granada: Comares
-Valéry, Paul (1988): *La idea fija.* Madrid: Grupo Machado
-Watzlawick, Paul y Krieg, Peter (2000): *El ojo del observador. Contribuciones al constructivismo.* Barcelona: Gedisa
-Wittgenstein, Ludwig (2002): *Tractatus logico-philosophicus.* Madrid: Tecnos

La clasificación ordena el mundo mediante dicotomías, subordinaciones, definiciones y particiones armónicas, neutrales, purificadas, sometidas a los principios de la lógica convencional, determinando una visión ficticia, muchas veces represora, de la inmensidad mestiza, contradictoria y abierta del sentido. La desclasificación, por su lado, contribuye a pensar y pensarnos justamente sin las restricciones de esa lógica y de numerosos obstáculos epistemológicos complementarios. Una de sus líneas de indagación consistiría en localizar vestigios, en cosmovisiones habitualmente consideradas marginales o subalternas, que faciliten la apertura y desarticulación de nuestras rígidas estructuras conceptuales. En esta ocasión, se explora la visión desclasificada del mundo desde la noción maya de xet'an (pedazo), alternativa a la reductora lógica de clases y partes practicada y exportada por la neocolonización digital. Los individuos y las cosas tan solo serían fragmentos sin sentido separados de una continuidad. En pedazos sintetiza, por tanto, la crónica del despedazamiento del espacio, del tiempo, del mundo mismo (conocimiento, memoria, cultura, lenguaje, identidad, imaginario...), entre otras quiebras practicadas por una clasificación mutilante y hostil a la diferencia. A la escalada global del gigantesco espejismo clasificatorio contribuye, especialmente, el salto masivo a la transcultura digital. Con el fin de contrarrestar el creciente empobrecimiento simbólico al que nos conduce, la desclasificación invita a recuperar el librepensamiento a partir de un conjunto de estrategias autocríticas y paralógicas que rehabilitan la contradicción y otros recursos cognitivos extirpados por el pensamiento hegemónico.

ISBN 978-84-17267-04-9

9 788417 267049

Antonio García Gutiérrez es catedrático de la Universidad de Sevilla y ha sido director de departamentos de periodismo y comunicación, evaluador de proyectos científicos del 5º Programa Marco de la UE, consultor en Unesco y asesor de agencias nacionales y autonómicas de evaluación de profesorado universitario. Entre sus obras más recientes destacan: *La memoria subrogada* (Granada, 2002), *Fijaciones* (Madrid, 2005), *Desclasificados* (Barcelona, 2007), *Outra memória é possível* (Buenos Aires, 2004 y Río de Janeiro, 2008), *La identidad excesiva* (Madrid, 2009), *Pensar en la transcultura* (Madrid, 2011) o *Frentes digitales* (Salamanca, 2016).